

Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Prestação de Contas Ordinárias Anual

Relatório de Gestão Consolidado do Exercício

2011

Março
2012

JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, e da Portaria TCU nº 123, 12/05/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidades Consolidadas: JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO ESPÍRITO SANTO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A – Atividade

AJG – Assistência Jurídica Gratuita

CAMS - Coordenadoria de Assistência Médica e Social

CCDE - Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento

CCJF – Centro Cultural da Justiça Federal

CF - Constituição Federal

CFTV - Circuito Fechado de Televisão

CJ – Código do “Cargo em Comissão” - Art. 5º da lei 11416/2006

CJF - Conselho da Justiça Federal

CN – Congresso Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPD - Centro de Processamento de Dados

CCPA - Coordenadoria de Lotação e Progressão/ Promoção Funcional

CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional

DETRAN - Departamento de Trânsito

DIPRA - Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário

DIRFO - Diretor do Foro

DIFIN - Diferença Individual Nominada

D.J - Diário da Justiça

D.O.U - Diário Oficial da União

EMARF - Escola de Magistratura Regional Federal

FC - Função Comissionada

FRGPS - Fundo do Regime Geral da Previdência Social

GAB-PRFN - Gabinete da Procuradoria Regional de Fazenda Nacional

GATA - Gratificação de Atividade de Técnico Administrativa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

INFOJUD - Sistema de Informações do Judiciário

JF - Justiça Federal

JF/ES - Justiça Federal do Espírito Santo

JF/RJ - Justiça Federal do Rio De Janeiro

JF/SC - Justiça Federal de Santa Catarina
JF/DF - Justiça Federal do Distrito Federal
JF-1ºGRAU – Justiça Federal de 1ª Grau
JF-2ªGRAU - Justiça Federal de 2ª Grau
L. ACID. SERV - Licença por Acidente em Serviço
LAS - Licença por Acidente em Serviço
LIC. À GESTANTE - Licença à Gestante
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
L. MATER - Licença Maternidade
LOA - Lei Orçamentária Anual
LTPF - Licença por Motivo de Doença em Pessoal da Família
LTS - Licença para Tratamento de Saúde
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NGP - Núcleo de Gestão de Pessoas
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OP – Operações Especiais
P – Projeto
P.A - Processo Administrativo
PAE – Parcela Autônoma de Equivalências
PGD - Portaria do Gabinete da Direção do Foro
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
PRES TRF2R – Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
RENAJUD- Restrições Judiciais De Veículos Automotores
RJU - Regime Jurídico Único
RP - Restos a Pagar
RPV - Requisitório de Pequeno Valor
SAD – Sistema de Acompanhamento de Despesas Continuadas
SECAD - Seção de Cadastro
SECAP - Seção de Capacitação
SECOG - Seção de Comportamento Organizacional
SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal (TCU)
SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas
SELOT - Seção de Lotação

SEPRF - Seção de Progressão e Promoção Funcional

SESAU - Seção de Serviços de Saúde

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIJUS - Sistema de Informática da Justiça Federal

SIDOR - Sistema Integrado de Dados Orçamentários

SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento

SISAC - Registro e apreciação de Atos de Admissão e Concessão

SJES - Seção Judiciária do Espírito Santo

SJRJ - Seção Judiciária do Rio De Janeiro

SPO – Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

TJ/RJ - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

TRF - Tribunal Regional Federal

TRF-1ª REGIÃO - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF-2ª REGIÃO - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

TRF 5ª REGIÃO - Tribunal Regional Federal da 5ª Região

TRT – 1ª REGIÃO - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

UG - Unidade Gestora

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO - Unidade Orçamentária

URV – Unidade Real de Valor

VF – Vara Federal

VPI - Vantagem Pecuniária Individual

L I S T A D E Q U A D R O S , T A B E L A S ,
F I G U R A S E G R Á F I C O S

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	12
FIGURA 1 - MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO.....	22
TABELA 1 - PLANO DE AÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS DE 2011	24
TABELA 2 - STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA 2ª. REGIÃO	25
GRÁFICO 1 - STATUS DOS PROJETOS DA TRF – 2ª. REGIÃO	28
GRÁFICO 2 - STATUS DOS PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	28
GRÁFICO 3 - STATUS DOS PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	29
GRÁFICO 4 - STATUS DOS PROJETOS DA 2ª. REGIÃO (TOTAL)	29
FIGURA 2 - PORTAL DA GESTÃO ESTRATÉGICA	30
FIGURA 3 - ESCRITÓRIO DE PROJETOS	31
TABELA 3 - METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PENDENTES NA 2ª. REGIÃO	31
TABELA 4 - GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS PELA 2ª. REGIÃO	33
QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	34
QUADRO A.2.2.A - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ - UO 12.101.....	35
QUADRO A.2.2.B - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ - UO 12.103.....	40
QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.....	44
QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	44
QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	45
QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	45
QUADRO A.2.7.A - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	47
QUADRO A.2.7.B - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	49
QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	52
QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	53
QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	53
QUADRO A.2.11 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	55
QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	56

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	56
QUADRO A.2.14 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA	59
QUADRO A.2.15 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA.....	59
QUADRO A.2.16 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA.....	60
GRÁFICO 5 - ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS (em unidades)	61
FIGURA 5 – COMPARATIVO DESEMPENHO INDICADORES 2009/2010/2011	62
Tabela 5 - DESEMPENHO GERAL DA ESTRATÉGIA DA 2ª REGIÃO	63
QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	78
QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - JF 1º GRAU.....	80
QUADRO A.4.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES JF 2º GRAU	81
TABELA 6 - RESTOS A PAGAR DO TRF COM RECURSOS DA UO 12.101	81
QUADRO A.5.1. - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	83
QUADRO A.5.2. - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12	84
QUADRO A.5.3. - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	85
QUADRO A.5.4. - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	85
QUADRO A.5.4. - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	86
QUADRO A.5.5. - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	87
QUADRO A.5.6. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	88
QUADRO A.5.7. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	88
QUADRO A.5.8. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	89
QUADRO A.5.9. - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	90
QUADRO A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	92
QUADRO A.5.10 - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.....	92
QUADRO A.5.11 - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	92

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	92
QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	93
QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	97
QUADRO A.6.2. - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS....	97
QUADRO A.6.3. - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	98
QUADRO A.7.1. - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	98
QUADRO A.8.1. - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	99
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	100
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	102
QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	104
QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	104
QUADRO A.11.2.A - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS CEDIDOS POR TERCEIROS	105
QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	106
QUADRO A.12.1 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	107
QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	108
QUADRO A.15.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	112

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

SUMÁRIO

A. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - CONTEÚDO GERAL	12
1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS	12
1.1. INTRODUÇÃO	16
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	21
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	21
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	21
2.1.1. Competência Institucional.....	21
2.1.2. Objetivos Estratégicos	21
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	22
2.2.1. Análise do Plano Estratégico	22
2.2.2 Análise do Plano de Ação referente ao Exercício de 2011.....	25
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	33
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	33
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	35
2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	44
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	44
2.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes	44
2.4.1.2 - Programação de Despesas de Capital	45
2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	45
2.4.1.4. - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	46
2.4.1.4.1. - Movimentação Orçamentária Interna	46
2.4.1.4.2. - Movimentação Orçamentária Externa.....	49
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	52
2.4.2.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	52
2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	52
2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	52
2.4.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	53
2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	55
2.4.2.2.1 - Movimentação Interna.....	55
2.4.2.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	55

2.4.2.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	56
2.4.2.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	56
2.4.2.2.2 - Movimentação Externa	59
2.4.2.2.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	59
2.4.2.2.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	59
2.4.2.2.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	60
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	61
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010	78
3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	78
3.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	79
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	80
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	80
4.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	81
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	83
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	83
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	83
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	83
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	85
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	86
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	87
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	88
5.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	88
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	88
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	89
5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	90
5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	92
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	92
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	92
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	92
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obras para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	93
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	95
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	97

6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011.	97
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	97
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	97
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	98
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108.....	98
7.1. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	98
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010	99
8.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	99
8.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	99
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010	100
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	100
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	102
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	102
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	104
11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	104
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	107
12.1. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	107
13. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	108
13.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	108
13.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	111
13.3 DELIBERAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (vide informações lançadas no subitem 14.1) .	111
13.4. DELIBERAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO (vide informações lançadas no subitem 14.2)	111
14. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	112
14.1 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	112
14.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	112
14.2.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região	112
14.2.2. Seção Judiciária do Rio de Janeiro.....	122
14.2.3. Seção Judiciária do Espírito Santo.....	124
15. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	128
15.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	128
B.PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	131
16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	131

16.1 DECLARAÇÃO DOS CONTADORES RESPONSÁVEIS ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	131
CONCLUSÃO	133
ANEXO - ORGANOGRAMAS.....	135
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.....	135
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	144
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	156

A. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - CONTEÚDO GERAL

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Justiça Federal – Conselho da Justiça Federal		Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora		
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 2ª Região		
Denominação abreviada: TRF - 2ª Região		
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: 12103	Código SIAFI: 090034 (UNIDADE GESTORA ORÇAMENTÁRIA)
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Justiça Federal		Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato:	(021) 3261-8000	(021) 3261-8681 (fax)
Endereço eletrônico: gerente.internet@trf2.jus.br		
Página da Internet: http://www.trf2.jus.br		
Endereço Postal: Rua Acre, nº 80 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.081-000		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo	ativa	Não se aplica
Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro	ativa	Não se aplica
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
<p>Justiça Federal de 1º Grau dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro: Lei nº 5.010, de 30/5/1966, disciplina a organização da Justiça Federal de Primeira Instância. Decreto-Lei nº 253, de 28/2/1967, modifica a Lei 5.010/1966. Lei nº 9.788, de 19/2/1999, dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de 1º Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais. Lei 10.259, de 12/7/2001, dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Lei nº 10.772, de 21/11/2003, dispõe sobre a criação de 183 Varas destinadas à interiorização e à implantação dos Juizados Especiais. Lei nº 11.313, de 28/6/2006, altera o art. 2.º da Lei 10.259/2001, pertinente à competência dos Juizados Especiais Criminais no âmbito da Justiça Federal. Lei nº 12.011, de 4/8/2009, dispõe sobre a criação de 230 Varas Federais, destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País. Resolução nº 102, de 14/4/2010, do Conselho da Justiça Federal (Anexos I e II atualizados pela Resolução nº 181, de 23/12/2011/CJF), que dispõe sobre a localização das Varas Federais criadas pela Lei nº 12.011/2009 e prevê a instalação na 2ª Região de cinco Varas no ano de 2011. Resolução nº 123, de 28/10/2010, do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre o remanejamento e a distribuição dos cargos e funções criados pela Lei nº 12.011/2009.</p>		
<p>Tribunal Regional Federal da 2ª Região: Artigo 27, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e CF/88, arts. 106 a 108 – normas de criação.</p>		

Lei nº 7.727, de 5/1/1989, dispõe sobre a composição inicial dos TRFs e sua instalação.
 Lei nº 8.915, de 12/7/1994, altera a composição do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e dá outras providências.
 Regimento Interno atualizado até a Emenda Regimental nº 24, de 11 de fevereiro de 2011.
 Resoluções nº 009 e 14, de 26/10/1995 e 30/6/1998 (Instalação da 4ª e 5ª Turmas, respectivamente).
 Lei nº 9.967, de 10/5/2000, que gerou a Resolução nº 17, de 19/12/2000 (Instalação da 6ª Turma).
 Resolução nº 36, de 25/11/2004, (Implantação de Turmas Especializadas, com a criação da 7ª e 8ª Turmas).
 Resolução nº 21, de 18/9/1998 (Dispõe sobre a estrutura organizacional do Tribunal, cria a 1ª e a 2ª Seções Especializadas).
 Resolução nº 36, de 25/11/2004 c/c Resolução nº 02, de 31.1.2005 (Cria as 3ª e 4ª Seções Especializadas, sendo que a 4ª Seção Especializada foi excluída pelo art. 2º, §3º; do Regimento Interno).
 Artigo 13, do Regimento Interno, alterado em 15.12.2008, que trata das competências da 1ª, 2ª e 3ª Seções Especializadas que passam a compor a estrutura do Tribunal.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas*

Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo:

- Resolução nº 28, de 24/6/2011 - Reestrutura a Turma Recursal.
- Resolução nº 31, de 30/8/2011 - Implementa o Escritório de Projetos Estratégicos.
- Resolução nº 45, de 30/8/2011 - Estrutura o Centro de Solução de Conflitos e Cidadania da SJES – CSCC.
- Resolução nº T2-RSP-2011/00028, de 13/12/2011 - Vincula o CSCC ao Núcleo de Apoio Jurídico –NAJ.
- Ordem de Serviço nº ES-ODF-2011/00016, de 20/12/2011 - Determina procedimentos essenciais à Implantação do Processo Administrativo Eletrônico, em consonância com o Processo de Virtualização da Justiça Federal da 2ª Região (Justiça 100 % Digital).

Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro:

- Resolução nº 19, de 24/5/2011 – Cria o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.
- Resolução nº T2-RSP-2011/00018, de 28/10/2011 – Altera a estrutura organizacional nas áreas judiciária e administrativa. Cria unidades de processamento criminal; unidades de execução penal e unidades de apoio administrativo.
- PGD-2011/00061, de 27/10/2011 - Aprova e publica o Regulamento que dispõe sobre as atividades inerentes ao recebimento de petições.
- PGD-2011/00054, de 4/10/2011 - Altera a Seção VIII do Regulamento que versa sobre a tramitação dos autos eletrônicos no âmbito da SJRJ.
- PGD-2011/00053, de 22/9/2011 - Determina o encaminhamento à Seção de Informações Processuais das solicitações dirigidas à Direção do Foro que digam respeito a tramitações processuais ou certidões de distribuição.
- PGD-2011/00038, de 28/6/2011 - Estabelece que os atos dos artigos 4º e 5º do regulamento referente às atribuições dos Juízes Federais Diretores das Subseções Judiciárias da SJRJ sejam realizados pelos gerentes dos apoios.
- PGD-2011/00032, de 7/6/2011 - Aprova o novo Regulamento que trata de critérios para movimentação e lotação de servidores no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
- PGD-2011/00030, de 6/6/2011 - Atualiza os procedimentos para a organização e a efetivação das sessões do Tribunal do Júri realizadas na Seccional.
- PGD-2011/00022, de 20/5/2011 - Constitui comissão multidisciplinar de acessibilidade às dependências e aos serviços prestados pela Seccional.
- PGD-2011/00018, de 19/4/2011 - Delega atividade de apreciação individual dos processos nos quais cabe manifestação do Juiz Distribuidor aos Juízes das Varas Federais e dos Juizados Especiais Federais.
- PGD-2011/00015, de 30/3/2011 - Cria a Central de Cálculo Judicial, integrada por todas as unidades de cálculo judicial da SJRJ.
- PGD-2011/00009, de 17/3/2011 - Aprova e publica o Regulamento que dispõe sobre as atividades inerentes ao recebimento de petições intercorrentes.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

- Resolução nº 15, de 15/4/2011
 - Altera a denominação do Gabinete de Conciliação para Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, na estrutura da Presidência;
 - Cria as Seções de Apoio, de Triagem e de Mutirão, ambas subordinadas ao Núcleo de Métodos Consensuais.
- Resolução nº 29, de 29/6/2011
 - Altera a estrutura organizacional da Subsecretaria da 2ª Turma Especializada.
- Resolução nº 40, de 18/8/2011

- Altera a denominação da Secretaria de Documentação e Produção Editorial (SED) para Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação, mantendo-se a sigla SED, bem como das seguintes unidades:
 - Seção de Memória, Documentação e Pesquisa (SEMDOC) para Seção de Biblioteca Digital (SEBDIG);
 - Seção de Pesquisa, Acórdãos e Informações Processuais (SEPAIN) para Seção de Atendimento ao Cidadão (SECACI).
 - Cria as seguintes unidades:
 - Seção de Imagem Institucional;
 - Coordenadoria de Arquitetura e Preservação da Informação (COAPI);
 - Coordenadoria de Disseminação e Governança de Informações na WEB (CODGIN);
 - Desloca a Seção de Mídia Eletrônica (SEMIDI) da Divisão de Produção Gráfica e Editorial (DIGRA) para a recém-criada Coordenadoria de Disseminação e Governança de Informações na WEB (CODGIN).
- Resolução nº T2-RSP-2011/00015, de 27/10/2011
 - Cria o Núcleo de Digitalização na estrutura da Secretaria de Atividades Judiciárias.
 - Resolução nº T2-RSP-2011/00006, de 11/10/2011
 - Implanta a Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região para atuar no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região.
 - Resolução nº T2-RSP-2011/00007, de 11/10/2011
 - Cria a Coordenadoria de Apoio à Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região (COAUGE).

Outras matérias relativas à Gestão:

- Resolução nº 03, de 28/1/2011
 - Dispõe sobre o recolhimento de custas devidas à União no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região.
- Resolução nº 05, de 11/2/2011
 - Dispõe sobre a redistribuição imediata dos inquéritos, outros procedimentos investigatórios e ações penais, de competência originária do Tribunal, à Seção Especializada em matéria penal.
- Resolução nº 08, de 1/3/2011
 - Aprova os Orçamentos das Seções Judiciárias Jurisdicionadas a este Tribunal, para o exercício financeiro de 2011;
- Resolução nº 09, de 15/3/2011
 - Regulamenta o décimo terceiro concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto de Primeira Instância na 2ª Região.
- Resolução nº 13, de 4/4/2011
 - Institui o Centro de Memória Institucional da 2ª Região.
- Resolução nº 14, de 11/4/2011
 - Dispõe sobre a competência das Turmas Especializadas em matéria administrativa do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
- Resolução nº 16, de 6/5/2011
 - Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, os procedimentos afetos aos processos sobrestados sob os regimes da repercussão geral do recurso extraordinário e dos recursos repetitivos do recurso especial.
- Resolução nº 17, de 6/5/2011
 - Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, a destinação dos agravos de instrumento findos, com trânsito em julgado, apensados aos autos dos seus respectivos processos principais.
- Resolução nº 18, de 16/5/2011
 - Dispõe sobre as normas gerais de Gestão Documental da Justiça Federal da 2ª Região.
- Resolução nº 20, de 26/5/2011
 - Dispõe sobre vagas de estágio nos Juizados Especiais Federais da 2ª Região.
- Resolução nº 22, de 30/5/2011, alterada pela Resolução nº 30, de 8/7/2011
 - Cria a Comissão Local de Segurança da Informação e disciplina a implantação da Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
- Resolução nº 32, de 12/7/2011, alterada pela Resolução nº 41, de 19/8/2011
 - Dispõe sobre criação do Comitê Regional de Tabelas Processuais Unificadas no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região.
- Resolução nº 38, de 8/8/2011
 - Delega ao Diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região competência para designar Juízes Federais para atuarem nos mutirões de conciliação, realizados no âmbito da 2ª Região.
- Resolução nº 42, de 23/8/2011
 - Consolida, em um único instrumento, as competências territorial e material dos diversos juízos da 2ª Região, atualmente previstas em diferentes atos normativos, revogando a Resolução nº 07, de 28/11/2011 e demais

- atos.
- Resolução nº T2-RSP-2011/00010, de 18/10/2011
 - Dispõe sobre a implantação do Sistema de Malote Digital no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região.
 - Resolução nº T2-RSP-2011/00013, de 20/10/2011
 - Dispõe sobre alteração na composição das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, constante no art. 7º da Consolidação de Normas dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região, ampliando seu quantitativo.
 - Provimento nº 18, de 10/6/2011
 - Altera as disposições da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região de modo a permitir que advogados, procuradores e membros do Ministério Público devidamente cadastrados, mas não vinculados a processo específico, tenham acesso automático a atos e documentos de autos eletrônicos, desde que demonstrem interesse, para fins de mero registro, ressalvados os casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.
 - Provimento nº 25, de 11/11/ 2011
 - Altera as disposições da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região no que se refere às inspeções aos estabelecimentos penais federais.
 - Provimento nº T2-PVC-2011/00028, de 12/12/2011
 - Dispõe sobre distribuição e redistribuição de feitos aos novos Gabinetes das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ.
 - Portaria nº T2-PTC-2011/00404, de 12/12/2011
 - Aprova o roteiro padronizado de procedimentos utilizados nas Correições Ordinárias realizadas nos órgãos jurisdicionais das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas*

Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo:

- Boletim Interno;
- Mural, informativo destinado ao público interno e externo;
- JF Digital.

Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro:

- Revista da SJRJ - periódico de caráter acadêmico na área do Direito (e interdisciplinar), que apresenta artigos científicos e resenhas de magistrados, servidores e pesquisadores mais sentenças e decisões proferidas na Justiça Federal;
- Boletim TR - notícias, jurisprudência, datas de sessões e estatísticas das Turmas Recursais.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

- Revista Habeas Data, disponibilizada no sítio do Tribunal e *intranet*;
- “Em Síntese” (resenhas diárias - mídia impressa e meio eletrônico - *intranet*);
- *Press releases* (notícias - meio eletrônico -*intranet e internet*);
- Boletim Interno;
- Informativo de Jurisprudência – INFOJUR: Publicação digital mensal com assuntos atuais ou temáticos, julgados por cada Órgão deste Tribunal, incluindo também pesquisa comparativa em outros Tribunais;
- Revista de súmulas dos Tribunais – reúne as súmulas de todos os Tribunais Federais em uma única publicação, no formato digital;
- Revista de súmulas dos JEFS – digital e impressa;
- Biblios Informativo – revista impressa com informações relativas ao universo bibliográfico;
- Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região -(*intranet e internet*);
- Revistas da EMARF - Vol. Propriedade Intelectual (1ª Edição e 2ª Edição Ampliada) e Vol. 15 - Diversos;
- Caderno de Fenomenologia e Direito. Vol. 4 nº 1 e nº 2.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
090014	Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo
090016	Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro
090028	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
090034	Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Orçamentário
090048	Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Precatórios e RPV

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
---------------------	-------------

00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI das Unidades Gestoras	Código SIAFI da Gestão
090014 – 090016 – 090028 – 090034 – 090048	00001

**Nota: Adotou-se como critério selecionar os atos editados em 2011, seja instituindo procedimentos, seja revisando-os.*

1.1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao art. 70 da Constituição Federal e às disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 108/2010, na Portaria TCU nº 123/2011 e em observância às orientações da Secretaria de Controle Interno – SCI, a Justiça Federal da 2ª Região – JF - 2ª Região apresenta o Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício de 2011.

O Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que se encontra sob a responsabilidade e gerência da JF - 2ª Região, é composto de 12 ações, sendo 8 Atividades, 1 Operação Especial e 3 Projetos (1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal; 1834 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional).

De acordo com o previsto na Lei 11.653, de 7/4/2008 - Plano Plurianual para o período de 2008/2011 - o aludido Programa tem como objetivo garantir pleno exercício do direito, por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

Além desse Programa, foram disponibilizados os créditos orçamentários à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região – JF 1º e 2º Graus/2ª Região, no exercício de 2011, relativos aos Programas: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais.

A análise da Gestão, incluindo seus elementos contábeis e financeiros, foi desenvolvida de forma parametrizada e de maneira transparente, demonstrando o cumprimento de suas competências constitucionais, legais, normativas e regimentais, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício.

Na síntese das principais realizações, as informações seguem estruturadas de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa/TCU nº 108/2010. Este Relatório foi organizado por item, nos termos da Parte A - Conteúdo Geral, contemplando, inclusive, o item 1 da Parte B - Informações Contábeis da Gestão.

A JF - 2ª Região, com claras definições estampadas no planejamento estratégico, consigna que, no exercício de 2011, foram obtidas conquistas no campo do aprimoramento da prestação jurisdicional com apoio dos recursos tecnológicos e da política gerencial adotada pelos dirigentes.

De forma a imprimir um panorama geral do desempenho da gestão, pontua-se, com satisfação, de início, o cumprimento integral das 4 metas gerais aplicadas ao exercício de 2011 à JF - 2ª Região, bem como a de nº 9, específica desse ramo do Judiciário, projetadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O detalhamento dessas e de outras ações será levado a efeito no subitens 2.1.e 2.2. deste Relatório.

Entre as muitas ações empreendidas no exercício de 2011, com foco nos segmentos das atividades finalísticas, destaca-se a política abraçada pela JF - 2ª Região - compartilhada com o

CNJ - voltada a alternativas de pacificação de conflitos, por intermédio da conciliação, item prioritário na pauta dos dirigentes.

De fato, a Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF - 2ª Região sempre externou o entendimento de ser a conciliação um caminho alternativo e bastante eficaz para a pacificação social. Isto porque as disputas judiciais sempre vêm acompanhadas de desgaste emocional e seguem ritos processuais mais complexos, com a possibilidade de impugnação através de vários recursos previstos no Código Processual, o que demanda um prazo mais longo para solucioná-las, com dispêndios de força de todos os lados.

Nesse sentido, a Presidência, acompanhada por seus pares, em especial do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF - 2ª Região - NPSC2, vem concitando os entes públicos e privados a participarem desse processo de conciliação, que veio na esteira da modernidade e em resposta à Emenda Constitucional nº 45 no que toca à duração razoável do processo.

Sob o ponto de vista do fortalecimento do movimento em prol da sedimentação de soluções alternativas para pôr fim às demandas, consigna-se o advento das Resoluções nº 19, de 24/5/2011, que criou, na estrutura da Seção Judiciária do Rio de Janeiro- SJRJ, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESOL, e a de nº 45, de 30/8/2011, que estruturou o Centro na Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES. O empreendimento contempla política que se encontra em consonância fina com a Resolução nº 125/CNJ, que prevê a criação de núcleos permanentes de conciliação e de centros judiciários para atender aos juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e de família.

Importante evento que contou com a participação do TRF - 2ª Região foi a *Ação Itinerante da Casa de Direitos da Cidade de Deus*. A iniciativa resultou de uma parceria firmada entre o CNJ, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça e os Tribunais de vários ramos do Judiciário. Ampliar o alcance do atendimento, em especial à população menos favorecida economicamente, difundir os direitos aos membros da Comunidade, propiciar a prestação de serviços, tais como a expedição de documentos oficiais, objetivam o resgate da cidadania.

No caso do TRF - 2ª Região, o trabalho, conduzido pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região - COORDJEF, incluiu a participação de 2 magistrados e servidores que, como aconteceu na edição anterior do evento, ocorrida em abril de 2011, estiveram de plantão para esclarecer dúvidas dos cidadãos sobre questões julgadas pelo Judiciário Federal, como, entre várias outras, as que envolvem a concessão de benefícios da Previdência, o FGTS, o financiamento da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH e contas da Caixa Econômica Federal - CEF.

Em 22/7/2011, a Presidência assinou, entre diversos órgãos, Termo de Acordo de Cooperação com o CNJ, que prevê a participação da instituição no Projeto “Justiça Aqui”, que constitui o 1º Centro Unificado do Judiciário do País. Criado para atender aos complexos da Penha e do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, com população aproximada de 500 mil moradores da região, o Projeto oferece, em um mesmo local, acesso do público a todos os ramos do Poder Judiciário. Áreas, antes dominadas pelo tráfico e por onde grassava a violência, são retomadas pelo Poder Público, contando com a participação do Judiciário nas esferas estadual e federal, considerando ser função do Judiciário garantir o pleno exercício da cidadania, colocando à disposição da população meios capazes e suficientes para concretização dos ideais de Justiça.

Em 11/9/2011, o TRF - 2ª Região, por meio da COORDJEF e da Subseção Judiciária de São João de Meriti, participou do projeto promovido pelo mencionado Município, com o apoio de diversas instituições, como o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT- 1ª Região, a Defensoria Pública, o Instituto Nacional do Seguro

Social - INSS, o Ministério Público, entre outros. Na ocasião, juízes federais e servidores da Justiça Federal permaneceram em regime de plantão, no fórum local, para prestar atendimento à população.

No exercício de 2011, assinaram Acordo de Cooperação o Conselho da Justiça Federal - JF, o CNJ, os Tribunais Regionais Federais - TRFs, a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA e a CEF, com vistas à realização de mutirão nacional de julgamentos de processos do SFH. Novo Acordo foi firmado entre esses órgãos de forma a viabilizar o pagamento de perícias contábeis em relação aos mutuários hipossuficientes.

Na solenidade de encerramento da Semana Nacional de Conciliação, realizada no período de 28/11 a 2/12/2011, a Presidência do TRF-2ª Região, representantes do NPSC2 e representantes da CEF entregaram certificados de quitação dos financiamentos do SFH a mutuários que firmaram acordo durante o Mutirão.

Com a resolução dos processos, torna-se possível ao devedor livrar-se da dívida e os recursos arrecadados retornam ao Sistema, o que viabiliza a construção de novas moradias.

Merece sublinhar que a SJES foi a primeira seccional da Região Sudeste a cumprir a meta anual do CNJ de audiências designadas em mutirão, definida no Acordo de Cooperação para realização do mutirão de julgamentos de causas envolvendo o Sistema Financeiro da Habitação.

Ao longo do exercício de 2011, foram realizados 10 mutirões, tendo sido celebrados 3.378 acordos, que correspondem a 63,46% do total das 5.323 audiências realizadas, envolvendo o montante de R\$ 66.104.926,57.

Na expansão da JF - 1º Grau/2ª Região, anota-se a instalação, no exercício de 2011, de 5 varas, de acordo com a programação do CJF, em observância à Lei nº 12.011/2009, a saber: 2ª Vara Federal de Duque de Caxias, 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu, 4ª e 32ª Varas Federais Cíveis do Rio de Janeiro e 2ª Vara Federal de Itaboraí. A jurisdição desses juízos alcança vários municípios beneficiando uma população de 8.202.291 habitantes (Censo Populacional 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE).

No campo da automatização, pode-se elencar uma série de medidas visando à consecução da modernização das atividades. Em agosto de 2011, a JF - 2ª Região começou a operar a última fase da integração processual digital com a Advocacia Geral da União – AGU. Fruto do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 58, assinado em 2009, essa iniciativa permite que uma única solução tecnológica seja adotada para assegurar a troca de informações processuais eletrônicas entre os tribunais brasileiros, bem como entre o Judiciário e outros órgãos públicos. A quarta fase, que a JF - 2ª Região foi a primeira a operar no Brasil, possibilita que o Governo encaminhe *on line* ao Judiciário petições, recursos e pareceres.

Importa anotar que, para viabilizar a implementação do “Projeto Estratégico da Justiça 100% Digital”, foram celebrados, em 2009, contratos – um com o Banco do Brasil - BB e outro, com a Caixa Econômica Federal – CEF, contando com a participação do CJF e dos 5 Tribunais Regionais Federais, para utilização de tecnologia de documentos eletrônicos em favor do processamento de causas da 2ª Região, substituindo os processos em papel por documentos similares em meio digital. Além da implantação de processo digital no 1º e 2º Graus, também faz parte do projeto o atendimento das cláusulas inerentes a sistemas de nivelamento de infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI constantes das Resoluções nº 90 e 99 do CNJ.

Com relação aos recursos comprometidos até o exercício de 2011 pelo BB e pela CEF, em decorrência da execução dos contratos, destaca-se o montante no valor de R\$ 9.323.684,98, em benefício das Unidades Judiciárias da 2ª Região.

Os equipamentos e programas (*software*) adquiridos, por conta desses contratos, observada a programação do Plano de Ação até o exercício de 2014, correspondem ao cumprimento

de etapas imprescindíveis à obtenção de êxito pleno na implantação do processo eletrônico na JF - 2ª Região.

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, desenvolvido pela JF - 2ª Região, foi objeto do Convênio firmado, em 8/12/2011, entre o TRF - 2ª Região, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF - 3ª Região e a SJRJ. O Convênio está aberto à adesão dos demais órgãos integrantes da Justiça Federal. O instrumento objetiva a conjugação de esforços para utilização, manutenção e desenvolvimento evolutivo do SIGA a ser utilizado para a criação, movimentação e gerenciamento dos documentos, processos administrativos e outras funcionalidades nos órgãos integrantes do ajuste.

Em razão da relevância do SIGA, em 30/12/2011, foi firmada parceria com o CJF, a Presidência do TRF - 2ª Região e a Diretoria do Foro da SJRJ, objetivando, num primeiro momento, aperfeiçoá-lo e, após, a futura distribuição às demais Regiões.

Durante o exercício de 2011, foram realizados depósitos, com recursos gerenciados pelo TRF - 2ª Região para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor – RPVs) no valor aproximado de R\$1,7 bilhão, para o universo de 100.396 beneficiários.

No tocante à *Pesquisa de Satisfação dos Usuários do TRF-2ª Região*, realizada anualmente desde 2001, foi apurado o índice de 84,5% de aprovação, com melhora sobre o ano anterior que foi de 82,7%, embora não tenha atingido à meta fixada para 2011 de 91%. Sabe-se, à demasia, que as pesquisas são importantes instrumentos de gestão e planejamento não apenas para determinar a satisfação com os serviços prestados pelo Judiciário, mas também para desenvolver estratégias visando à melhoria dos mesmos para os usuários externos (partes, advogados, estagiários e outros interessados) e usuários internos (magistrados e servidores).

Sob a perspectiva de implementação de iniciativas dirigidas à manutenção das instalações prediais e condições ambientais adequadas ao pleno desenvolvimento das atividades judicantes e administrativas, anota-se que o Plano de Obras, para o período de 2012/2015 da JF - 2ª Região, reúne fundamentos para diversas ações, em cumprimento à Resolução n° 114, de 20/4/2010, do CNJ c/c Resolução n° 16, de 19/5/2008, do CJF. Esse documento foi aprovado pelo Tribunal Pleno, na sessão plenária realizada em 7/7/2011, em obediência ao art. 4º da Resolução n° 114/CNJ. Em seguida, foi o referido Plano de Obras enviado ao CJF, para os fins devidos.

A construção da nova sede do TRF - 2ª Região constou como ação prioritária no Plano de Obras. De fato, o TRF - 2ª Região não pode se furtar aos reclamos sociais pela entrega da tutela jurisdicional mais ágil. Daí a necessidade de ampliar as suas instalações para melhor atender aos jurisdicionados.

Com relação à área de tecnologia da informação, enfoca-se a aquisição de “sala-cofre”, que atenderá às necessidades do TRF - 2ª Região e da SJRJ, com vistas à preservação de informações institucionais e alta disponibilidade de sistemas críticos de informação, incorporando infraestrutura de segurança certificada e sistemas de controle e monitoração do ambiente.

Cumpre observar, ainda, no que tange ao Anexo II, Parte A, da DN TCU n° 108/2010:

- o item 13, embora se aplique às Unidades que integram a JF - 2ª Região, não reuniu ocorrências, em razão de vedação para uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, imposta pelo art. 9º da Resolução n° 583/CJF, de 20/11/2007;
- o item 6 aplica-se, exclusivamente, à SJRJ, uma vez que constava Termo de Cooperação, vigente em 2011, salientando que os subitens

relacionados à prestação de contas e a devida análise ficariam a cargo do Órgão concedente. Não houve ocorrência tanto no âmbito do TRF - 2ª Região, quanto na SJES, uma vez que os convênios e congêneres assinados não implicaram transferência de recursos financeiros;

- o item 14, apesar de se aplicar à natureza das Unidades, não contemplou eventos no exercício de referência.

Em face dos resultados obtidos com ações endereçadas à efetividade, como a atuação dos Mutirões de Conciliação, a participação expressiva no cumprimento de metas estabelecidas pelo CNJ e a observância ao rigoroso planejamento gerencial que inclui revisão constante dos processos de trabalho, a Administração constata a eficiência dos meios empregados e dispõe da certeza de que empreendimentos como ampliação do Quadro de Pessoal, a construção da nova sede do TRF - 2ª Região, o acompanhamento e a implementação *pari passu* da evolução tecnológica, a interiorização da Justiça Federal na 2ª Região e a continuidade das ações voltadas às formas de pacificação dos conflitos integram a pauta dos itens prioritários da Gestão.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1. Competência Institucional

Na esfera do Poder Judiciário, a Justiça Federal é o órgão ao qual compete processar e julgar as causas em que a União, suas entidades autárquicas e empresas públicas federais figurem como interessadas na condição de autoras ou rés, além de outras questões de interesse da federação, previstas no art. 109 da Constituição Federal.

A primeira instância da Justiça Federal da 2ª Região compõe-se de Juízes Federais em exercício nas seções judiciárias sediadas nas capitais do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e nas principais cidades do interior nas subseções judiciárias.

Quanto à segunda instância de julgamento, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região julga, em grau de recurso, as ações provenientes da primeira instância (seções judiciárias), possuindo, ainda, competência originária para o exame de algumas matérias previstas no art. 108 da Constituição Federal.

Com sede na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo compõe-se de 27 Desembargadores Federais vitalícios, escolhidos entre os Juízes Federais de 1ª Instância, membros do Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, nomeados pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.

De acordo com o art. 108 da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal processar e julgar:

- originariamente:

- os juízes federais da sua área de jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;
- os mandados de segurança e os habeas data, contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;
- os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

- em grau de recurso:

- as causas decididas por juízes federais e juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

O Mapa Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região, aprovado em sessão do Plenário deste Tribunal, através da Resolução nº 48, de 18/12/2009, baseia-se na representação equilibrada de um conjunto de **15 (quinze) objetivos estratégicos** e de indicadores operacionais e financeiros, segundo três perspectivas (sociedade, processos internos e recursos), interligados por relações de

causa e efeito e operacionalizados por ações e projetos, apontando o caminho para o sucesso de sua missão institucional e o alcance da visão de futuro - *Até 2014, ser reconhecida perante à sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica,*, conforme se verifica na figura I.

FIGURA 1 - MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO



2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Análise do Plano Estratégico

A Justiça Federal da 2ª Região deu continuidade, ao longo de 2011, ao segundo ano da fase de execução e acompanhamento do Planejamento Estratégico Regional aprovado para o quinquênio 2010-2014.

Para a consecução dos objetivos estratégicos traçados foram priorizados pela Administração os projetos a serem desenvolvidos e implantados no período, de acordo com a alocação de recursos orçamentários necessários à execução das diversas ações voltadas à melhoria dos processos de trabalho e da prestação jurisdicional.

A Justiça Federal da 2ª Região atuou, em conjunto com o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça, no desdobramento da estratégia do Poder Judiciário. Participou de reuniões de trabalho, tanto do Comitê Técnico Nacional, instituído pelo CJF com

membros da área de gestão estratégica de todos os cinco TRFs e do CJF, como da Subcomissão Nacional de Metas Nacionais, criada pelo CNJ para o acompanhamento do cumprimento das atuais metas, bem como para discussão e proposição de metas futuras do Poder Judiciário.

No tocante à estratégia nacional da Justiça Federal, o CJF trabalhou com os Tribunais, no sentido de buscar o alinhamento integrado da execução, em torno de um novo mapa estratégico nacional e de um conjunto de indicadores de desempenho comuns a todos órgãos da Justiça Federal. Tal revisão e atualização do mapa está prevista para ser submetida ao Plenário do CJF no primeiro trimestre de 2012.

É importante ressaltar a participação dos órgãos da 2ª. Região em projetos de caráter nacional, tanto em nível de elaboração conjunta quanto de acompanhamento de sua implementação por outros órgãos. Dentre os projetos, podem ser relacionados o PJE (Processo Judicial Eletrônico), Malote Digital, Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação dos usuários da Justiça Federal.

Com relação às Metas Nacionais de 2011 para o Poder Judiciário, pode-se perceber uma estreita vinculação entre aquelas e a execução do Planejamento Estratégico.

Em consonância com o modelo de gestão estratégica adotado para o Poder Judiciário, vale destacar a vinculação, em termos de iniciativas e projetos, às metas nacionais de 2011, as quais foram anunciadas no final do exercício pelo CNJ após a aprovação no 4º Encontro Nacional do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro.

Assim, para o atendimento destas metas nacionais, diversas ações foram priorizadas ao longo do ano, algumas não previstas no planejamento original. Dentre elas podemos destacar:

- Apoio aos projetos de integração de ações no Complexo do Alemão (projeto Casa de Direitos e projeto Justiça Aqui, ambos do CNJ), através de Acordos e Termos de Cooperação;
- Implementação, em nível regional, de uma metodologia para gerenciamento de projetos, através da criação, por atos normativos e alocação de servidores, dos Escritórios de Projetos Regional e Institucionais, com o apoio do Conselho da Justiça Federal;
- Apoio e participação na campanha nacional pela conciliação de 2011, com o conceito “Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos”, através da realização de diversos mutirões de conciliação, processual e pré-processual, com vistas à prevenção, composição e solução de litígios;
- Intensificação das comunicações eletrônicas, através da expansão do uso do SIGA-DIGITAL e implantação efetiva do Sistema de Malote Digital;
- Participação no Fórum de Educação à Distância do Poder Judiciário e nos Cursos de Formação de Tutores e Coordenadores de Educação à Distância, promovidos pelo CNJ, visando difundir a metodologia de Educação à Distância como ferramenta de gestão e disseminação do conhecimento e proporcionar alternativas para o desenvolvimento de pessoas com otimização de recursos públicos. A proposta é a expansão gradativa do modelo de educação à distância já adotado pela EMARF, para aplicação aos servidores da Justiça Federal da 2ª Região.

Desta forma para o cumprimento integral das cinco metas nacionais para o ano de 2011 foram definidas as seguintes ações e projetos:

TABELA 1– PLANO DE AÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS DE 2011

Meta	Plano de Ação/Projeto	Situação
01/2011	Implantados os Escritórios de Projetos Estratégicos no TRF2 e nas seccionais e cumpridos os demais requisitos da meta no que tocante a adoção da metodologia de gerenciamento de projetos estratégicos, bem como a transparência das informações gerenciais.	Cumprida
02/2011	Na SJRJ todas as Varas Criminais possuem equipamentos apropriados e servidores capacitados para utilização do sistema de registro audiovisual em audiências. Na SJES o sistema de registro audiovisual em audiências já tem sido utilizado nas Varas Criminais desde 2008.	Cumprida
03/2011	A meta é uma reedição da meta 01/2010, quando a 2ª Região já havia atingido o índice de 103%. Neste exercício foram cumpridos 107,2%.	Cumprida
04/2011	O TRF2, através do Centro Cultural da Justiça Federal, disponibiliza programas de esclarecimento da história do prédio que abriga o CCJF, passando pela instalação do Supremo Tribunal Federal - STF, com foco no panorama histórico até a atualidade. Está integrado ao programa Conhecendo a SJRJ, recebendo visita de estudantes de escolas públicas. Na SRJ, o programa Conhecendo a SJRJ apresenta aos alunos do ensino médio o funcionamento da Justiça Federal do Rio de Janeiro. É direcionado a alunos e educadores de ensino médio, e tem por objetivos desmistificar os órgãos do Poder Judiciário e o papel dos magistrados; despertar reflexões sobre o exercício da cidadania; fornecer subsídios para possíveis escolhas acadêmicas; e informar as atribuições da Justiça Federal, destacando sua relevância social. Durante a visita à SJRJ, os estudantes acompanham palestras sobre cidadania e o papel dos Poderes da República – com ênfase sobre o Judiciário e sobre a Justiça Federal; assistem à simulação de uma audiência e fazem uma visita orientada ao Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). A SJES realizou iniciativas, como por exemplo, palestras na Prefeitura de Vitória e esclarecimento sobre os Direitos dos Idosos.	Cumprida
09/2011	De um total de 164 unidades judiciárias na 2ª Região: 164, dentre do 1º grau (varas, juizados e turmas recursais) e gabinetes dos desembargadores federais no TRF, 126 unidades já tiveram o processo eletrônico efetivamente implantado. Este grau de virtualização de 77% atendeu plenamente o disposto na meta 09/2011 que previa a instalação em 70% das unidades. As 11 varas criminais e os 27 gabinetes do TRF ainda não implantaram o processo eletrônico, o que deve ser viabilizado nos próximos exercícios.	Cumprida

2.2.2 Análise do Plano de Ação referente ao Exercício de 2011

A partir da divulgação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o exercício de 2011, após o IV Encontro Nacional do Judiciário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 2010, o gerenciamento de projetos adquiriu maior relevância, através da Meta nº 1, cujo objetivo seria “criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica”. Neste contexto, foram publicadas a Resolução nº 148/2011, do Conselho da Justiça Federal, e expedida a Circular nº 13/2011, da Secretaria Geral do TRF, que permitiram ao Escritório de Projetos, implementado no TRF em uma seção vinculada à Coordenadoria de Gestão Estratégica, realizar as atividades de acompanhamento e execução dos projetos estratégicos, tanto aqueles do tribunal quanto os das seccionais, em função da sua competência prevista enquanto Escritório de Projetos Regional.

Assim, em conjunto com os Comitês Regional e Institucional, coube ao Escritório de Projetos do TRF fazer uma nova análise do portfólio (conjunto) de projetos, tanto em caráter regional, através de orientação para que os correspondentes Escritórios de Projetos Seccionais atualizassem suas informações sobre projetos, quanto em caráter institucional, reavaliando a composição da carteira de projetos no tribunal. Com essa perspectiva de trabalho, o Escritório de Projetos do TRF realizou reuniões setoriais com as áreas gestoras envolvidas na execução dos projetos estratégicos, tomando como base os seguintes critérios:

- **Reclassificação** dos projetos listados de acordo com o conceito original do termo projeto, enquanto “empreendimento temporário, capaz de gerar um produto ou um serviço único, com recursos limitados.”
- **Categorização** de projetos enquanto **estratégicos** somente para aqueles que “estão associados aos fatores críticos de sucesso dos objetivos estratégicos, e que contribuem para o alcance das metas estratégicas e da Visão de Futuro da Justiça Federal”.
- **Recategorização** de projetos que poderiam ser agrupados enquanto **programa**, por fazerem parte de um “conjunto de projetos inter-relacionados administrados de forma coordenada com a finalidade de facilitar o gerenciamento, garantindo o alcance de resultados integrados”.
- **Inclusão** de projetos que não tinham sido contemplados no documento original do Planejamento Estratégico, mas que por sua natureza ganharam a condição de Projetos Estratégicos, com execução prevista até o final de 2014 e aprovação da alta administração do TRF.

Em função disso, obteve-se o seguinte quadro situacional de projetos para a 2ª. Região, ao final de 2011:

TABELA 2: STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA 2ª. REGIÃO

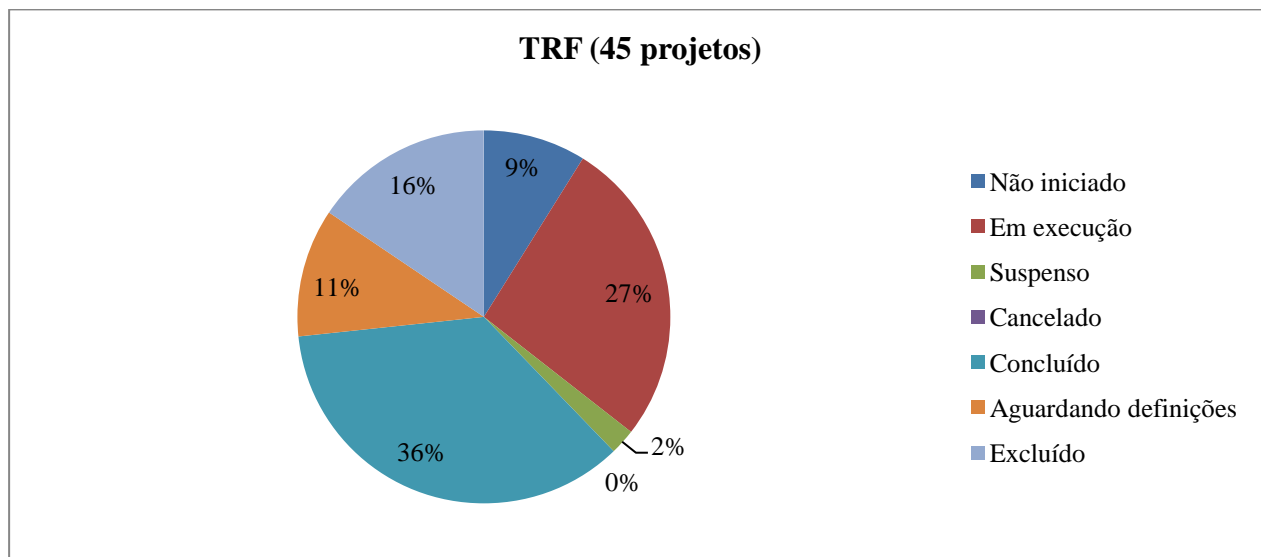
Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF	1. Acessibilidade – PNE	Aguardando definições	dez/2014
TRF	2. Ouvidoria Geral	Concluído	jan/2012
TRF	3. Atendimento ao Cidadão	Não iniciado	dez/2014
TRF	4. Consulta Processual Via Quiosque CEF	Excluído	-
TRF	5. Cultura e Cidadania	Concluído	dez/2010

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF	6. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF	7. Justiça 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF	8. Portal de Informações Gerenciais	Aguardando definições	dez/2014
TRF	9. Elaboração do PDTI	Concluído	abr/2010
TRF	10. Padronização das Tabelas Nacionais	Em execução	dez/2014
TRF	11. Implantação de novas Varas e JEFs	Em execução	dez/2014
TRF	12. Ampliação do Número de Varas e JEFs	Excluído	-
TRF	13. Modernização da infraestrutura	Excluído	-
TRF	14. Ampliação da Área Física do TRF	Em execução	dez/2014
TRF	15. Modernização dos Elevadores	Concluído	dez/2014
TRF	16. Atualização do Parque Gráfico	Em execução	dez/2014
TRF	17. Reestruturação das Salas de Perícia	Concluído	ago/2010
TRF	18. Segurança Institucional	Excluído	-
TRF	19. Biblioteca Digital	Em execução	dez/2014
TRF	20. CAE - Curso de Aperfeiçoamento e Especialização Magistrados	Concluído	out/2010
TRF	21. Programa de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores – PCRH	Concluído	nov/2010
TRF	22. Saúde	Concluído	dez/2010
TRF	23. Pesquisa de Clima Organizacional	Excluído	dez/2014
TRF	24. Implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SGP	Aguardando definições	dez/2014
TRF	25. Ampliação do Número de Cargos Efetivos	Excluído	-
TRF	26. Valorização funcional	Concluído	out/2010
TRF	27. Comunicação Institucional	Não iniciado	dez/2014
TRF	28. Programação Visual	Em execução	dez/2014
TRF	29. Nova Intranet	Em execução	dez/2014
TRF	30. Reformulação do Portal	Em execução	dez/2014
TRF	31. Pesquisa de Satisfação dos Usuários da 2ª Região	Concluído	nov/2010
TRF	32. Escritório de Processos	Não iniciado	dez/2014
TRF	33. Escritório de Projetos	Concluído	dez/2014
TRF	34. FOREJEF – Fórum Regional dos JEFs	Excluído	-
TRF	35. GAG - Grupo de Apoio ao Gabinete	Concluído	dez/2010
TRF	36. JEF Itinerante	Concluído	dez/2010
TRF	37. Mutirão de conciliação	Concluído	dez/2010
TRF	38. Perícia Itinerante	Concluído	dez/2010
TRF	39. Agenda Ambiental	Suspenso	dez/2014
TRF	40. Racionalização do Consumo de Energia Elétrica	Aguardando definições	dez/2014

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF	41. Nova Sede do TRF2	Aguardando definições	dez/2014
TRF	42. Governança de TI	Não iniciado	Não definida
TRF	43. Memória Institucional	Em execução	dez/2014
TRF	44. 1ª. Conferência de Dirigentes - JF - 2ª. Região	Concluído	dez/2011
TRF	45. Biblioteca Acessível	Em execução	dez/2014
SJRJ	1. Reforma Foro Rio Branco	Não iniciado	dez/2012
SJRJ	2. Transferência Sede Nova Iguaçu	Concluído	nov/2011
SJRJ	3. Transferência Sede de Itaboraí	Em execução	jun/2012
SJRJ	4. Instalação da 6ª VF de São João de Meriti e transferência de sede	Em execução	mai/2012
SJRJ	5. Transferência da 4ª Vara Cível para Rio Branco	Concluído	dez/2011
SJRJ	6. Transferência da 32ª Vara Cível para Rio Branco	Concluído	dez/2011
SJRJ	7. Instalação da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal	Concluído	jan/2012
SJRJ	8. Instalação da 10ª Vara Federal Criminal	Concluído	jan/2012
SJRJ	9. Transferência Sede Administrativa	Em execução	dez/2011
SJRJ	10. Transferência da SESAU/RB e SEPER para Almirante Barroso	Concluído	nov/2011
SJRJ	11. Ampliação da ocupação da AB	Em execução	dez/2013
SJRJ	12. Transferência Sede de Magé	Cancelado	jun/2012
SJRJ	13. Ampliação das Turmas Recursais	Concluído	dez/2011
SJRJ	14. Transferência da TI TRF2 para o 7º andar da Rio Branco	Não iniciado	Não definida
SJRJ	15. Instalação da 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia	Em execução	mar/2012
SJRJ	16. Instalação do 2º JEF compartilhado com o 1º JEF em Campos	Em execução	abr/2012
SJES	1. Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional	Não iniciado	Não definida
SJES	2. Justiça Federal, Muito Prazer	Concluído	dez/2011
SJES	3. Acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais	Concluído	dez/2011
SJES	4. Ampliação do Fórum de Cachoeiro de Itapemirim	Em execução	9 meses após início da expansão
SJES	5. Administração 100% Digital	Em execução	mar/2012
SJES	6. Justiça 100% Digital	Em execução	Não definida
SJES	7. Acesso Cidadão - Reformulação da Intranet e da Internet	Concluído	dez/2011

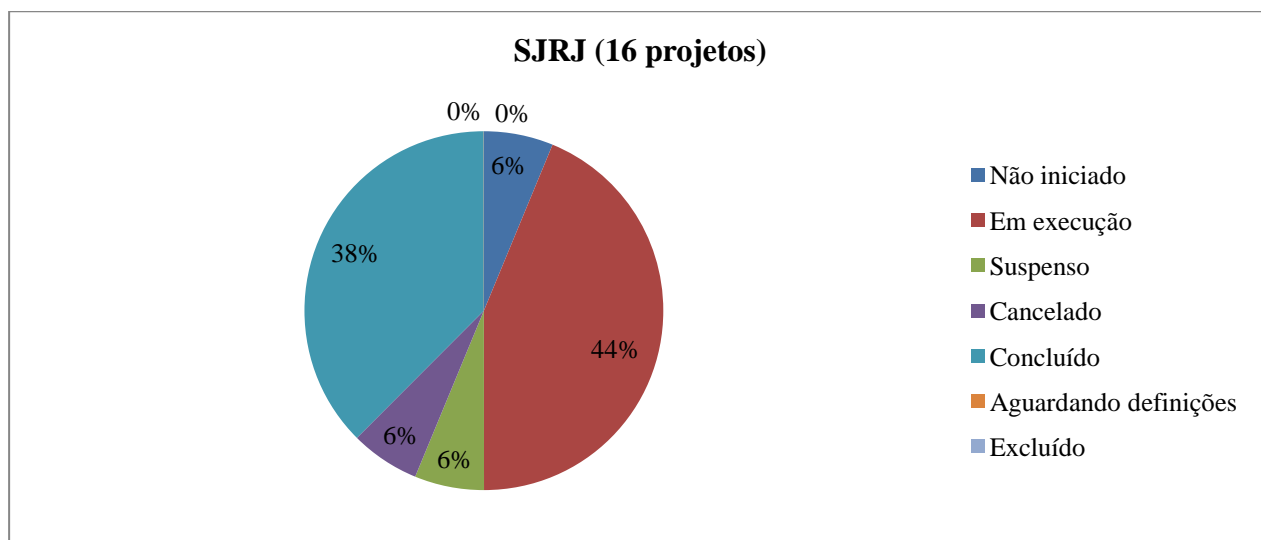
Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

GRÁFICO 1: STATUS DOS PROJETOS DA TRF – 2ª. REGIÃO



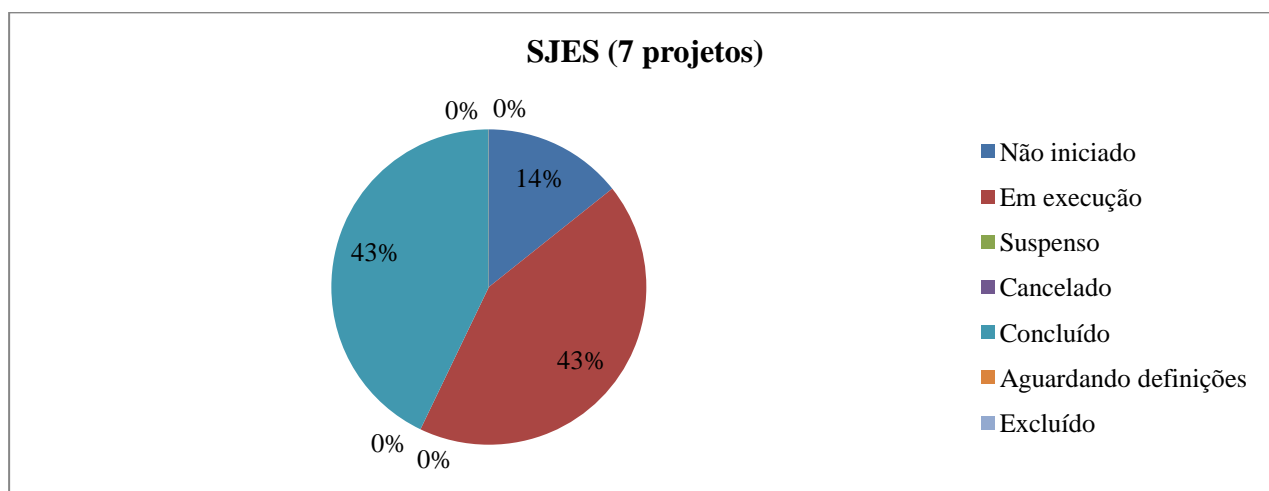
Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

GRÁFICO 2: STATUS DOS PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



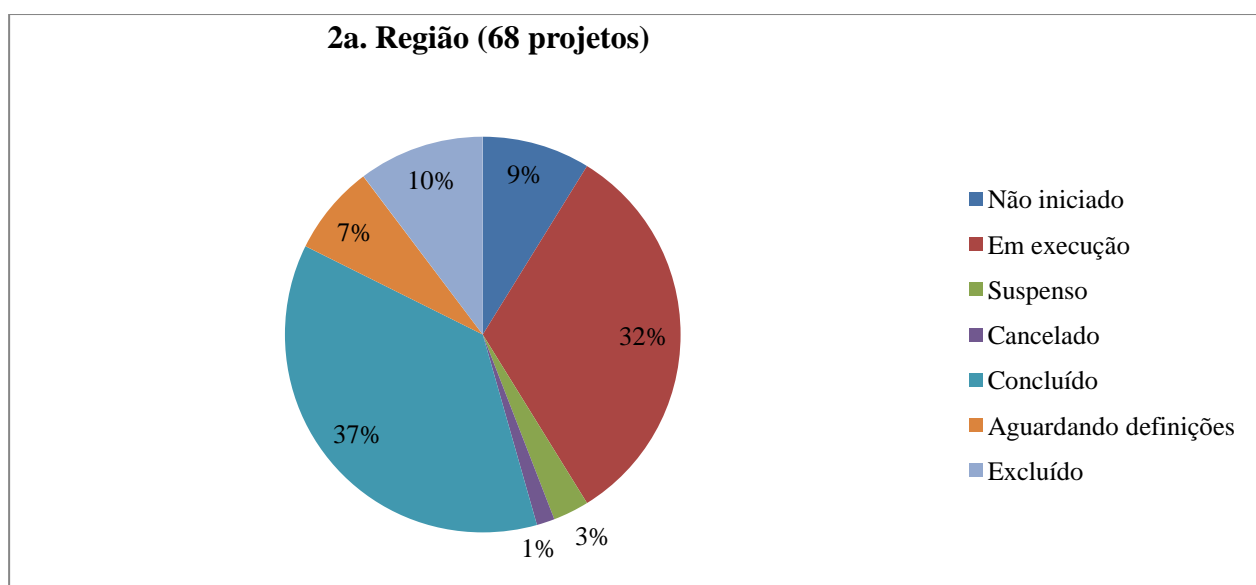
Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

GRÁFICO 3: STATUS DOS PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

GRÁFICO 4: STATUS DOS PROJETOS DA 2ª. REGIÃO (TOTAL)



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Uma análise dos gráficos exibidos anteriormente nos permite verificar que mais da metade (69%) dos projetos estratégicos constantes na carteira de projetos da 2ª. Região estão concluídos ou em andamento. Considerando-se já se passaram dois anos desde a implantação do Planejamento Estratégico, constata-se uma evolução positiva em termos de execução e acompanhamento do portfólio, com tendência de melhoria efetiva a partir da operação plena dos Escritórios de Projetos (Regional e Institucionais) na coordenação e apoio metodológico às iniciativas da 2ª. Região em 2012.

A Meta nº 1 do Poder Judiciário possuía vários itens de ações que deveriam ser implementadas, a fim de que se pudesse considerá-la cumprida integralmente. Como alguns itens diziam respeito à “orientação dos gestores na condução das etapas de execução de um projeto”, foi

feito um esforço adicional, em termos de capacitação, para que se pudesse qualificar um número maior de servidores para atuar como gerentes de projetos. No TRF, com o apoio da Secretaria de Recursos Humanos, através de sua Divisão de Capacitação e Treinamento, foram oferecidos 3 cursos, com 33 pessoas qualificadas em Gerenciamento de Projetos. No caso da Seção Judiciária do Espírito Santo, também houve treinamento em Gerenciamento de Projetos, através de curso ministrado na própria seccional, com qualificação de 16 servidores.

Outros quesitos para o cumprimento integral da Meta nº 1 diziam respeito à publicidade e transparência das informações relacionadas ao conjunto de projetos da 2ª. Região. Para atender a essa exigência, foi criada uma estrutura tipo *web*, com uma página de *intranet* (acessível por qualquer navegador atualizado) e um software de ambiente colaborativo (o *Sharepoint da Microsoft*) capaz de disponibilizar a relação de projetos e outros documentos relacionados ao gerenciamento de projetos (aplicação da metodologia, planilhas de controle, etc.).

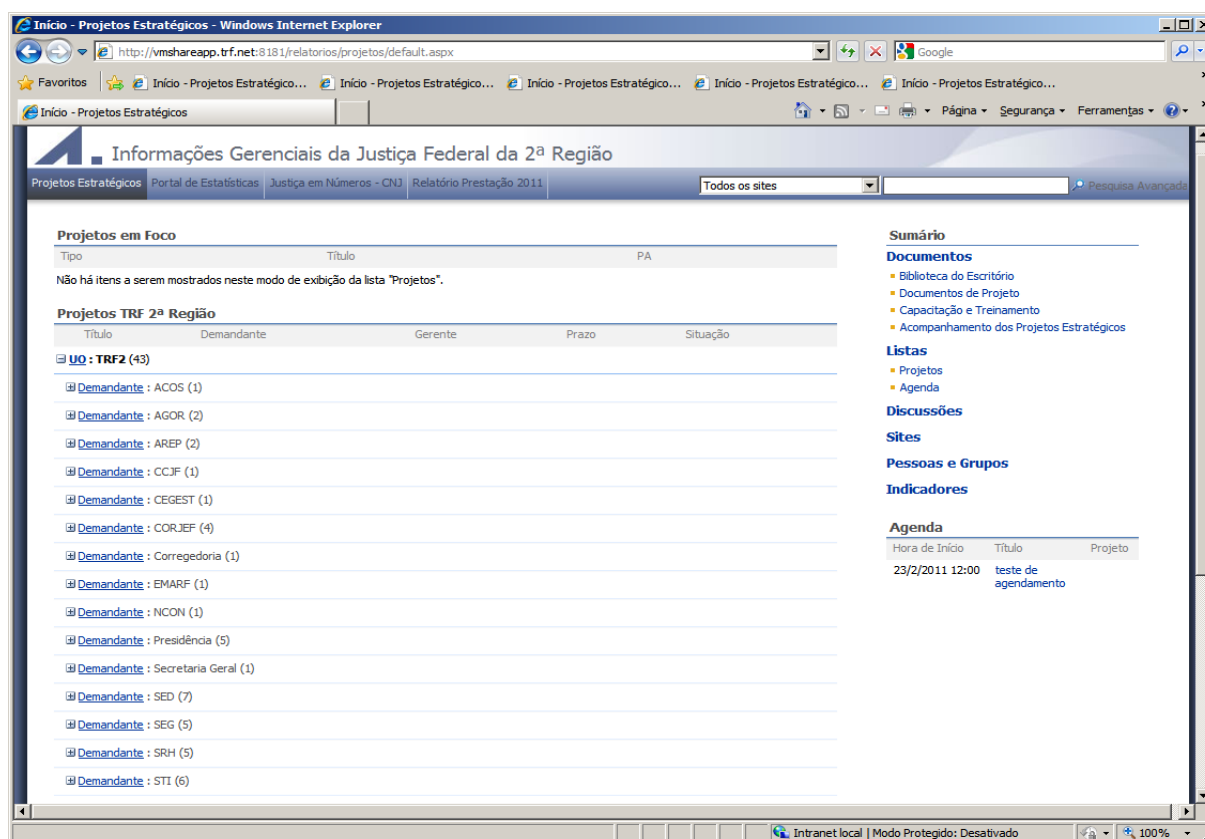
Com isto, ao longo de 2011, o Gerenciamento de Projetos pode atuar de maneira mais efetiva enquanto elemento de apoio à realização do Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 2ª. Região.

As figuras a seguir ilustram a estrutura na *web* criada para disponibilizar as informações gerenciais sobre projetos estratégicos na 2ª. Região.

FIGURA 2 - PORTAL DA GESTÃO ESTRATÉGICA



FIGURA 3 - ESCRITÓRIO DE PROJETOS



Concomitante aos projetos regionais, a Justiça Federal da 2ª Região não mediu esforços para alcançar o cumprimento das Metas do Poder Judiciário, tanto as pendentes dos anos de 2009 e 2010, quanto às relativas ao ano de 2011.

No início de 2011, foram consideradas pendentes de cumprimento as seguintes metas nacionais, as quais seriam acompanhadas pelo CNJ.

TABELA 3: METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PENDENTES NA 2ª. REGIÃO

Metas Nacionais para 2011
Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.
Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.
Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.
Meta 9.(*). Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011. (* meta específica para o segmento Justiça Federal)
Metas Prioritárias para 2010
Meta 2. Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;
Meta 3. Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais; (referência: acervo em 31/12/2009);
Meta 4. Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.
Metas de Nivelamento de 2009

Meta 2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

Foi designado pela Presidência do Tribunal, através da Portaria nº 2011/591, de 31/05/2011, alterada, posteriormente, pelas portarias nº 2011/719, de 28/07/2011 e T2-PTB nº 2011/00078, de 14/10/2011, um desembargador federal como gestor coordenador das metas nacionais de 2011 e das metas remanescentes ainda não cumpridas na 2ª Região, com a atribuição de gerenciamento e controle para o efetivo cumprimento das mesmas até 31/12/2011, bem como representar o Tribunal perante o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal.

A partir de 2011, o CNJ iniciou nova configuração da gestão das metas com a criação das subcomissões nacionais de metas, por segmento do Judiciário. Através da Portaria CNJ nº 044, de 27/05/2011, foi instituída a Subcomissão de Metas da Justiça Federal, com o objetivo de facilitar a interlocução com o CNJ e os tribunais, recebendo dúvidas, sugestões e demandas referentes às metas atuais, ao glossário e ao sistema de informação, bem como a apresentação de propostas de novas metas para 2012 e 2013, a serem votadas nos encontros anuais do Poder Judiciário, conforme Resolução nº 70, do CNJ.

A nova configuração da gestão das metas por intermédio das Subcomissões teve como benefício permitir maior aprofundamento dos temas e mais interação entre cada ramo da justiça e o CNJ, propiciando a redação de propostas de metas e de glossários mais adequados para 2012 e 2013, com atenção às peculiaridades de cada Justiça.

Assim, com o intuito de subsidiar as reuniões de trabalho com a referida Subcomissão, os gestores da Justiça Federal levaram ao conhecimento do CNJ as seguintes dificuldades enfrentadas para o cumprimento integral das metas nacionais referentes aos anos de 2009 e 2010:

- **Meta 2/2009 e 2/2010:** O cumprimento integral dessas Metas encontra-se prejudicado por fatores como o retorno de autos de instâncias superiores para novo julgamento e o sobrestamento de processos que aguardam julgamento de recursos. Diante disso, definiu-se a necessidade de rever o critério de cumprimento para os Tribunais que continuam acompanhando. Sugeriu-se estabelecer um percentual satisfatório de cumprimento, porém o CNJ optou por continuar com a atual sistemática de avaliação.
- **Meta 3/2010:** Sugeriu-se desconsiderar do glossário as cartas, os sobrestados, os suspensos, os arquivados, os pendentes de RPV e outros que retardam seu cumprimento. O alvo móvel também foi apontado como fator “dificultador”. Definiu-se que o CNJ fará uma avaliação dos processos que deverão ser contabilizados, a fim de harmonizar o entendimento entre os Tribunais.
- **Meta 4/2010:** Foi sugerido que a contabilização do grau de cumprimento leve em conta o resultado acumulado ao longo do período e não no mês de referência e que os “dias” sejam considerados como “dias úteis” e que “publicar” seja alterado para “tornar público”. As alterações sugeridas foram incorporadas ao novo glossário das metas, a partir de setembro/2011.

Ao final de 2011, o desempenho no cumprimento das metas nacionais fixadas para o exercício atingiu o índice de 100%, evidenciando os esforços de magistrados e servidores da 2ª Região na busca de um desempenho de excelência.

No tocante às metas remanescentes de 2009 e 2010, embora não se tenha alcançado o percentual de 100%, o desempenho obtido foi bem expressivo, como demonstrado abaixo:

- Meta nº 02 (englobando o total da Meta 02/2009 e 2010) aumentou de 85,7% em dezembro/2010 para 92,4% em 2011, restando o saldo de processos para julgar de 6.194 processos na 2ª Região. Vale lembrar que o saldo inicial da meta nº 02 (base: 31/12/2008) montava 81.765 processos;

- Meta nº 03/2010 foi cumprida parcialmente, pois na parcela estabelecida de redução de 10% no acervo de processos na fase de execução foi atingido o percentual de 21,5%, enquanto no acervo de execução fiscal foi verificado um aumento no acervo na ordem de 14,8%, ao contrário da redução fixada de 20%.

- Meta nº 04/2010 atingiu em dezembro/2011 um percentual de 87,3% de publicação dos acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento, ao contrário do índice obtido no ano anterior de 52,5%.

O desempenho geral da Justiça Federal da 2ª Região pode ser visualizado na tabela 4 a seguir.

TABELA 4: GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS PELA 2ª. REGIÃO

Metas Nacionais para 2011	Grau de Cumprimento (%)
Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.	100%
Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.	100%
Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.	100%
Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.	100%
Meta 9.(*) Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011. (*) meta específica para o segmento Justiça Federal	100%
Metas Prioritárias para 2010	Grau de Cumprimento (%)
Meta 2. Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;	84,6%
Meta 3. Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais; (referência: acervo em 31/12/2009);	21,5% (execução não fiscal) -14,8% (execução fiscal)
Meta 4. Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	87,3% (dez 11) 74,4% (acum11)
Metas de Nivelamento de 2009	Grau de Cumprimento (%)
Meta 2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	94,1%

Durante o 5º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2011, foram aprovadas pelos Presidentes dos 90 tribunais do país as novas metas que deverão ser perseguidas pelo Poder Judiciário para 2012. Uma das inovações do CNJ, no Encontro, foi a antecipação da votação de duas metas de produtividade para 2013, de forma a permitir que os tribunais tenham tempo de planejar e incluir no orçamento os recursos para projetos e ações que vão auxiliar no cumprimento de tais objetivos.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1. – Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

As informações prestadas neste tópico referem-se ao único Programa de Governo sob a gerência e responsabilidade da Justiça Federal constante do Plano Plurianual – PPA.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0569					
Denominação	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	(*1)					
Objetivos Específicos	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.					
Gerente	(*2)					
Público Alvo	Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial (*2)	Final					
-	989.533.428	984.266.552	933.601.401	50.665.150	932.970.924	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal	dez/07	22,00	21,00	21,00	27,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de processos julgados e a soma do número de processos distribuídos no ano e o estoque de processos não julgados dos anos anteriores.						
Análise do Resultado Alcançado						
As Unidades que compõem a Justiça Federal – JF da 2ª Região conquistaram um índice de 27%, enquanto a previsão inicial era de 21%. De fato, o estabelecimento de indicadores e metas revela importante etapa do planejamento nas instituições. A indicação precisa de resultados a serem atingidos demonstra não só a transparência dos atos, mas também o comprometimento de Magistrados e servidores no contínuo aperfeiçoamento da prestação de serviços aos Jurisdicionados.						
Neste contexto, assinalamos o cumprimento de todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para o exercício de 2011, e, ainda, a instalação de 05 novas Varas Federais no Estado do Rio de Janeiro. O detalhamento das metas, do plano de ação e dos indicadores estratégicos constará da seção própria.						

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI / Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento do Plano Plurianual - SIGPlan

(*1) No sistema SIGPlan, o campo correspondente não está preenchido.

(*2) A dotação inicial e o gerente do programa serão informados no Relatório do Conselho da Justiça Federal - CJF (Unidade Gestora - UG 090001).

Análise Crítica:

A execução dos recursos das atividades e dos projetos vinculados ao programa Prestação Jurisdicional da Justiça Federal proporcionou importantes iniciativas, tais como: capacitação dos servidores, manutenção do complexo predial, investimentos em infraestrutura e concessão benefícios sociais; enfim, ações indispensáveis ao bom funcionamento das Unidades da 2ª Região e ao atendimento das condições para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

No tocante à dotação final consignada no programa, restaram contingenciados

R\$ 3.632.172,00, representando cerca de 0,37% das dotações vinculadas à 2ª Região, sendo R\$ 1.419.995,00 da Unidade Orçamentária - UO 12.103 e R\$ 2.212.177,00 da UO 12.101.

Registra-se que os recursos bloqueados por força do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) incidiram, inicialmente, sobre as ações constantes da reserva técnica do Conselho da Justiça Federal - CJF.

Diante disso, as ações que permaneceram indisponíveis para execução não prejudicaram o resultado do programa, pois a programação definida para o exercício não considerou os respectivos créditos, apesar de atribuídos parcialmente à Região no 2º semestre de 2011.

Por fim, destaca-se o alto nível de execução orçamentária (99,86%) em relação à dotação efetivamente disponibilizada ao final do exercício (R\$ 985.689.826,91), excluídos os montantes contingenciados e os *destaques* concedidos pelo TRF-2ª REGIÃO e pela SJRJ ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, no montante de R\$ 211.429,09.

2.3.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

O exame em tela se refere às metas físicas das ações constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA 2011, relativas aos Programas Prestação Jurisdicional da Justiça Federal e Previdência de Inativos e Pensionistas da União, excluindo, assim, as ações que foram objeto de *destaques* recebidos para atendimento do Programa Cumprimento de Sentenças Judiciais.

Apresentam-se, a seguir, os demonstrativos das metas físicas previstas e realizadas no exercício de 2011, bem como as metas a serem realizadas para o exercício de 2012 pelo TRF-2ª REGIÃO (UO 12.103) e pelas Unidades Jurisdicionadas “Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro” (UO 12.101), à conta dos recursos inscritos em restos a pagar.

Cumprir acrescentar que será informada, ainda, a dotação disponibilizada, bem como a execução orçamentária/financeira verificada no exercício de 2011, relativas às respectivas ações, excluindo, para tanto, os recursos contingenciados (R\$ 2.212.177,00 – UO 12.101 e R\$ 1.419.995,00 – UO 12.103) e, ainda, o *destaque* concedido (R\$ 9.228,67 – UO 12.101 e R\$ 202.200,42 – UO 12.103).

QUADRO A.2.2.A - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ - UO 12.101

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
2	301	0569	2004	A	4	Servidor Beneficiado	9.001	6.599	5.702
2	365	0569	2010	A	4	Criança Atendida	742	777	30
2	331	0569	2011	A	4	Servidor Beneficiado	667	765	-
2	306	0569	2012	A	4	Servidor Beneficiado	3.087	3.322	02
2	128	0569	4091	A	4	Servidor Capacitado	1.115	1.561	20
2	061	0569	4224	A	4	Pessoa Assistida	12.725	35.708	200
2	061	0569	4257	A	4	Processos Julgados	401.469	312.726	-
2	122	0569	1136	P	4	Instalação Modernizada	1	1	1

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
2	122	0569	3755	P	4	Vara Federal Instalada	5	5	-
2	126	0569	3757	P	4	-	-	-	-
2	122	0569	09HB	OP	4	-	-	-	-
9	272	0089	0396	OP	4	-	-	-	-

Fonte das metas:

Meta prevista: Meta prevista para a LOA 2011, conforme dados fornecidos pelas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Meta realizada/Meta a ser realizada em 2012: SIGPLAN 2011

Análise Crítica:

Preliminarmente, destacamos que, embora tenha havido contingenciamento de recursos da UO 12.101 – Justiça Federal de 1º Grau vinculada à 2ª Região, o bloqueio não prejudicou a execução física das ações, tendo em vista que o montante bloqueado foi oriundo da reserva mantida pelo CJF, motivo pelo qual as metas inicialmente definidas não foram impactadas diretamente.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica

Relativamente às Seções Judiciárias, os recursos alocados na ação atenderam, no exercício, a 6.599 beneficiários, média verificada nos 12 meses de execução.

Da dotação de R\$ 8.430.080,00, foram empenhados R\$ 8.350.389,63, para uma liquidação efetiva de R\$ 7.333.524,46. Destaca-se que dos valores informados, R\$ 2.607.540,00 foram gerenciados pelo TRF-2ª REGIÃO com vistas ao atendimento do contrato firmado com a empresa Unimed Norte-Nordeste que inclui as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sendo comprometido o montante de R\$ 2.606.680,00 e liquidado o valor de R\$ 2.477.591,23.

A meta prevista inicialmente não foi alcançada, haja vista que, na data da elaboração da Proposta Orçamentária para 2011 (março/2010), considerou-se a expectativa de ingresso dos servidores e de seus dependentes que ainda não estavam cadastrados no programa, o que de fato não ocorreu, além de desligamentos não previstos.

Apesar disso, foram adotadas todas as medidas gerenciais ao pleno alcance do objetivo da ação, uma vez que o benefício foi concedido a todos que buscaram o programa.

Ressalta-se que serão atendidos, à conta de recursos inscritos em restos a pagar, 5.702 beneficiários do auxílio-saúde não considerados no cálculo da meta realizada em 2011, por força do disposto na Resolução nº 2/2008, do CJF, que determina o pagamento do benefício no mês subsequente ao de competência.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

O crédito recebido foi de R\$ 3.199.844,00, dos quais foram empenhados R\$ 3.194.522,44, com uma liquidação efetiva de R\$ 3.181.522,44.

A meta alcançada (777) foi superior à prevista (742), em virtude de nascimentos, novas posses e requisições de servidores, ao longo do exercício.

Destaca-se que serão atendidas, à conta de recursos inscritos em restos a pagar, 30 crianças.

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores

Durante o exercício, foram beneficiados 765 servidores, superando em 14,69% a média inicial estimada, em decorrência de nomeações e novas adesões.

No exercício de 2011, o crédito recebido nesta ação foi de R\$ 1.449.953,00, dos quais foram empenhados R\$ 1.449.213,66, com uma liquidação efetiva de R\$ 1.439.486,25, representando uma execução financeira de 99,28%.

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores

A meta executada ultrapassou a meta prevista em função do início do pagamento do benefício aos magistrados, cujo quantitativo não foi previsto inicialmente. A autorização para a extensão do programa aos magistrados foi estabelecida pela Resolução nº 133, de 21/06/2011, do CNJ, e Resoluções nº 175, de 16/12/2011, e nº 180, de 26/12/2011, ambas do CJF. Serão beneficiados, ainda, 02 servidores à conta de recursos inscritos em restos a pagar.

Do crédito recebido (R\$ 26.152.944,00), foram empenhados R\$ 26.152.940,88, para uma liquidação efetiva de R\$ 26.056.240,58, representando 99,63% de execução financeira.

Ação 4091 - Capacitação de Recursos Humanos

Durante o exercício, verificamos a capacitação de 1.561 servidores, nas modalidades presencial e à distância, superando a meta inicialmente prevista em 40%, em função da otimização dos recursos de treinamento, que priorizou a contratação de instrutoria para turmas *In Company*, permitindo o treinamento de grupos maiores. Ressalta-se que serão capacitados, à conta de recursos inscritos em restos a pagar, 20 servidores.

O crédito recebido foi de R\$ 789.000,00, dos quais foram empenhados pelas Seções Judiciárias R\$ 779.590,72, com uma liquidação efetiva de R\$ 719.398,22, representando 91,18% de execução financeira.

Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 35.708 pessoas que buscaram a proteção da Justiça Federal de 1º grau, superando a meta inicialmente prevista de 12.725 pessoas. Serão atendidas, ainda, à conta de recursos inscritos em restos a pagar, 200 pessoas. Ressalta-se que a meta de 12.725 pessoas foi atribuída em função do limite de crédito inicialmente definido pelo CJF.

A diferença entre a meta física alcançada e a prevista deu-se em virtude dos seguintes fatores: crescente procura dos jurisdicionados pela JF, virtualização dos processos (tendo em vista que os autos eletrônicos, ao eliminar razoavelmente a quantidade de rotinas cartorárias, contribuem diretamente para uma maior agilidade processual, refletindo no número de perícias realizadas e, conseqüentemente, de pessoas assistidas), expansão das atividades jurisdicionais, interiorização da Justiça Federal através da instalação de novas Varas, e, também, agregação da competência delegada.

No entanto, nem todas as demandas apresentadas foram atendidas, tendo em vista a insuficiência orçamentária, o que pode ser verificado através dos registros contábeis realizados nas contas de passivo, conforme item 3.1. deste Relatório.

O crédito recebido no exercício de 2011 foi de R\$ 7.571.202,00, dos quais foram empenhados R\$ 7.571.200,39, com uma liquidação efetiva de R\$ 7.515.915,25.

Ação 4257 - Julgamento de Causas

No exercício de 2011, as Seções Judiciárias da 2ª Região executaram 77,90% da meta estabelecida por ocasião da elaboração do PPA 2008-2011. A Seção Judiciária do Espírito Santo –

SJES - alcançou 93,98% de sua estimativa (34.729 processos julgados), enquanto a Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ - atingiu 76,37% da meta fixada para o exercício (366.740 processos julgados).

Apesar de a meta alcançada ter sido inferior à prevista, o desempenho em 2011 superou o de exercícios anteriores. A análise comparativa dos três últimos exercícios aponta crescimento, em 2011, de 10% no total de processos julgados comparado ao ano de 2010, e de 8% em relação aos resultados de 2009.

Os motivos elencados, a seguir, justificam o não alcance das metas previstas pelas respectivas Seções Judiciárias:

- suspensão de prazos para que ocorresse a ocupação da nova Sede em Vitória-ES;
- dificuldades para obtenção de perícias, haja vista os valores pagos quando a parte é beneficiária da assistência gratuita;
- dificuldades para localização dos réus, demandando várias diligências;
- superdimensionamento do número de processos julgados à época da elaboração do PPA 2008-2011.

Apesar desses fatores, anotamos que o acréscimo de processos julgados foi possível em virtude dos esforços de juízes e servidores, bem como da implementação de instrumentos como as conciliações.

A dotação colocada à disposição das Seções Judiciárias foi de R\$ 565.659.556,69, para um comprometimento de R\$ 565.305.973,87, com uma liquidação efetiva de R\$ 548.305.101,38.

Na categoria “pessoal”, foram empenhados R\$ 491.681.349,39, com uma liquidação efetiva de R\$ 491.477.361,90, para uma dotação de R\$ 491.684.862,69.

No tocante às demais despesas, foram comprometidos R\$ 73.624.624,48, com uma liquidação efetiva de R\$ 56.827.739,48, para uma dotação de R\$ 73.974.694,00.

Ação 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

De uma dotação final de R\$ 1.742.132,00 verificou-se um comprometimento de R\$ 1.740.786,21, com uma liquidação efetiva de R\$ 208.513,34.

Tendo em vista que houve suplementação de recursos ao final do exercício, foram inscritos em restos a pagar R\$ 1.532.272,87. Com a execução do aporte adicional, será possível a superação da meta inicialmente prevista, com a modernização de mais 01 imóvel, que proporcionará um melhor funcionamento do prédio sede da Justiça Federal do Rio de Janeiro, através da instalação de novos elevadores.

Ação 3755 - Implantação das Varas Federais

Foram liberados para execução R\$ 2.531.325,00, dos quais foram comprometidos R\$ 2.531.324,00, com uma liquidação efetiva de R\$ 296.872,74.

Registra-se que a meta foi plenamente atingida, apesar de inscrição de recursos em restos a pagar, com a instalação de 5 varas federais, decorrentes da Lei nº 12.011/2009, em consonância com o cronograma previsto na Resolução nº 102/CJF, de 14/04/2010, a saber: 2ª VF de Nova Iguaçu/RJ, 4ª e 32ª Varas Cíveis Federais do Rio de Janeiro, 2ª VF de Duque de Caxias/RJ e 2ª VF de Itaboraí/RJ.

Ação 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional

Preliminarmente, cabe registrar que as dotações desse Projeto são consignadas na UO 12.101 – Justiça Federal de 1º Grau, apesar de serem executadas também pelos Tribunais Regionais Federais, tendo em vista sua abrangência nacional.

A dotação final para toda a 2ª Região perfaz o montante de R\$ 15.903.890,00, tendo sido empenhados R\$ 15.878.959,90 e inscritos em restos a pagar R\$ 15.077.337,38.

A análise a seguir considera os créditos sob a responsabilidade de cada Unidade vinculada à Segunda Região, sendo oportuno assinalar que a avaliação da meta física constante da LOA ficará a cargo do CJF, unidade responsável pelo gerenciamento dessa ação.

Unidade Responsável pela Execução - TRF 2ª Região:

O crédito destinado à programação do TRF-2ª REGIÃO foi de R\$ 10.277.213,16, tendo sido empenhados R\$ 10.276.640,60 (99,99%) e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 9.599.340,60.

Os investimentos tecnológicos realizados foram destinados ao nivelamento da infraestrutura de tecnologia da informação – TI (R\$ 2.635.458,60) e ao projeto estratégico Justiça 100% Digital (R\$ 7.641.182,00).

O conjunto de aquisições terá por fim:

- o atendimento, através da construção de um *Datacenter* Seguro, à necessidade de guarda e armazenamento dos processos e documentos digitais em geral, considerando que deles dependem a continuidade dos processos de trabalhos críticos do TRF-2ª REGIÃO e da SJRJ, tanto jurisdicionais quanto administrativos;
- o atendimento à Meta 2 definida pelo CNJ, integrando o registro de imagens das sessões aos registros de áudio que já vinham sendo realizados há alguns anos;
- o desenvolvimento de um sistema de busca textual integrada para os serviços de jurisprudência, atos normativos, diário eletrônico, inteiro teor e consulta processual, incorporando todas as facilidades e o desempenho oferecidos pela solução *Google*, já reconhecida internacionalmente;
- a extensão do serviço de impressão com uso da frente e do verso dos papéis em todas as unidades do TRF-2ª REGIÃO, conforme estabelecido na Resolução 90/2009 do CNJ;
- a ampliação da capacidade de armazenamento de dados e processos eletrônicos.

Unidade Responsável pela Execução - Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

O crédito total destinado à programação da Seccional do Rio de Janeiro foi de R\$ 417.400,00, tendo sido empenhados R\$ 416.722,52 (99,84% da dotação disponibilizada) e inscritos em restos a pagar R\$ 292.400,00.

Os investimentos tecnológicos realizados foram destinados ao nivelamento da infraestrutura de TI (R\$ 124.322,52) e ao projeto estratégico Justiça 100% Digital (R\$ 292.400,00).

As aquisições realizadas buscaram atingir os seguintes resultados:

- dotar as salas de audiências das varas federais de competência criminal com sistema de registro audiovisual, cumprindo a meta nacional estabelecida pelo CNJ;
- atualizar o sistema operacional de parte dos equipamentos servidores, a fim de assegurar os níveis de serviço adequados às atividades administrativas e

jurisdicionais.

Unidade Responsável pela Execução - Seção Judiciária do Espírito Santo:

O crédito total destinado à programação da Seccional do Espírito Santo foi de R\$ 5.209.276,84, tendo sido empenhados R\$ 5.185.596,78 (99,55% da dotação disponibilizada) e integralmente inscritos em restos a pagar.

Os investimentos tecnológicos realizados foram destinados ao nivelamento da infraestrutura de TI (R\$ 4.217.648,40) e ao projeto estratégico Justiça 100% Digital (R\$ 967.948,38).

As aquisições realizadas buscaram atingir os seguintes objetivos:

- equipar as salas de audiências das varas federais de competência criminal com sistema de registro audiovisual, cumprindo a meta nacional estabelecida pelo CNJ;
- modernizar as estações de trabalho e os equipamentos servidores, reduzindo a vulnerabilidade às falhas que causam indisponibilidade de serviços essenciais às atividades jurisdicionais e otimizando o uso do espaço físico do *Datacenter* através da tecnologia de virtualização;
- expandir a capacidade de armazenamento e processamento, a fim de compatibilizar a infraestrutura de TI à utilização do processo eletrônico em todo o estado;
- implantar solução de alta disponibilidade e contingência, a fim de garantir a continuidade dos serviços de TI que suportam o processo eletrônico;
- expandir o serviço de impressão, passando a disponibilizar a funcionalidade frente e verso em um maior número de unidades, convergindo para recomendação da Resolução 90/CNJ de setembro de 2009;
- modernizar o serviço de correio eletrônico na Seccional, adequando tanto a capacidade de envio e recebimento de mensagens à demanda exigente, quanto a segurança necessária ao serviço.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

A dotação final das Seções Judiciárias foi de R\$ 92.265.925,64, dos quais foram empenhados R\$ 92.265.823,55 e liquidados R\$ 92.235.433,55, representando 99,97% de execução financeira.

Ação 0396 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

O crédito recebido foi de R\$ 113.211.292,00, dos quais foram empenhados R\$ 113.211.015,99, com uma liquidação efetiva de R\$ 113.031.162,54. Não foi atribuída, em 2011, meta física para esta ação.

QUADRO A.2.2.B - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ - UO 12.103

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
2	301	0569	2004	A	4	Pessoa beneficiada	3.311	2.271	1.359

2	365	0569	2010	A	4	Criança Atendida	190	181	-
2	331	0569	2011	A	4	Servidor Beneficiado	314	267	-
2	306	0569	2012	A	4	Servidor Beneficiado	1.067	1.091	-
2	128	0569	4091	A	4	Servidor Capacitado	653	924	-
2	061	0569	4224	A	4	Pessoa Assistida	40	8	-
2	061	0569	4257	A	4	Processos Julgados	87.000	79.119	-
2	122	0569	8417	A	4	Centro Cultural mantido	1	1	-
2	122	0569	1136	P	4	Instalação modernizada	1	-	1
2	122	0569	09HB	OP	4	-	-	-	-
9	272	0089	0396	OP	4	-	-	-	-

Fonte das metas:

Meta prevista: LOA 2011

Meta realizada/Meta a ser realizada em 2012: SIGPLAN/2011

Análise Crítica:

A análise a seguir não considera os recursos contingenciados, no montante de R\$ 1.419.995,00, cujo detalhamento será apresentado no item 2.4.1.3, bem como o *destaque* concedido ao STJ no valor de R\$ 202.200,42. Ressaltamos que o referido contingenciamento não prejudicou a execução física das ações abaixo elencadas.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica

Os recursos alocados nesta ação atenderam a 2.271 beneficiários, média dos 12 meses de execução.

A meta prevista não foi alcançada, haja vista que, na data da elaboração da Proposta Orçamentária para 2011, foi considerado o total da quantidade física existente em março/2010, pois previa-se que haveria a adesão total dos magistrados, servidores e dependentes que ainda não estavam cadastrados, o que, de fato, não ocorreu.

Outro fator relevante foi o fato de alguns servidores terem migrado para planos de saúde oferecidos por outros órgãos públicos, o que afastou o direito de receber o auxílio-saúde pelo TRF-2ª REGIÃO, tendo em vista ser vedada a acumulação de benefícios da mesma natureza percebidos pelos cofres públicos.

Assim, embora formalmente a meta executada tenha sido inferior à prevista, foram adotadas todas as medidas administrativas ao pleno atendimento dos benefícios sociais, tendo sido alcançado o objetivo do programa.

Ao final do exercício, verificou-se um comprometimento de R\$ 3.071.586,16, com uma liquidação de R\$ 2.873.493,20, para uma dotação de R\$ 3.187.880,00, representando uma execução financeira de 90,14%.

Foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 198.092,96, sendo R\$ 130.000,00 relativos ao auxílio-saúde, com vistas ao atendimento de 1.359 beneficiários.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

Nessa ação, a dotação final foi de R\$ 768.000,00, com comprometimento e liquidação de R\$ 753.670,25, para um universo de 181 crianças atendidas na média do exercício.

O fato de a meta atingida ter sido inferior àquela estabelecida na LOA decorreu de não haver-se efetivado o ingresso de novos beneficiários, como inicialmente previsto, além da exclusão de crianças cadastradas, por atingirem a idade limite.

Convém salientar, no entanto, que o objetivo da ação foi alcançado, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram atendidos.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores

Considerando a dotação final de R\$ 528.290,00, houve comprometimento e liquidação efetiva de R\$ 509.452,88, representando 96,43% de execução financeira.

O quantitativo apurado (267 servidores) foi inferior à meta prevista (314 beneficiários), em virtude dos seguintes fatores: adesão ao benefício não vantajosa para uma parcela dos servidores, exclusões voluntárias (em virtude de os valores devidos serem ínfimos) e exclusões em decorrência de exonerações, óbitos e aposentadorias. Todavia, assinala-se que o objetivo da ação foi atingido, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram atendidos.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores

Registrou-se o comprometimento integral da dotação de R\$ 8.415.326,00 para uma liquidação de R\$ 8.359.482,20, com atendimento de 1.091 beneficiários (média anual), superando a meta prevista para o exercício. A concessão do benefício aos magistrados (Resolução nº 133, de 21/06/2011, do CNJ, e Resoluções nº 175, de 16/12/2011, e nº 180, de 26/12/2011, ambas do CJF) motivou a superação da meta prevista, tendo em vista que, à época da elaboração da proposta orçamentária, tais beneficiários não foram considerados.

A inscrição de R\$ 55.843,80 em restos a pagar viabilizará o atendimento parcial das diferenças devidas aos magistrados.

Ação 4091 - Capacitação de Recursos Humanos

Houve um comprometimento de R\$ 815.703,09 da dotação autorizada (R\$ 976.000,00), com uma liquidação de R\$ 714.006,55.

Considerando os esforços da Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, conforme dispõe o art. 39, § 2º, da Constituição Federal e o art. 10 da Lei nº 11.416, de 15/12/2006, e o crescente interesse dos servidores em manterem-se atualizados, especialmente nas áreas jurídica e gerencial, a meta constante na LOA 2011 – 653 servidores capacitados - (Lei nº 12.381, de 09/02/2011) foi superada em 41,50%.

Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Ao final do exercício, verificou-se um comprometimento e liquidação de R\$ 2.431,57, para uma dotação de R\$ 15.000,00.

Apesar de a meta projetada (40) ter sido superior à realizada (08), todas as demandas apresentadas foram atendidas, garantindo, assim, a assistência jurídica gratuita àqueles que buscaram o benefício no TRF-2ª REGIÃO.

Ação 4257 - Julgamento de Causas

O TRF-2ª REGIÃO alcançou 79.119 julgados correspondentes a 91% da meta de Processos Julgados prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA (87.000). Do montante julgado, 1.892 referem-se à Meta 2/CNJ (exercícios 2009 e 2010).

Alguns fatores contribuíram para que a meta prevista na LOA não fosse alcançada. A alteração da força de trabalho relativa à parcela dos Desembargadores Federais - em razão de 3 aposentadorias, substituições por juízes convocados e à nomeação de 2 novos integrantes - impactou, de modo desfavorável, o rendimento dos Gabinetes, assim como o retardo na nomeação dos novos Desembargadores;

A área de “Tributário” vem apresentando dificuldades na diminuição do acervo, o que vem afetando, de forma negativa, o cumprimento, tanto das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, quanto das previstas na LOA.

Motivo de ordem administrativo-gerencial relevante foi a atuação do CNJ com o estabelecimento de metas qualitativas, dentre outras, as que determinavam o julgamento dos feitos mais antigos.

Assim, além da meta fixada na LOA, observando-se a critério quantitativo, coube ao TRF-2ª REGIÃO gerenciar e perseguir o cumprimento de metas fixadas pelo CNJ, sendo que boa parte desses últimos processos envolve níveis de complexidade variável. Mesmo assim, com a dedicação do Corpo de Magistrados e servidores foi possível alcançar 91% da meta prevista na LOA.

A cada novo exercício, há novas metas firmadas pelo CNJ em conjunto com todos os segmentos do Judiciário. Assim, quando uma determinada meta não é alcançada ao final do exercício de competência, ela permanece como pendente a ser cumprida no exercício subsequente.

Com base nesses dados, as projeções a partir de 2012 sofreram ajustes para adequar-se à nova realidade vivenciada pelo Judiciário, a partir das ações empreendidas pelo CNJ, levando em consideração, ainda, que as estimativas anteriores se basearam em aumentos lineares, tomando por referência números absolutos.

Diante disso, as metas projetadas para o período 2012-2015 levaram em consideração tais situações.

Ao final do exercício verificamos um comprometimento na categoria “pessoal” de R\$ 171.639.030,19, com uma liquidação efetiva de R\$ 170.671.923,34 (99,43%), para uma dotação de R\$ 171.645.014,00.

Nas demais despesas, da dotação final disponibilizada de R\$ 34.443.090, foram comprometidos R\$ 34.441.955,10, representando uma execução orçamentária de 99,99% da dotação liberada para execução, com uma liquidação de R\$ 24.519.690,00.

Ação 8417 - Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal

A meta foi plenamente alcançada, tendo em vista que foram atendidas as despesas de caráter continuado relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades do Centro Cultural.

Verificou-se um comprometimento de R\$ 4.169.823,74 e uma liquidação de R\$ 3.256.572,78, para uma dotação final de R\$ 4.169.942,00, representando uma execução orçamentária de 78,10%, ao final do exercício.

Ação 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

Consigna-se que, ao final do exercício, foram comprometidos R\$ 374.623,39, para uma dotação autorizada de R\$ 374.624,00, permanecendo 96,50% dos recursos empenhados inscritos em restos a pagar.

Cumprir registrar que alguns fatores contribuíram para que a efetivação dos serviços ocorra no exercício de 2012, tais como: a necessidade de adaptações do projeto (em função de interferências encontradas com as demais instalações prediais, haja vista a sede do TRF-2ª REGIÃO

situar-se num prédio antigo interligado a dois anexos), o tempo para o trâmite do processo licitatório e as especificações relativas aos serviços pretendidos (em virtude das peculiaridades dos objetos).

A implementação desse projeto propiciará melhor desempenho, redução do consumo de energia elétrica e aperfeiçoamento no padrão técnico compatível com a necessidade dos diversos setores.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

No tocante ao programa, verificou-se, ao final do exercício, uma dotação de R\$ 28.414.808,58, para um comprometimento de R\$ 27.796.225,06 e uma liquidação de R\$ 27.739.225,06, representando 97,62% de execução financeira.

Ação 0396 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Acusamos um comprometimento integral da dotação autorizada (R\$ 31.963.327,00) e uma liquidação efetiva de R\$ 31.899.953,04, representando uma execução financeira de 99,80%.

Em 2011, não houve atribuição de meta física para esta ação.

2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 - Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Orçamentário	12.103	090034

2.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO (*)		292.057.746	281.208.000	-	-	62.802.760	52.303.542
	PLOA		225.170.205	221.638.600	-	-	49.499.902	47.778.353
	LOA		225.170.205	221.638.600	-	-	49.499.902	47.778.353
CRÉDITOS	Suplementares		7.055.145	8.811.000	-	-	2.459.245	629.757
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	3.991.590	1.752.000
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		232.225.350	230.449.600	-	-	47.967.557	46.656.110	

Fonte: SIAFI

(*) Os valores informados não são objeto de lançamento no SIDOR, tendo em vista refletirem, apenas, a programação preliminar encaminhada ao CJF (órgão setorial).

2.4.1.2 - Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO (*)	7.287.000	9.062.000	-	-	-	-
	PLOA	2.350.000	2.168.000	-	-	-	-
	LOA	2.350.000	2.168.000	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		3.985.000	1.968.189	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		4.410	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	
Total		6.330.590	4.136.189	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

(*) Os valores informados não são objeto de lançamento no SIDOR, tendo em vista refletirem, apenas, a programação preliminar encaminhada ao CJF (órgão setorial).

2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		
		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO (*)	354.860.506	333.511.542	7.287.000	9.062.000	
	PLOA	274.670.107	269.416.953	2.350.000	2.168.000	
	LOA	274.670.107	269.416.953	2.350.000	2.168.000	
CRÉDITOS	Suplementares		9.514.390	9.440.757	3.985.000	1.968.189
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		3.991.590	1.752.000	4.410	-
Outras Operações		-	-	-	-	
Total		280.192.907	277.105.710	6.330.590	4.136.189	

Fonte: SIAFI

(*) Os valores informados não são objeto de lançamento no SIDOR, tendo em vista refletirem, apenas, a programação preliminar encaminhada ao CJF (órgão setorial).

Nota: Não houve programação de despesa originária do GND 9 – Reserva de Contingência

Análise Crítica:

No tocante às despesas com “pessoal”, a diferença entre a dotação proposta pela UO e a LOA no exercício de 2011 refere-se, basicamente, a despesas de exercícios anteriores que estavam previstas na Proposta Orçamentária e não puderam ser mantidas em face dos limites estabelecidos.

Com relação às demais despesas correntes, em que pese o fato de as dotações finais autorizadas terem sido inferiores às propostas orçamentárias enviadas ao CJF, a Administração, através da reprogramação de suas ações, conseguiu minimizar o impacto das restrições orçamentárias.

Cabe esclarecer que a redução das dotações destinadas às outras despesas correntes decorreu da adequação da classificação econômica da despesa, não comprometendo, assim, a programação definida pela Administração.

No tocante aos recursos autorizados às despesas de capital, verificamos o acréscimo de 47% sobre a previsão inicial, em face da necessidade de benfeitorias em imóvel que abrigará setores administrativos do TRF-2ª REGIÃO, viabilizadas através de suplementação orçamentária à conta dos créditos mantidos na reserva do CJF.

Ressalta-se que, da dotação final autorizada (R\$ 286.523.497,00), foram contingenciados R\$ 1.419.995,00, nas seguintes ações:

Valores em R\$ 1,00		
Ação	GND	Valor
Julgamento de Causas	3	1.081.562
Julgamento de Causas	4	149.999
Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal	3	84.648
Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal	4	78.410
Modernização de Instalações da Justiça Federal	4	25.376

Fonte: SIAFI

Tal bloqueio não impactou os resultados do exercício, pois os objetivos foram plenamente atingidos.

Das dotações finais, ressalta-se a concessão de *destaque* no valor de R\$ 202.200,42, em favor do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para atender o pagamento de Parcela Autônoma de Equivalência aos ministros Arnaldo Esteves Lima e Benedito Gonçalves, em atenção ao Ofício/SG/SPO/CJF nº 2011014379, de 15/05/2011.

Destacamos, por fim, o trabalho compartilhado com os diversos setores do TRF-2ª REGIÃO e a austeridade na aplicação dos recursos públicos, que permitiram atingir, de forma satisfatória, os objetivos finais traçados pela Administração na busca da prestação jurisdicional célere e eficiente.

2.4.1.4. - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

2.4.1.4.1. - Movimentação Orçamentária Interna

Os recursos autorizados na LOA para atender à JF-1º GRAU (UO 12.101) são provisionados ao CJF (Unidade Gestora - UG - 090001), que, de acordo com os limites definidos para cada Região, descentraliza os respectivos créditos aos Tribunais responsáveis pelo recebimento das dotações. No caso do TRF-2ª REGIÃO, os recursos são descentralizados pela UG 090001 à UG 090034, para posterior provisão às unidades de primeiro grau vinculadas, e em alguns casos, do próprio segundo grau.

Diante do exposto, o quadro a seguir retrata os montantes executados à conta das movimentações recebidas da UG 090001 (CJF) com vistas ao atendimento da programação das Unidades associadas à UJ ou a cargo dessas.

Para melhor acompanhamento do item relativo a execução orçamentária da despesa, detalhamos as Unidades Executoras beneficiárias de tais movimentações.

Desta forma, foram excluídos os recursos que permaneceram contingenciados ao final do exercício, no montante de R\$ 2.212.177,00, e ainda o *destaque* concedido pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, no valor de R\$ 9.228,67.

QUADRO A.2.7.A - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Interna	Recebidos	090001	-	-	7.571.202	
	Concedidos	090014	12101 / 02.061.0569.4224 (*)	-	-	1.253.256
		090016		-	-	6.317.945
	Recebidos	090001	12101 / 02.061.0569.4257	491.684.863	-	75.628.515
	Concedidos	090028		-	-	6.886.000
		090014		75.463.343	-	14.916.245
		090016		416.221.519	-	53.826.270
	Recebidos	090001	12101 / 02.122.0569.09HB	92.265.926	-	-
	Concedidos	090014		13.880.480	-	-
		090016		78.385.445	-	-
	Recebidos	090001	12101 / 02.122.0569.3755	-	-	140.020
	Concedidos	090016		-	-	140.020
	Recebidos	090001	12101 / 02.126.0569.3757	-	-	397.320
	Concedidos	090028		-	-	66.170
		090014		-	-	262.550
		090016		-	-	68.600
	Recebidos	090001	12101 / 02.128.0569.4091	-	-	781.000
	Concedidos	090014		-	-	240.000
		090016		-	-	541.000
	Recebidos	090001	12101 / 02.301.0569.2004	-	-	8.351.080
	Concedidos	090028		-	-	2.607.540
		090014		-	-	971.680
		090016		-	-	4.771.860
	Recebidos	090001	12101 / 02.306.0569.2012	-	-	26.152.944
	Concedidos	090014		-	-	4.179.077
		090016		-	-	21.973.867
	Recebidos	090001	12101 / 02.331.0569.2011	-	-	1.449.953
	Concedidos	090014		-	-	25.100
090016		-		-	1.424.853	
Recebidos	090001	12101 / 02.365.0569.2010	-	-	3.199.844	
Concedidos	090014		-	-	575.300	
	090016		-	-	2.624.544	
Recebidos	090001	12101 / 09.272.0089.0396	113.211.292	-	-	
Concedidos	090014		9.276.009	-	-	
	090016		103.935.283	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	

Interna	Recebidos	090001		5.402.179	-	-
	Concedidos	090028	12101 / 02.061.0569.4257	170.000	-	-
		090014		2.044.679	-	-
		090016		3.187.500	-	-
	Recebidos	090001	12101 / 02.122.0569.1136	1.742.132	-	-
	Concedidos	090016		1.742.132	-	-
	Recebidos	090001	12101 / 02.122.0569.3755	2.391.305	-	-
	Concedidos	090016		2.391.305	-	-
	Recebidos	090001	12101 / 02.126.0569.3757 (*)	15.506.570	-	-
	Concedidos	090028		10.211.043	-	-
		090014		4.946.726	-	-
		090016		348.800	-	-
	Recebidos	090001	12101 / 02.128.0569.4091	8.000	-	-
Concedidos	090016	8.000		-	-	
Recebidos	090001	12101 / 02.301.0569.2004	79.000	-	-	
Concedidos	090014		3.000	-	-	
		090016	76.000	-	-	

Fonte: SIAFI

(*) As diferenças existentes nos lançamentos se devem ao critério adotado na apuração dos valores, que despreza os centavos.

Análise Crítica:

Ao final do exercício, apuramos uma dotação disponibilizada para execução de R\$ 845.963.144,33 para as Seções Judiciárias, sendo R\$ 697.984.944,52 para a SJRJ (UG 090016), R\$ 128.037.446,65 para a SJES (UG 090014), conforme Resolução T2-RSP-2011/00032, de 30/12/2011, e R\$ 19.940.753,16 para o TRF-2ª REGIÃO (UG 090028), para atendimento de despesas das Seções Judiciárias a cargo dessa unidade (plano de saúde, estagiários e alguns contratos de informática).

No tocante a despesas de “pessoal”, os créditos foram suficientes para pagamento da folha normal/ordinária do exercício e parcialmente do passivo referente à despesa da Parcela Autônoma de Equivalências – PAE, observados, portanto, os critérios e orientações do CJF, de forma a garantir a uniformidade no âmbito da JF.

Os créditos orçamentários em outras despesas correntes, no cômputo geral, foram suficientes para manutenção das atividades, para conservação das instalações e para aquisições de suprimentos destinados às novas localidades, apesar do impacto considerável nos contratos de manutenção e nas despesas decorrentes, em função da expansão/interiorização da prestação jurisdicional.

A exceção foi verificada na ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, cujos créditos descentralizados não atenderam à demanda apresentada a partir de agosto de 2011, pois, além de parcela do orçamento de 2011 haver sido comprometida com despesas do exercício de 2010, não foi aprovado nenhum crédito suplementar solicitado pela Justiça Federal.

No exercício de 2011, mantiveram-se os investimentos na área de informática, principalmente para as ações de implantação do processo eletrônico com eficiência e eficácia, a fim de atender à orientação do CNJ e do CJF.

No tocante às instalações físicas, destacamos: contratação de empresa para instalação de 3 elevadores da Av. Rio Branco - RJ, reforma do telhado do imóvel da Rua Equador – RJ, reforma do imóvel da Subseção Judiciária de Itaboraí –RJ, contratação de empresa para prestação de serviços de ativação do sistema de detecção e alarme de incêndio da nova sede da Seção Judiciária do Espírito Santo – ES, aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para a subseção judiciária de Colatina – ES, contratação de empresa de engenharia para execução de

adequação do imóvel da nova sede da SJES às exigências do Corpo de Bombeiros e a Prefeitura Municipal de Vitória - ES.

2.4.1.4.2. - Movimentação Orçamentária Externa

Diante da quantidade significativa de registros verificados através de movimentação orçamentária externa e com vistas a uma melhor visualização dos lançamentos, optamos em agrupar os créditos que ingressaram na UJ para atendimento das sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisitórios de pequeno valor e os encargos patronais) e, ainda, vincular esses créditos à UG 090034, uma vez que as UGs que executaram essa programação (UG 090028 e UG 090048) são associadas àquela.

QUADRO A.2.7.B - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	
Externa	Recebidos	24204 / 28.846.0901.0005	237.129	-	-	
		24204 / 28.846.0901.00G5	33.144	-	-	
		114601	47205 / 28.846.0901.0005	11.239.253	-	856.267
			47205 / 28.846.0901.00G5	2.188.989	-	-
		153010	26256 / 28.846.0901.0005	226.885	-	-
			26256 / 28.846.0901.00G5	52.712	-	-
		153046	26234 / 28.846.0901.0005	3.701.129	-	-
			26234 / 28.846.0901.00G5	1.146.752	-	-
		153056	26236 / 28.846.0901.0005	60.647.531	-	-
			26236 / 28.846.0901.00G5	8.243.846	-	-
		153115	26245 / 28.846.0901.0005	2.419.509	-	201.702
			26245 / 28.846.0901.00G5	917.620	-	-
		153167	26201 / 28.846.0901.0005	159.972	-	92.604
			26201 / 28.846.0901.00G5	69.880	-	-
		154034	26269 / 28.846.0901.0005	267.535	-	-
			26269 / 28.846.0901.00G5	51.826	-	-
		158151	26406 / 28.846.0901.0005	341.276	-	-
			26406 / 28.846.0901.00G5	47.708	-	-
		173030	25203 / 28.846.0901.0005	1.385.832	-	66.017
			25203 / 28.846.0901.00G5	227.972	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
173039		25208 / 28.846.0901.0005	197.364	-	-
		25208 / 28.846.0901.00G5	48.586	-	-
173057		25201 / 28.846.0901.0005	334.755	-	3.416.043
		25201 / 28.846.0901.00G5	46.817	-	-
183023		28202 / 28.846.0901.0005	81.646	-	-
		28202 / 28.846.0901.00G5	11.412	-	-
183038		28203 / 28.846.0901.0005	49.697	-	130.332
		28203 / 28.846.0901.00G5	8.946	-	-
193034		44201 / 28.846.0901.0005	478.963	-	225.660
		44201 / 28.846.0901.00G5	66.946	-	-
201009		71103 / 28.846.0901.0005	293.692.742	-	341.484.390
		71103 / 28.846.0901.00G5	117.671.323	-	-
		71103 / 28.846.0901.0625	388.420.398	-	17.390.232
254420		36201 / 28.846.0901.0005	69.897	-	3.892
		36201 / 28.846.0901.00G5	14.770	-	-
255000		36211 / 28.846.0901.0005	2.293.028	-	-
		36211 / 28.846.0901.00G5	320.540	-	-
264001		38201 / 28.846.0901.0005	140.401	-	-
		38201 / 28.846.0901.00G5	20.625	-	-
330013		55901 / 28.846.0901.0005	-	-	737.799
		55901 / 28.846.0901.0625	-	-	14.636.820
344001		42201 / 28.846.0901.0005	276.276	-	-
		42201 / 28.846.0901.00G5	60.616	-	-
364001		24201 / 28.846.0901.0005	144.304	-	-
		24201 / 28.846.0901.00G5	57.682	-	-
373001		49201 / 28.846.0901.0005	993.331	-	79.001
		49201 / 28.846.0901.00G5	142.908	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
		393003	39252 / 28.846.0901.0005	32.645	-	-
			39252 / 28.846.0901.00G5	7.563	-	-
		403101	42204 / 28.846.0901.0005	1.014.739	-	-
			42204 / 28.846.0901.00G5	193.832	-	-
		403201	42205 / 28.846.0901.0005	14.603	-	61.638
			42205 / 28.846.0901.00G5	2.041	-	-
		510001	33201 / 28.846.0901.0005	39.801.230	-	9.596.037
			33201 / 28.846.0901.00G5	8.085.227	-	-
		510002	33904 / 28.846.0901.0005	-	-	208.881.199
			33904 / 28.846.0901.0625	-	-	244.703.180
		090034	28.846.0901.0005	420.241.672	-	565.832.581
			28.846.0901.00G5	139.740.283	-	-
			28.846.0901.0625	388.420.398	-	276.730.232
		050001	12101 / 02.061.0569.4257	8.978	-	-
			12103 / 02.061.0569.4257	195.268	-	-
			12101 / 02.122.0569.09HB	250	-	-
12103 / 02.122.0569.09HB	6.932		-	-		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5-Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
Externa	Recebidos	193034	44201 / 28.846.0901.0005	-	227.067	-
		201009	71103 / 28.846.0901.0005	-	6.458.639	-
		373001	49201 / 28.846.0901.0005	-	2.694.845	-
		201009	71103 / 28.846.0901.0625	-	471.673	-
	Concedidos	090034	28.846.0901.0005	-	9.380.551	-
			28.846.0901.0625	-	471.673	-

Fonte: SIAFI

(*) Os "destaques" concedidos à UG 050001 foram realizados pela UG 090034, sendo R\$ 9.228,67 para atender despesas da SJRJ (UG 090016) e R\$ 202.200,42 do TRF-2ª REGIÃO (UG 090028).

Análise Crítica:

Através dos créditos recebidos para pagamento dos precatórios e requisitórios de pequeno valor – RPVs, foram depositadas todas as sentenças previstas para liquidação no exercício de 2011.

Em relação aos RPVs autuados em dezembro de 2011, os recursos necessários foram mantidos no TRF-2ª REGIÃO para pagamento em janeiro de 2012.

Ressalta-se que, apesar de o TRF-2ª REGIÃO haver colocado à disposição na UG 090034 as dotações referentes a precatórios que se apresentaram superiores aos pagamentos realizados para devolução das entidades descentralizadoras em observância ao art. 29, § 3º, da LDO 2011, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG não estornou os montantes de R\$ 1.269.426,58 (precatórios), de R\$ 10.000,00 (requisitórios de pequeno valor), bem como de R\$ 128.847.504,64, referentes a contribuição patronal decorrente dos saques de precatórios e requisitórios de pequeno valor.

Os *destaques* ao STJ foram realizados com vistas ao pagamento de Parcela Autônoma de Equivalência aos ministros Arnaldo Esteves Lima e Benedito Gonçalves – que, à época do período relativo à despesa se encontravam lotados no TRF-2ª REGIÃO e na SJRJ, respectivamente, – em atendimento ao Ofício/SG/SPO/CJF nº 2011014379, de 15/05/2011.

2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Os demonstrativos a seguir espelham a execução orçamentária e financeira dos créditos autorizados pela LOA à UO 12.103, através da UG 090028 (TRF-2ª REGIÃO).

2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	18.774	-	18.774
Tomada de Preços	-	141.529	-	141.529
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	21.394.135	18.820.293	21.204.717	18.505.881
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	507.384	726.784	498.460	707.265
Contratações Diretas				
Dispensa	5.053.640	4.781.882	5.051.895	4.781.275
Inexigibilidade	752.242	775.314	752.242	761.125
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	39.225	53.368	39.225	53.368
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha (*)	241.661.615	239.600.876	241.661.615	239.600.876
Diárias	499.689	243.509	499.689	243.509
Outros (**)	1.405.093	1.356.083	1.405.093	1.356.083

Fonte: SIAFI

(*) Inclui valores de contribuição patronal, sendo liquidados e pagos R\$ 27.821.260 em 2010 e R\$ 27.739.225 em 2011.

(**) Inclui execução do programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de pessoal	231.398.582	229.972.740	230.311.101	228.989.250	1.087.480	983.489	230.311.101	228.989.250
11	166.069.212	166.490.191	165.909.212	166.470.191	160.000	20.000	165.909.212	166.470.191
13	28.339.321	28.446.472	28.283.430	28.437.272	55.891	9.200	28.283.430	28.437.272
01	27.624.425	24.853.565	27.585.594	24.853.565	38.830	-	27.585.594	24.853.565
Demais elementos do grupo	9.365.621	10.182.510	8.532.863	9.228.221	832.758	954.289	8.532.863	9.228.221
2 – Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras despesas correntes	46.477.772	42.660.211	40.158.722	36.487.050	6.319.049	6.173.161	39.964.677	36.155.835
37	16.269.425	14.018.232	13.904.689	11.752.832	2.364.735	2.265.400	13.821.348	11.575.972
39	12.753.202	12.452.672	10.298.743	9.842.008	2.454.458	2.610.664	10.212.843	9.807.403
46	8.401.768	8.121.883	8.345.998	8.119.363	55.770	2.520	8.345.998	8.119.363
Demais elementos do grupo	9.053.376	8.067.423	7.609.290	6.772.846	1.444.085	1.294.577	7.584.486	6.653.096

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	6.076.800	2.565.884	843.202	1.042.115	5.233.597	1.523.768	837.160	1.024.603
52	2.737.909	1.392.101	787.543	395.199	1.950.366	996.901	782.201	377.687
51	2.454.979	409.251	13.125	-	2.441.854	409.251	13.125	-
39	883.911	760.011	42.533	642.396	841.377	117.615	41.833	642.396
Demais elementos do grupo	-	4.520	-	4.520	-	-	-	4.520
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Consignamos que as despesas de “pessoal” (GND 1) tiveram o maior impacto em relação ao orçamento total do TRF-2ª REGIÃO, mantendo-se no exercício de 2011 uma execução próxima aos níveis de 2010.

Registra-se que a despesa empenhada nesse grupo atendeu ao pagamento da folha normal/ordinária e parcialmente o passivo da PAE devida aos magistrados.

Os recursos inscritos em restos a pagar destinam-se ao pagamento de diversas pendências da competência de 2011, tendo em vista que, por motivos operacionais, não foi possível sua liquidação dentro do exercício, e, ainda, em decorrência da falta de apresentação pelo órgão de origem da documentação hábil ao ressarcimento do pessoal requisitado.

No grupo “Outras Despesas Correntes” (GND 3), o nível de execução orçamentária (despesa empenhada) em 2011 mostrou-se superior em 8,95% sobre o ano anterior, principalmente em virtude dos novos contratos do setor de informática, em decorrência do significativo crescimento das atividades ligadas à manutenção de sistemas, ao desenvolvimento de novas soluções e pela necessidade de melhorar a estrutura das condições e dos serviços de TI, haja vista a implantação do processo digital na Região. Registra-se, também, o aumento do custo dos serviços continuados decorrente da aplicação dos reajustes legalmente concedidos, que, em 2011, atingiram um patamar muito superior ao inicialmente estimado.

Verificou-se, ainda, o acréscimo da despesa relativa ao auxílio-alimentação, em virtude do aumento concedido pelo CJF, com impacto financeiro a partir de 20/12/2011, e da concessão desse benefício aos magistrados da Justiça Federal.

Destacamos que, no exercício de 2011, foi enfatizada a preferência pela modalidade Pregão, em consonância com as boas práticas de administração pública, de forma a proporcionar um processo rápido e menos oneroso. Ressaltamos, ainda, que, embora o valor liquidado na modalidade Registro de Preços tenha sido inferior ao verificado em 2010, o nível de utilização de tal modalidade manteve-se o mesmo, tendo em vista que os recursos comprometidos permaneceram no mesmo patamar registrado naquele exercício.

Os valores lançados na coluna restos a pagar não processados refletem, basicamente, as despesas com contratos continuados (competência dezembro e reajustes pendentes de faturamento) e outras prestações de serviços pendentes de adimplemento.

Convém ressaltar que a Administração exerceu rigoroso controle sobre os valores inscritos em restos a pagar, disciplinando a matéria por intermédio do Sistema de Acompanhamento de Despesas Continuadas – SAD, garantindo, assim, o adequado comprometimento dos recursos necessários aos respectivos contratos, pois viabiliza a revisão da estimativa do custo dos serviços no decorrer do exercício.

No tocante às despesas de capital (GND 4), destacaram-se as aquisições de equipamentos de processamento de dados, objetivando a atualização tecnológica e ampliação do parque computacional, e as despesas com benfeitorias em imóvel que abrigará alguns setores administrativos do TRF-2ª REGIÃO.

Ressalta-se a inscrição em restos a pagar não processados de cerca de 86% da dotação empenhada, em face da complexidade das licitações que envolvem as despesas destacadas acima, acarretando que as contratações sejam concluídas somente ao final do exercício. Além desse fator, destaca-se o recebimento de créditos suplementares nessa categoria somente nos meses de outubro e novembro.

Com vistas à otimização dos recursos públicos, a Presidência do TRF-2ª REGIÃO definiu prazos limites para o início das licitações. Com essa medida, os níveis de execução das despesas atingiram um comprometimento de 99,39% dos créditos disponíveis (exceto pessoal), apesar das suplementações efetivadas no final do exercício.

Ao final de 2011, permaneceu contingenciado o montante de R\$ 1.419.995,00, cujo detalhamento foi apresentado no item 2.4.1.3.

Em que pese tal situação, o bloqueio imposto à execução do orçamento não afetou a programação do TRF da 2ª Região, pelos motivos já expostos no item 2.3.1.

2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 - Movimentação Interna

2.4.2.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.11 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	9.864	-	9.864
Tomada de Preços	208.513	224.705	203.865	222.358
Concorrência	45.547	4.095.881	45.547	4.095.881
Pregão	32.687.245	26.600.901	32.395.047	26.526.421
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	3.142.920	2.512.611	3.012.951	2.315.056
Contratações Diretas				
Dispensa	7.768.526	5.053.354	7.764.950	5.048.162
Inexigibilidade	10.947.575	10.206.647	10.947.575	10.194.441
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	81.584	65.702	81.584	65.702
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha (*)	739.200.295	717.576.141	739.200.295	717.576.141
Diárias	391.263	420.252	391.263	420.252
Outras (**)	12.746.018	9.930.011	12.746.018	9.930.011

Fonte: SIAFI

(*) Inclui valores de contribuição patronal, sendo liquidados e pagos R\$ 89.630.632,17 em 2010 e R\$ 92.235.433,55 em 2011.

(**) Inclui execução do programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

Os valores executados pelo TRF-2ª REGIÃO (UG 090028) à conta das dotações da UO 12.101 encontram-se incluídos na tabela anterior, nos seguintes campos:

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				

Pregão	3.154.891	3.624.788	3.154.891	3.624.788
Inexigibilidade	1.111.745	1.201.426	1.111.745	1.189.220
Outras (*)	4.982.952	4.148.451	4.982.952	4.148.451

Fonte: SIAFI

(*) Refere-se à execução do programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

2.4.2.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	697.158.188	681.109.558	696.743.956	679.911.475	414.230	1.198.083	696.743.956	679.911.475
11	485.886.168	469.985.484	485.744.368	469.971.684	141.800	13.800	485.744.368	469.971.684
13	92.659.758	89.659.668	92.634.458	89.621.768	25.300	37.900	92.634.458	89.621.768
01	79.442.845	73.584.541	79.344.770	73.584.541	98.074	-	79.344.770	73.584.541
Demais elementos do grupo	39.169.417	47.879.865	39.020.360	46.733.482	149.056	1.146.383	39.020.360	46.733.482
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	123.323.702	107.238.811	107.532.002	90.533.936	15.791.697	16.704.873	107.168.274	90.294.166
39	31.434.258	30.668.359	23.415.714	21.284.996	8.018.543	9.383.363	23.403.361	21.207.230
37	25.994.683	20.877.984	21.755.504	16.335.482	4.239.178	4.542.501	21.563.311	16.315.656
46	25.987.145	23.409.730	25.971.649	23.274.124	15.495	135.605	25.971.649	23.274.124
Demais elementos do grupo	39.907.616	32.282.738	36.389.135	29.639.334	3.518.481	2.643.404	36.229.953	29.497.156

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	25.005.847	25.832.801	2.943.528	6.250.657	22.062.319	19.582.144	2.876.865	6.198.647
51	10.935.121	13.258.574	502.416	5.236.536	10.432.705	8.022.038	497.768	5.229.210
52	10.810.443	8.524.237	2.309.060	775.156	8.501.383	7.749.081	2.247.045	730.472

39	3.260.283	4.026.855	132.052	233.889	3.128.231	3.792.966	132.052	233.889
Demais elementos do grupo	-	23.135	-	5.076	-	18.059	-	5.076
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Cabe destacar que, nos valores acima, estão incluídas as despesas realizadas pelo TRF-2ª REGIÃO (UG 090028), utilizando-se dotação da UO 12.101, da seguinte forma:

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3 – Outras Despesas Correntes	9.558.850	10.035.517	8.572.287	8.870.273	986.559	1.165.240	8.572.287	8.858.066
36	4.621.097	3.825.417	4.150.229	3.442.009	470.867	383.407	4.150.229	3.442.009
39	3.530.850	5.035.800	3.244.651	4.388.808	286.198	646.991	3.244.651	4.376.601
49	923.583	805.000	832.722	706.441	90.860	98.558	832.722	706.441
Demais elementos do grupo	483.320	369.300	344.685	333.015	138.634	36.284	344.685	333.015
4 – Investimentos	10.380.470	1.641.000	677.300	104.391	9.703.170	1.536.608	677.300	104.391
51	7.601.912	-	-	-	7.601.912	-	-	-
52	2.140.418	1.471.000	677.300	-	1.463.118	1.471.000	677.300	-
39	638.140	170.000	-	104.391	638.140	65.608	-	104.391
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Os números apresentados nos quadros acima demonstram a expressiva participação das despesas com “pessoal”, principalmente vencimentos e vantagens fixas, na totalidade das despesas das Unidades. Ainda nesta categoria, destaca-se o impacto relativo às nomeações de servidores.

A exemplo do que ocorreu no TRF-2ª REGIÃO, a despesa empenhada em “pessoal” possibilitou o pagamento da folha normal/ordinária e de parte do passivo referente à PAE, em consonância com a orientação do CJF.

No grupo de “Outras Despesas Correntes”, percebe-se a grande participação de serviços de pessoa jurídica, principalmente em função da grande estrutura física da SJRJ, o que requer manutenção constante das instalações, contratações essenciais ligadas aos serviços prediais e comunicação de dados entre as diversas unidades administrativas e judicantes.

No caso das despesas com manutenção das instalações, o fato de a grande maioria dos imóveis que sediam unidades do interior ser composta por prédios locados, com idade avançada e

grande desgaste em face da destinação (atendimento ao público), vem sendo observada anualmente uma majoração nos contratos continuados.

Verifica-se, também, aumento significativo decorrente de renovações e novas locações, visto que os imóveis no interior são muito valorizados em face da escassez de prédios com boa estrutura e localização.

Destacamos o acréscimo das despesas decorrentes da instalação de novas Varas em 2011 e, ainda, o impacto integral das Varas instaladas ao longo de 2010.

No tocante ao segundo elemento com maior execução, volta-se à justificativa do primeiro, com enfoque nos serviços de limpeza e vigilância, imprescindíveis à manutenção e à segurança dos imóveis, bens, servidores e usuários da Justiça, que tiveram seus valores corrigidos e repactuados.

Nesse grupo, 82,95% das despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no exercício, permanecendo em restos a pagar, basicamente, as despesas referentes a serviços prestados nos últimos meses do ano, cujos pagamentos não puderam ser realizados em face de fatores tais como: análise de reajustes e repactuações contratuais, necessidade de aguardar regularização de certidões das contratadas, pendências diversas no atesto das faturas/notas fiscais, além do faturamento do mês de dezembro, cujo pagamento ocorre no mês seguinte à prestação do serviço.

No grupo despesas de capital, destacam-se as obras e instalações em virtude, principalmente, da modernização dos elevadores da sede da Avenida Rio Branco (cujos problemas arrastavam-se por vários anos, com grave desconforto aos servidores e usuários da Justiça), da reforma da Subseção de Itaboraí e da complementação e padronização de mobiliários nas diversas unidades.

Também verificam-se os investimentos na área de TI, por meio da execução destinada à implementação do processo eletrônico, que hoje alcança grande parte da área judicial e administrativa, englobando infraestrutura de servidores, registro audiovisual de audiências, otimização do ambiente de banco de dados, modernização e ampliação do parque computacional e da rede corporativa.

Nessa categoria, evidencia-se a inscrição em restos a pagar, em virtude das dificuldades no âmbito das licitações e contratações (objetos complexos, cotações demoradas em face da grande quantidade de itens, grande volume de trabalho em contraponto ao reduzido quadro de pessoal), além do recebimento de créditos suplementares ao final do exercício (30/12/2011).

No tocante às despesas realizadas pelo TRF-2ª REGIÃO através de recursos da UO 12.101, além das despesas das Seções Judiciárias que estão a cargo do TRF-2ª REGIÃO (pagamento de estagiários, plano de saúde e alguns serviços de TI).

Cabe destacar a execução, no valor de R\$ 7.601.912,00, realizada no Projeto Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional, destinada à contratação de empresa para prestação de serviços de implementação de uma “sala-cofre”. A contratação visa a atender às necessidades do TRF-2ª REGIÃO e da SJRJ, com vistas à preservação de informações institucionais e alta disponibilidade de sistemas críticos de informação, incorporando infraestrutura de segurança certificada e sistemas de controle e monitoração do ambiente.

Ao final do exercício, coube à JF de 1º Grau vinculada à 2ª Região o contingenciamento de R\$ 2.212.177,00.

Considerando que os créditos contingenciados inicialmente pelo CJF não haviam sido descentralizados - e nem mesmo atribuídos originalmente à 2ª Região -, as Seções Judiciárias não possuíam programação vinculada aos referidos créditos e, dessa forma, o contingenciamento não impactou diretamente as ações previstas para 2011, conforme exposto no item 2.3.1.

A fim de obter uma otimização na execução orçamentária, estabeleceu-se um cronograma anual para as contratações, com antecipação de todas as fases do procedimento para o 1º semestre, a fim de que somente ficassem para o 2º semestre as licitações de grande complexidade ou que dependessem de créditos suplementares.

No tocante às modalidades licitatórias, no exercício de 2011, a modalidade de pregão foi adotada como prioritária, o que vai ao encontro das boas práticas, com ganho em celeridade e economicidade de procedimentos.

Destacamos a relevância da utilização da modalidade de Registro de Preços, inclusive as adesões de outros órgãos públicos, que muito auxilia na melhor gestão dos recursos, sobremaneira em face da possibilidade de recebimento de recursos ao final do exercício, bem como em função de novas necessidades, em virtude de ocorrências imprevisíveis.

No que diz respeito às Contratações Diretas, o valor significativo em inexigibilidade é referente, em grande parte, a contratos com empresas que detêm o atestado de exclusividade técnica na prestação dos serviços.

Do exposto, constata-se que buscou-se realizar os créditos consignados com eficiência e eficácia, observando a legislação vigente, procurando-se, também, efetuar contratações e aquisições com preços justos, em observância ao princípio da economicidade, mas com qualidade para alcançar com maior êxito o interesse público.

2.4.2.2.2 - Movimentação Externa

2.4.2.2.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

O quadro a seguir demonstra a execução à conta dos *destaques* recebidos para pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (precatórios e requisitórios de pequeno valor) e recolhimento de contribuição patronal incidente sobre determinadas sentenças.

QUADRO A.2.14 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Outras	1.649.857.008	1.447.284.748	1.649.857.008	1.447.284.748

2.4.2.2.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.15 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	819.104.413	723.087.733	812.500.980	712.349.841	6.603.433	10.737.891	812.500.980	712.349.841
91	808.767.493	723.087.733	802.164.060	712.349.841	6.603.433	10.737.891	802.164.060	712.349.841
92	10.336.920	-	10.336.920	-	-	-	10.336.920	-

2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	841.733.821	741.423.128	832.648.974	722.648.872	9.084.846	18.774.255	832.648.974	722.648.872
91	837.771.059	741.109.995	828.686.212	722.335.739	9.084.846	18.774.255	828.686.212	722.335.739
92	3.962.762	313.133	3.962.762	313.133	-	-	3.962.762	313.133

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.16 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO EXTERNA

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	9.852.222	12.507.516	9.632.807	12.286.032	219.415	221.483	9.632.807	12.286.032
91	9.852.222	12.507.516	9.632.807	12.286.032	219.415	221.483	9.632.807	12.286.032
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

A previsão das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações da Lei nº 12.309, de 09/08/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2011).

Por conta destes recursos, foram liquidados todos os precatórios relativos a órgãos da Administração Direta, no valor de R\$ 641.209.147,89 e R\$ 352.976.229,53 contra a Administração Indireta, inscritos para pagamento do exercício de 2011.

No tocante aos pagamentos referentes aos requisitórios de pequeno valor, fez-se o montante de R\$ 655.671.630,89, tendo sido inscrito para liquidação em 2012 o valor de R\$ 9.940.672,11.

Cabe registrar que o recolhimento de contribuição patronal sobre precatórios e RPVs totalizou, até o final do exercício, o montante de R\$ 4.925.754,80 (GND 1), em observância à Lei 11.941, de 27/05/2009.

Ressalte-se que, por orientação do CJF, foram inscritos em restos a pagar os valores de R\$ 2.619.093,00 e R\$ 3.347.930,56, visando a atender ao recolhimento da contribuição patronal sobre os saques realizados dezembro/2011 decorrentes dos depósitos de RPVs e precatórios, respectivamente.

A execução verificada em despesas de exercícios anteriores refere-se ao pagamento, em janeiro de 2011, de parte dos requisitórios autuados em dezembro de 2010 (R\$ 14.146.832,20), e recolhimento da obrigação patronal (R\$ 152.851,22).

Além destes valores, deve-se registrar o pagamento de R\$ 1.357.773,89 por entidades não integrantes do orçamento geral da União (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), à conta de recursos financeiros transferidos para esse fim.

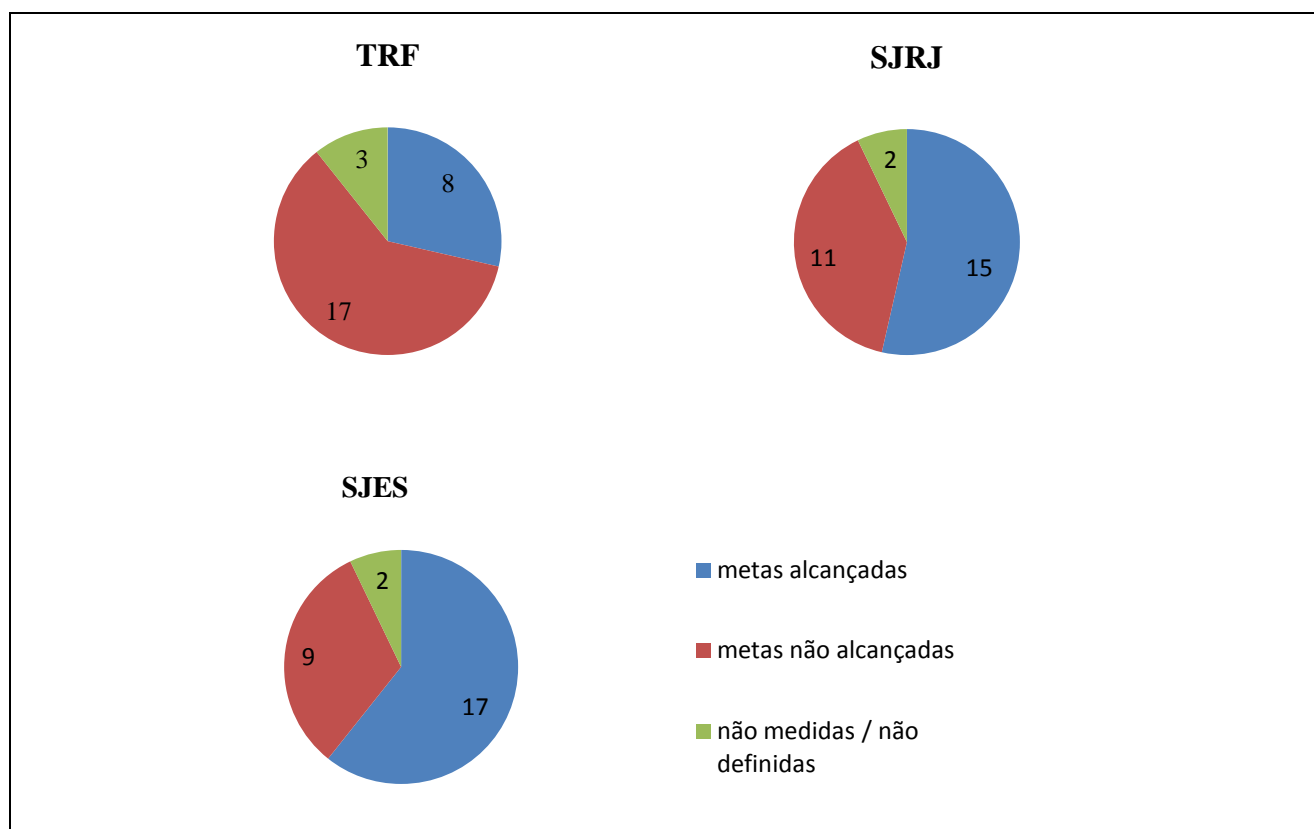
2.4.3 Indicadores Institucionais

O desempenho estratégico da Justiça Federal da 2ª Região é monitorado através da mensuração trimestral e consolidação anual de 28 indicadores estratégicos, ocasião em que é analisado o alcance das metas estabelecidas no plano estratégico, tanto para o Tribunal como para as seccionais vinculadas.

Para cada um dos indicadores foi proposta uma meta anual a ser atingida, com a descrição de como sua valoração seria aferida, de modo a bem demonstrar os resultados da gestão, indicando-se, inclusive, qual unidade seria o responsável pelo acompanhamento daquela medição, o que permitiu, didaticamente, o envolvimento das diversas áreas na execução do planejamento, otimizando o controle das ações estratégicas estabelecidas para o período em análise.

A seguir apresentamos os gráficos de desempenho das metas do planejamento estratégico e uma tabela resumo, contendo os 28 indicadores estratégicos com os respectivos resultados alcançados em 2009, 2010 e 2011.

GRÁFICO 5: ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS (EM UNIDADES)



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica

FIGURA 5 – COMPARATIVO DESEMPENHO INDICADORES 2009/2010/2011

INDICADOR	ORGÃO											
	TRF2						SJRJ					
	REALIZADO			META			REALIZADO			META		
	2009	2010	2011	2011	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2011
1	85,8%	82,7%	84,5%	91%	91%	ND	NM	NM	91%	ND	NM	NM
2	22%	16%	14,5%	12%	12%	46%	55,5%	48%	36%	47%	45,1%	37%
3	46%	50%	46,6%	40%	40%	5%	46%	65,8%	43%	35%	30,3%	29%
4	55%	41,3%	32%	70%	70%	34%	53%	45,4%	28%	60%	31,5%	54%
5	R\$ 3.606,43	R\$ 4.575,21	R\$ 4.305,74	R\$ 3.690,00	R\$ 3.690,00	R\$ 1.850,86	R\$ 2.140,43	R\$ 2.044,69	R\$ 2.040,00	R\$ 2.671,53	R\$ 3.474,38	R\$ 2.940,00
6	0%	0%	0,01%	60%	60%	ND	68,6%	85,3%	100%	ND	69%	100%
7	0,5%	3,5%	ND	90%	90%	ND	99,4%	99,8%	100%	ND	84%	100%
8	0,13	0,13	0,18	0,14	0,14	1,34	1,35	1,05	1,32	1,19	1,19	0,9
9	NA	NA	NA	NA	NA	19,6%	21,7%	21,7%	21,7%	6,6%	7,9%	6,4%
10	NA	NA	NA	NA	NA	90%	89,2%	87,5%	84%	88%	88,5%	82%
11	ND	381	405	385	385	ND	42,7%	41%	55%	68%	44,5%	62%
12	ND	114.119	138.518	125.000	125.000	ND	1.086	1.628	700	ND	ND	3.220
13	13,6 resmas	6,4 resmas	9,7 resmas	7 resmas	7 resmas	11 resmas	7,75 resmas	9,9 resmas	10 resmas	13,15 resmas	7,2 resmas	11,4 resmas
14	22,3 m³	23,6 m³	24,8 m³	21,6 m³	21,6 m³	20,3 m³	17,8 m³	17,9 m³	20,5 m³	17 m³	14,8 m³	16 m³
15	4.577 Kw/h	4.928 Kw/h	4.957 Kw/h	4.609 Kw/h	4.609 Kw/h	2.035 Kw/h	3.673 Kw/h	3.513 Kw/h	2.075 Kw/h	1.902 Kw/h	2.087 Kw/h	1.800 Kw/h
16	36	52	54	42	42	7	18	15	10	ND	6	10
17	ND	77%	50%	80%	80%	ND	100%	66%	80%	ND	72%	80%
18	70%	100%	100%	75%	75%	ND	66%	100%	88%	ND	100%	65%
19	74%	88,3%	55,4%	81%	81%	ND	NM	66,7%	80%	ND	91,5%	80%
20	ND	NM	40,9%	50%	50%	ND	NM	64,2%	75%	ND	NM	50%
21	25%	22%	18,8%	27,5%	27,5%	ND	36,5%	45%	27,5%	ND	29%	27,5%
22	ND	NM	54,9%	55%	55%	ND	NM	76,3%	55%	ND	NM	55%
23	6%	3,3%	3,2%	6%	6%	ND	5,8%	5,6%	6%	ND	4,3%	6%
24	ND	70%	81,5%	40%	40%	ND	75%	87,5%	85%	ND	NM	40%
25	ND	ND	63,6%	75%	75%	ND	ND	80,5%	74%	ND	ND	65%
26	ND	98,6%	97,4%	98%	98%	ND	93,7%	94,1%	98%	20%	96,4%	98%
27	13,8%	3,1%	4,5%	15,5%	15,5%	11,9%	1,7%	2,5%	15%	18,5%	1,7%	15%
28	NM	60,2%	77%	85%	85%	ND	95%	100%	85%	ND	95%	85%

Legenda: NA = Não se aplica ND = Não definido
NM = Não medido

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF

A partir do estudo do alcance global das Metas Estratégicas, consolidadas na tabela anterior, demonstramos, abaixo, o desempenho geral da estratégia da 2ª Região ao longo do exercício:

TABELA 5 - DESEMPENHO GERAL DA ESTRATÉGIA DA 2ª REGIÃO

INDICADORES	METAS 2010	Desempenho Médio (%)	METAS 2011	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	10	35,7%	13	46,4%
Metas Não Alcançadas	11	39,3%	12	42,9%
Não Medidas/Não Definidas	7	25%	3	10,7%
TOTAL	28	100%	28	100%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF

Apuramos o alcance, em média, de 13 (treze) metas, o que nos revela um desempenho positivo em torno de 46% de um total de 28 (vinte e oito) indicadores, portanto, superior ao registrado no ano anterior que foi de 36%.

O percentual médio de 43% das metas não alcançadas revela-se um importante alerta para a busca de melhorias e mudança de patamar de desempenho.

Quantos às metas não medidas, importante destacar que dentre elas, está uma diretamente relacionada ao andamento do projeto nacional do SIGJUS, gerenciada pelo CJF, o qual foi suspenso no corrente ano e as metas das seccionais relativas à pesquisa de satisfação dos usuários.

Vale registrar que a pesquisa do clima organizacional de magistrados e servidores, levada a efeito pelo CNJ em setembro/2011, possibilitou a aferição de três indicadores relacionados a mesma, quais sejam, o clima organizacional de magistrados e servidores, a satisfação com a comunicação interna e a satisfação com as instalações físicas. Na ocasião foi constatado que todos os órgãos da 2ª Região sofreram avaliação positiva no indicador do Clima Organizacional, em média de 71,5%, superando à meta estabelecida no plano estratégico de 55%.

Já a pesquisa de satisfação dos usuários do TRF, realizada anualmente desde 2001, apresentou índice de 84,5% de aprovação, com melhora sobre o ano anterior que foi de 82,7%, embora não tenha atingido à meta fixada para 2011 de 91%.

As pesquisas são importantes instrumentos de gestão e planejamento não apenas para determinar a satisfação com os serviços prestados pelo Judiciário, mas para desenvolver estratégias visando a melhoria dos mesmos para os usuários externos (partes, advogados, estagiários e outros interessados) e usuários internos (magistrados e servidores).

No tocante à despesa por processo baixado, cabe ressaltar a queda do índice, tanto no Tribunal, como nas seccionais, sendo que no 1º grau o valor médio da despesa foi de R\$ 1,9 mil, enquanto no 2º grau ficou em torno de R\$ 4,3 mil por processo, em decorrência, principalmente, do volume de processos baixados.

Outro aspecto que merece destaque refere-se aos indicadores que medem a idade do acervo processual, os quais apresentaram queda gradativa nos últimos anos analisados, face ao grande esforço realizado no cumprimento das metas nacionais nº 02/2009, 02/2010 e 03/2011, que visam julgar os processos mais antigos em tramitação.

Os indicadores que não haviam sido avaliados em 2010, em função do não estabelecimento de metas no planejamento estratégico pela inexistência de uma linha de base, foram

objeto de reavaliação por ocasião da mensuração realizada em 2011, propiciando uma análise mais criteriosa das metas.

Por fim, ressalta-se que os esforços devem se concentrar para melhorar o desempenho, buscando atingir níveis satisfatórios nas metas ainda não alcançadas, bem como para aumentar ou manter o desempenho daquelas que já se situam em índices positivos.

Os indicadores desenvolvidos servirão para corrigir e direcionar os rumos da estratégia para que todos os resultados possam ser alcançados. Sinalizam, também, se os projetos vinculados e as iniciativas são suficientes para o alcance das metas.

As fichas da totalidade dos indicadores podem ser observadas no **Anexo I – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região**.

Anexo I – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região

Indicador 01

Visão de Futuro: até 2014, ser reconhecida perante a sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.

INDICADOR: Grau de Satisfação da Sociedade com a Justiça Federal da 2ª Região					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a satisfação da sociedade na Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	AGOR/SG (TRF2), CPLA/SG (SJRJ), SEGOR/SG (SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Por e-mail (advogados cadastrados no Push), formulário on line no site + formulários impressos				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar o nível de satisfação da sociedade em relação à Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% apurado em pesquisa de opinião pública de satisfação dos usuários da Justiça Federal da 2ª Região				
Situação (2009)	TRF2: 85,8%				
Situação (2010)	TRF2: 82,7%				
Situação (2011)	TRF2: 84,55%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	89%	91%	93%	95%	97%
SJRJ	89%	91%	93%	95%	97%
SJES	89%	91%	93%	95%	97%

Indicador 02

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Idade do Acervo	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	A quantidade de processos em tramitação há mais de 4 anos
Quem mede	NUEST/STI/TRF2
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES
Polaridade	Menor melhor

Por que medir	Avaliar a redução da idade do acervo				
Como medir	% Processos em tramitação protocolados há mais de 4 anos				
Situação (2009)	TRF2: 22% SJRJ: 46% JEFRJ 5% SJES: 47% JEFES 4%				
Situação (2010)	TRF2: 15% SJRJ: 47,8% JEFRJ: 3,9% SJES (1º grau): 45,1% JEFES: 5,6%				
Situação (2011)	TRF2: 14.081/ 97.050x 100= 14,51%				
	SJRJ: 193.132/ 401.976x 100= 48%				
	JEFRJ: 11.828/ 131.902x 100= 9%				
	SJES: 39.809/ 88.251x 100= 45,1%				
	JEFES: 2.450 / 30.531x 100= 8%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	17%	12%	7%	2%	0%
SJRJ	41%	36%	31%	26%	21%
SJES	42%	37	32%	27%	22%
JEFRJ	2%	0%	0%	0%	0%
JEFES	1%	0%	0%	0%	0%

Indicador 03

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (Processo de Conhecimento)

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A taxa de congestionamento do 1º e 2º graus e nos JEF's				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Mensurar a agilidade dos trâmites judiciais, através da redução da taxa de congestionamento				
Como medir	$1 - \{ \text{total de processos judiciais baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes}) \}$				
Situação (2009)	1º grau - 70% (jun 2009) previsão dez 2009 - 49% (SJRJ) 35% (SJES) JEFRJ (34%) JEFES (60%)				
	TRF2 - 66,8% (jun 2009) previsão dez 2009 - 46%				
Situação (2010)	TRF2: 50% - SJRJ: 46% - SJES: 61,2%				
	JEFRJ: 53% - JEFES: 70%				
Situação (2011)	TRF2: 46,62% - SJRJ: 65,8% - SJES: 64,9%				
	JEFRJ: 45,4% - JEFES: 67,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	43%	40%	37%	34%	31%
SJRJ	46%	43%	40%	37%	34%
SJES	32%	29%	26%	23%	20%
JEFRJ	31%	28%	25%	22%	19%
JEFES	57%	54%	51%	48%	45%

Indicador 04

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Tempo Médio na Tramitação no Processo da Aquisição de Bens e Serviços					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O tempo de finalização dos processos de aquisição de bens e serviços				
Quem mede	TRF2 (SAD), SJRJ (SAD/SCM), SJES (NCO/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2 (SAD), SJRJ, SJES (Núcleo de contratações)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Avaliar a tramitação dos processos administrativos dentro dos padrões estabelecidos				
Como medir	<p>% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total:</p> <p>A - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço;</p> <p>B - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço;</p> <p>C - 60 dias, para demais tomadas de preços;</p> <p>D - 50 dias, para convites e pregão;</p> <p>E - 8 dias para dispensa e inexigibilidade</p>				
Situação (2009)	TRF2: 55% SJRJ: NA SJES: 27%				
Situação (2010)	TRF2: 41% SJRJ: 59,9% SJES: 13,71%				
Situação (2011)	TRF2: 32% SJRJ: 65% SJES: 74,25%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	60%	70%	80%	90%	100%
SJRJ	50%	60%	70%	80%	90%
SJES	32%	75%	80%	85%	90%

Indicador 05

Objetivo: otimizar a gestão de custos operacionais

INDICADOR: Despesa por Processo Judicial					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A despesa total (empenhada) por processo baixado				
Quem mede	SPO (TRF2) – SJRJ (SOF) – SJES (NOF)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Analisar da despesa total por processo				
Como medir	Despesa total - inativos – precatórios - rpvs – investimentos + depreciação /processos baixados				
Situação (2009)	TRF2: R\$ 3.606,43 SJRJ: R\$ 1.850,86 SJES: R\$ 2.671,53				
Situação (2010)	TRF2: R\$ 4.575,21 SJRJ: R\$ 2.140,43 SJES: R\$ 3.474,38				

Situação (2011)	TRF2: R\$ 4.305,74 SJRJ: R\$ 2.044,69 SJES: 1.762,49				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	3.610,00	3.690,00	3.825,00	3.990,00	4.200,00
SJRJ	1.940,00	2.040,00	2.140,00	2.250,00	2.360,00
SJES	2.850,00	2.940,00	3.090,00	3.245,00	3.400,00

Indicador 06

Objetivo: otimizar os processos de trabalho

INDICADOR: Virtualização dos Processos					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A quantidade de processos novos eletrônicos				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Levantar os processos virtualizados em relação aos processos novos distribuídos				
Como medir	Processos Novos Eletrônicos / Processos Novos Distribuídos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF2: 0% - SJRJ: 84,1% - SJES: 76,5%				
Situação (2011)	TRF2: 0,01- SJRJ: 91,96% - SJES: 88,2%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	50%	60%	70%	80%	90%
SJRJ	100%	100%	100%	100%	100%
SJES	100%	100%	100%	100%	100%

Obs.: O cálculo das SJs considerou a média entre 1º grau e JEFs.

Indicador 07

Objetivo: otimizar os processos de trabalho

INDICADOR: Processos de Trabalho Implantados					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O quantitativo de processos implantados, em relação aos processos mapeados no SIGJUS				
Quem mede	AGOR/SG (TRF2), CGOR/SAD (SJRJ) e SEGOR/SG (SJES) - SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF e Seções (áreas administrativas)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Levantar os processos implantados em relação aos processos mapeados no SIGJUS				
Como medir	$\frac{\text{Processos de trabalho implantados}}{\text{Número total de processos de trabalho mapeados}}$				
Situação (2009)	0,5%				
Situação (2010)	TRF2: 3,5% - SJRJ: 16,6% - SJES: 6,4%				
Situação (2011)	SEGOR / SG / SJES (SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS)				
META	2010	2011	2012	2013	2014

TRF2	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJRJ	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJES	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)

Indicador 08

Objetivo: facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Número de Magistrados por Habitantes					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A relação de magistrados de 1º e 2º grau, por habitantes				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar relação de Magistrado da Região em relação aos habitantes				
Como medir	Nº de magistrados x 100.000 / nº de habitantes				
Situação (2009)	TRF2: 27 SJRJ: 178 SJES: 34				
Situação (2010)	TRF2: 0,13 SJRJ: 1,35 SJES: 1,19				
Situação (2011)	TRF2: 0,18 SJRJ: 1,05 SJES: 0,9				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13
SJRJ	1,14	1,32	1,34	1,37	1,39
SJES	1,00	1,16	1,21	1,26	1,30

Indicador 09

Objetivo: facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Grau de Interiorização da Justiça					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Quantidade de Municípios atendidos pela Justiça Federal				
Quem mede	Corregedoria				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a quantidade de Municípios com vara federal instalada				
Como medir	Municípios atendidos com Vara Federal instalada / Total de Municípios				
Situação (2009)	SJRJ – 21,7% atendidos (92 municípios) - SJES – 6,4% atendidos (76 municípios)				
Situação (2010)	SJRJ: $20 / 92 \times 100 = 21,73\%$ - SJES: $6 / 76 \times 100 = 7,9\%$				
Situação (2011)	SJRJ: $20 / 92 = 21,7\%$ - SJES: $6 / 76 = 7,9\%$				
META	2010	2011	2012	2013	2014
SJRJ	21,7%	21,7%	21,7%	23,9%	23,9%
SJES	6,4%	6,4%	7,7%	7,7%	9%

Indicador 10

Objetivo: promover a efetividade no cumprimento das decisões

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (Processos de Execução)					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A relação entre os processos de execução baixados e o acervo existente				
Quem mede	NUEST/STI/TRF2				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Verificar o quantitativo de execuções baixadas em relação às execuções pendentes				
Como medir	1-{processos de execução baixados / (casos novos + casos pendentes)}				
Situação (2009)	1ºGrau – 94,7% (jun 2009) previsão dez 2009 - 90% (SJRJ) 88% (SJES) JEFRJ(61%) JEFES(68%)				
Situação (2010)	TRF2: Não se aplica - SJRJ: 89,2% - SJES: 88,5% - JEFRJ: 42,7% - JEFES: 44,5%				
Situação (2011)	TRF2: Não se aplica – SJRJ: 87,5% - SJES: 91,5% - JEFRJ: 41,03% - JEFES: 44,1%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	-	-	-	-	-
SJRJ	87%	84%	81%	78%	75%
SJES	85%	82%	79%	76%	73%
JEFRJ	58%	55%	52%	49%	46%
JEFES	65%	62%	59%	56%	53%

Indicador 11

Objetivo: promover a cidadania

INDICADOR: Número Iniciativas Sociais Realizadas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (DIRFO), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar o número de ações e/ou projetos que promovam a inclusão social e contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão				
Como medir	Total de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF2: 381 - SJRJ: 9 – SJES: 8				
Situação (2011)	TRF2: 405 - SJRJ: 12 – SJES: 20				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	350	385	425	465	515
SJRJ	08	10	11	12	14
SJES	10	12	14	16	18

Indicador 12

Objetivo: promover a cidadania

INDICADOR: Número de Pessoas Beneficiadas pelas Iniciativas Sociais Realizadas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (DIRFO), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar do número de participantes nas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Como medir	Total de participantes nas iniciativas sociais realizadas no período				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF2: 114.119 - SJRJ: 1.086 – SJES: NA				
Situação (2011)	TRF2: 138.518 - SJRJ: 1.628 – SJES: 3.220				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	115.000	125.000	135.000	145.000	150.000
SJRJ	420	700	770	840	980
SJES	2.800	3.000	3.300	3.600	4.000

Indicador 13

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Papel					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de resmas de papel no período				
Quem mede	TRF2 (SAT), SJRJ (SCM), SJES (SEMAT/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de resmas de papel em relação à média do consumo do ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de resmas de papel utilizada no período				
Situação (2009)	TRF2: 7,9 resmas / per capita SJRJ: 11 resmas / per capita SJES: 13,15 resmas / per capita				
Situação (2010)	TRF2: 6,4 resmas / per capita SJRJ: 7,75 resmas / per capita SJES: 7,2 resmas / per capita				
Situação (2011)	TRF2: 9,7 resmas / per capita SJRJ: 9,9 resmas / per capita SJES: 2,2 resmas / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	7,5	7	6,5	6	5
SJRJ	10	10	9	9	8

SJES	12	11,4	10,4	9	6
-------------	----	------	------	---	---

Indicador 14

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Água					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de água no período				
Quem mede	TRF2 (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de água em relação à média do consumo do ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de água utilizada no período				
Situação (2009)	TRF2: 22,3 m ³ / per capita SJRJ: 20,3 m ³ / per capita (estimativa, haja vista não haver ainda medições de novembro e dezembro pelas concessionárias) SJES: 17m ³ /per capita				
Situação (2010)	TRF2: 46.584 / 1.970 = 23,64 m ³ / per capita SJRJ: 68.289 / 3.829 = 17,83 m ³ / per capita SJES: 12.818,1 / 863 = 14,8 m ³ / per capita				
Situação (2011)	TRF2: 49.516 / 1.997 = 24,80 m ³ / per capita SJRJ: 73.667 / 4.120 = 17,88 m ³ / per capita SJES: 13.679 / 943 = 14,51 m ³ / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	22,0 m ³	21,6 m ³	21,2 m ³	20,8 m ³	20,4 m ³
SJRJ	20,3 m ³	20,5 m ³	20,9 m ³	21,1 m ³	21,3 m ³
SJES	16,5 m ³	16 m ³	15,5 m ³	15 m ³	14,5 m ³

Indicador 15

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Energia Elétrica					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de energia elétrica no período				
Quem mede	TRF2 (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de energia elétrica em relação à média do consumo no ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de energia elétrica utilizada no período				

Situação (2009)	TRF2: 4.577 KW/h per capita - SJRJ: 2.035 KW/h per capita - SJES: 1.902 Kwh/ per capita				
Situação (2010)	TRF2: 4.928 KW/h per capita - SJRJ: 3.673 KW/h per capita - SJES: 2.087 Kwh/ per capita				
Situação (2011)	TRF2: 4.957 KW/h per capita - SJRJ: 3.513 KW/h per capita - SJES: 2.491 Kwh/ per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	4.639 kw/h	4.609 kw/h	4.580 kw/h	4.550 kw/h	4.520 kw/h
SJRJ	2.035 kw/h	2.075 kw/h	2.158 kw/h	2.201 kw/h	2.245 kw/h
SJES	1.850 kw/h	1.800 kw/h	1.750 kw/h	1.700 kw/h	1.650 kw/h

Indicador 16

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Responsabilidade Ambiental					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Iniciativas para incentivar e promover a responsabilidade ambiental				
Quem mede	TRF2 (SEG/SEGEST), SJRJ (SLO), SJES (SEGOR/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar o aumento das iniciativas de responsabilidade ambiental				
Como medir	Total de iniciativas de responsabilidade ambiental no período				
Situação (2009)	TRF2: 36 - SJRJ: 07 - SJES: NA				
Situação (2010)	TRF2: 52 - SJRJ: 18 - SJES: 6				
Situação (2011)	TRF2: 54 - SJRJ: 15 - SJES: 16				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	39	42	45	48	51
SJRJ	10	10	13	15	20
SJES	10	10	13	15	20

Indicador 17

Objetivo: garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Projetos Estratégicos Executados no Prazo Estabelecido no Plano do Projeto					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Quantidade de projetos estratégicos executados no prazo				
Quem mede	TRF2 (CEGEST), SJRJ (CGOR), SJES (SEGOR).				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Acompanhar a evolução da estratégia				
Como medir	Número de projetos estratégicos executados no prazo / Total de projetos estratégicos propostos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF2: 27 / 35 = 77% - SJRJ: 6 / 6 = 100% - SJES: 16 / 22 = 72%				
Situação (2011)	TRF2: 15 / 30 = 50% - SJRJ: 66% - SJES: 6 / 7 = 85,71%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	80%	80%	80%	80%	80%
SJRJ	80%	80%	80%	80%	80%
SJES	80%	80%	80%	80%	80%

Indicador 18

Objetivo: fortalecer as relações da Justiça Federal da 2ª Região com outros órgão e instituições

INDICADOR: Convênios de Cooperação Técnica com os Demais Poderes e Instituições					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Número de convênios de cooperação técnica realizados com resultados				
Quem mede	TRF2 (AGOR), SJRJ (CJUD/SG/SJRJ), SJES (NAJ/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Identificar as relações em parcerias entre instituições				
Como medir	Número de convênios de cooperação técnica com resultados alcançados / total de convênios de cooperação técnica				
Situação (2009)	TRF: NA - SJRJ: 75% - SJES: NA				
Situação (2010)	TRF2: 5 / 5 = 100% - SJRJ: 2 / 3 = 66% - SJES: 46 / 46 = 100%				
Situação (2011)	TRF2: 7 / 7 = 100% - SJRJ: 3 / 3 = 100% - SJES: 12 / 12 = 100%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	87%	88%	95%	95,2%	95,6%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 19

Objetivo: fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Informações Positivas na Mídia					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Quantidade de informações positivas sobre a Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF2 (ACOS), SJRJ (NCOS/DIRFO/SJRJ), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (mídia impressa + internet)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a imagem da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	Quantidade de matérias positivas / total de matéria				
Situação (2009)	TRF2 (ACOS): 247 matérias positivas até 30/11/2009 de um total de 332 matérias produzidas (74%) SJRJ: NA SJES: NA				
Situação (2010)	TRF2: 431 / 488 = 88,31% - SJRJ: NA SJES: 118 / 129 = 91,47%				
Situação (2011)	TRF2: 416 / 751 = 55,39% - SJRJ: 38 / 57 = 66,67% - SJES: 150 / 184 = 81,52%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	77%	81%	85%	89%	93%
SJRJ	75%	80%	85%	90%	95%
SJES	75%	80%	85%	90%	95%

Indicador 20

Objetivo: fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Mede a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da

	2ª Região				
Quem mede	TRF2 (RH), SJRJ (SGP/SJRJ), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (pesquisa de clima organizacional)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional nas questões relativas á comunicação interna.				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF2: 40,91% SJRJ: 64,2% SJES: 36,54%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	40%	50%	60%	70%	80%
SJRJ	65%	75%	78%	80%	85%
SJES	40%	50%	60%	70%	80%

Indicador 21

Objetivo: desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados

INDICADOR: Capacitação nas Competências Estratégicas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados				
Quem mede	TRF2 (SRH/DICRE/EMARF), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Capacitar Magistrados e Servidores com foco em resultados				
Como medir	Total de pessoas treinadas com pelo menos 15 horas nas competências estratégicas / total de pessoas				
Situação (2009)	TRF2: 25% SJRJ: NA SJES: NA				
Situação (2010)	TRF2: 325 (183 mag.+ 142 serv.) / 1472 (233 mag.+ 1239 serv.) = 22%				
	SJRJ: 897 / 2458 = 36,49% - SJES= 154 / 530= 29%				
Situação (2011)	TRF2: 275 (149mag.+126 serv.) / 1.460 (199mag.+1.261 serv.) = 18,83%				
	SJRJ: 1.134 / 2.517 = 45% - SJES: 28,05%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJRJ	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJES	25%	27,5%	30%	32,5%	35%

Indicador 22

Objetivo: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Clima Organizacional

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A satisfação dos servidores e magistrados em relação às perspectivas da pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento da				

	instituição, motivação, qualidade de vida, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação)				
Quem mede	TRF2 (SRH), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (área administrativa e judiciária)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Avaliar a satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional				
Como medir	% de avaliações positivas nas perspectivas da pesquisa de clima organizacional				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF: 54,94% SJRJ: 76,3% SJES: 67,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	50%	55%	60%	65%	70%
SJRJ	50%	55%	60%	65%	70%
SJES	50%	55%	60%	65%	70%

Obs.: Pesquisa realizada com material encaminhado pelo CNJ.

Indicador 23

Objetivo: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Absenteísmo

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	O índice de absenteísmo dos magistrados e servidores				
Quem mede	TRF2 (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/CAMS), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (área administrativa e judiciária)				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o grau de afastamento no trabalho				
Como medir	Nº de dias não trabalhados / nº de magistrados e servidores x nº de dias úteis X 100				
Situação (2009)	TRF2: 6% - SJRJ: NA – SJES: NA				
Situação (2010)	TRF2: 3,25% - SJRJ: 5,8% - SJES: 4,3%				
Situação (2011)	TRF2: 3,23% - SJRJ: 5,6% - SJES: 3,7%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	6%	6%	6%	6%	6%
SJRJ	6%	6%	6%	6%	6%
SJES	6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 24

Objetivo: garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

INDICADOR: Aderência aos Padrões Mínimos de TI Estabelecidos para o Poder Judiciário

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Aderência aos padrões mínimos de TI, estabelecido para o judiciário				
Quem mede	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar se os padrões de TI mínimos estão sendo atendidos				
Como medir	Itens atendidos / total de itens estabelecidos				
Situação (2009)	NA				

Situação (2010)	TRF2: 70% - SJRJ: 75% - SJES: NA				
Situação (2011)	TRF2: 81,48% - SJRJ: 87,5% - SJES: 62,96%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	20%	40%	60%	80%	100%
SJRJ	82%	85%	87%	90%	95%
SJES	20%	40%	60%	80%	100%

Obs.: falta definição dos critérios mínimos as serem observados no cálculo Res. 90/2009-CNJ

Indicador 25

Objetivo: garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

INDICADOR: Índice de Satisfação com as Instalações Físicas

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	A satisfação dos Magistrados e Servidores com as instalações físicas				
Quem mede	TRF2 (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/ CAMS), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES (área administrativa e judicial)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas				
Como medir	Pesquisa de clima organizacional				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF2: 63,63% - SJRJ: 80,5% - SJES: 87,18%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	67%	74%	81%	88%	90%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 26

Objetivo: garantir o acesso e funcionamento de sistemas essenciais da tecnologia de informação

INDICADOR: Disponibilidade de Serviços Essências de TI

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Tempo de disponibilidade dos serviços essenciais				
Quem mede	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a disponibilidade dos serviços				
Como medir	$1 - \frac{\text{tempo de indisponibilidade de serviços essenciais}}{\text{tempo total do período}} \times 100$				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF2: 98,55% - SJRJ: 93,7% - SJES: 96,4%				
Situação (2011)	TRF2: 97,45% - SJRJ: 94,1% - SJES: 97,99%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJRJ	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJES	95%	98%	98,5%	99,5%	99,9%

Indicador 27

Objetivo: assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Orçamento Estratégico					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Participação dos projetos estratégicos sobre o orçamento				
Quem mede	TRF2 (SPO), SJRJ (SOF), SJES (NOF/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/ SJRJ/ SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar quanto foi disponibilizado para os projetos estratégicos em relação ao orçamento total (custeio + capital)				
Como medir	Valor disponibilizado para os projetos estratégicos / total do orçamento total (custeio + capital)				
Situação (2009)	TRF2: 13,8% SJRJ: 11,9% SJES: 18,5%				
Situação (2010)	TRF2: 3,1% SJRJ: 1,7% SJES: 1,7%				
Situação (2011)	TRF2: 4,5% SJRJ: 2,5% - SJES: 5,13%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	14,5%	15,5%	16,5%	18,5	20,0%
SJRJ	13,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%
SJES	14,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%

Indicador 28

Objetivo: assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Execução do Orçamento Estratégico					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Nível de execução dos projetos estratégicos				
Quem mede	TRF2, SJRJ (NOF), SJES (NOF/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF2/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar a utilização do valor disponibilizado para os projetos estratégicos				
Como medir	Valor executado (empenhado) dos projetos estratégicos / Valor disponibilizados para os projetos estratégicos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF2: R\$ 5.149.397,17 / R\$ 8.533.104,60 = 60% SJRJ: R\$ 11.350.000,00 / R\$ 11.947.368,42 = 95% SJES: NA				
Situação (2011)	TRF2: R\$10.136.847,17/R\$13.213.265,00 = 76,7% SJRJ: 100% SJES: 58,85%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	80%	85%	90%	95%	100%
SJRJ	80%	85%	90%	95%	100%
SJES	80%	85%	90%	95%	100%

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010

3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

No exercício de 2011, foram contabilizados, por insuficiência de créditos, os registros a seguir demonstrados:

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.2.1.1.11.00	Pessoal a Pagar por Insuf. Créditos/Recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
090014	Advogados	4.219	(4.219)	-	-
090014	Peritos	271.637	(271.637)	-	-
Razões e Justificativas: Conforme informado no Relatório de Gestão de 2010, os registros equivocadamente efetuados pela SJES foram estornados e lançados na conta própria: 2.1.2.1.9.22.00 (Débitos Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos) no início de 2011.					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.2.1.2.11.00	Pessoal a Pagar por Insuf. Créditos/Recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
090028	Servidores Ativos	39.858.834	80.090.489	83.936.211	43.704.556
090028	Servidores Inativos	624.607	1.138.730	1.852.382	1.338.259
090016	Servidores Ativos	56.268.197	1.268.197	12.199.508	67.199.508
090016	Servidores Inativos	1.084.883	976.018	93.719	202.584
090014	Servidores Ativos	9.935.818	-	(285.852)	9.649.966
090014	Servidores Inativos	315.271	-	12.544	327.815
090014	Pensionistas	38.000	-	(38.000)	-
Razões e Justificativas: vide Análise Crítica.					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.2.1.3.11.00	Encargos por Insuf. Créditos/Recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
090028	Servidores Ativos	8.669.409	17.596.409	17.819.201	8.892.201
090016	Servidores Ativos	12.100.000	-	56.308	12.156.308
090016	Advogados	29.882	29.882	24.806	24.806
090016	Peritos	355.275	355.275	367.129	367.129
090016	Intérpretes	1.169	1.169	727	727
090016	Tradutores	1.385	1.385	2.301	2.301
090014	Servidores Ativos	1.033.231	-	49.068	1.082.299

Razões e Justificativas: vide Análise Crítica.					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.2.1.9.22.00	Débitos Diversos por Insuf. Créditos/Recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
090016	Advogados	154.191	154.191	124.034	124.034
090016	Peritos	1.796.892	1.796.892	1.835.647	1.835.647
090016	Intérpretes	5.846	5.846	3.639	3.639
090016	Tradutores	6.925	6.925	11.507	11.507
090014	Peritos	-	271.637	631.831	360.194
090014	Advogados	-	4.219	8.021	3.802
090014	Servidores Ativos	-	-	2.006.745	2.006.745
Razões e Justificativas: vide Análise Crítica.					

Fonte: SIAFI

3.2. ANÁLISE CRÍTICA

Cabe registrar que, a partir de 2010, foi instituída rotina de levantamento e acompanhamento dos passivos por insuficiência de créditos.

Convém observar que, no caso de “pessoal”, as despesas que se caracterizam como passivos têm os valores necessários à sua liquidação regularmente incluídos na Proposta Orçamentária, a título de pagamento de exercícios anteriores. Entretanto, os cortes verificados nessa programação inviabilizam a liquidação dos débitos.

Considerando que o CJF realiza gestões nas instâncias próprias, com vistas à obtenção de recursos suplementares para pagamento do passivo para toda a JF, durante o exercício foram provisionados créditos para amortização parcial dessas despesas.

Registra-se que os critérios para o reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamento de dívidas de exercícios anteriores (passivos) a magistrados e servidores são regidos pela Resolução nº 106/CJF, de 26/05/2010.

Ressalta-se que os registros lançados na conta 2.1.2.1.3.11.00 (Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos) são reflexos do passivo existente nas contas 2.1.2.1.2.11.00 e 2.1.2.1.9.22.00.

Ao final do exercício, no caso do TRF-2ª REGIÃO, os valores lançados em “pessoal” referem-se à Parcela Autônoma de Equivalências – PAE, Quintos/Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI e passivos referentes ao benefício auxílio-alimentação devidos aos magistrados (Resolução nº 133, do CNJ, e Resoluções nº 175 e nº 180, ambas do CJF).

No tocante às Seções Judiciárias, além do montante registrado nas contas de “pessoal” (PAE, Quintos/VPNI, entre outros), foram lançados valores relativos a despesas com assistência jurídica a pessoas carentes e passivos referentes ao benefício auxílio-alimentação devidos aos magistrados.

Registra-se que as Seções Judiciárias efetuaram os lançamentos relativos ao auxílio-alimentação devido aos magistrados em contas contábeis distintas. A SJRJ registrou tal passivo na conta 2.1.2.1.2.11.00 (Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos), enquanto a SJES registrou na conta 2.1.2.1.9.22.00 (Débitos Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos).

Com relação à despesa relativa à assistência jurídica, a exemplo dos exercícios anteriores, os créditos disponibilizados mostraram-se insuficientes.

Apesar dos esforços do CJF nas negociações com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MPOG, as suplementações solicitadas não foram autorizadas, embora as despesas em questão sejam de natureza obrigatória, conforme estabelecido no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011.

No tocante a essa despesa, a exemplo do verificado nos anos anteriores, o orçamento do exercício seguinte será impactado diante da necessidade de abertura de despesas de exercícios anteriores.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O gerenciamento de restos a pagar de exercícios anteriores obedeceu tanto às normas aplicáveis à matéria, quanto às sistemáticas administrativas adotadas para o acompanhamento da execução desses créditos.

Acrescentamos que, pela natureza das UJs vinculadas à Justiça Federal, os recursos financeiros são liberados sob a forma de duodécimos, conforme previsto no art. 168 da Constituição Federal.

Logo, não há impacto negativo sobre a gestão financeira das Unidades Jurisdicionadas da 2ª Região decorrente de pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Cabe assinalar, ainda, que os saldos de restos a pagar não processados, inscritos no exercício de 2010, foram reinscritos, por autorização do Decreto 7.654 de 23/12/2011. No tocante aos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, de acordo com o estabelecido no Decreto 7.468, de 28/04/2011, tiveram suas validades prorrogadas.

Por fim, sublinhamos que a relação “montante inscrito – cancelamentos acumulados – pagamentos acumulados = saldo a pagar” não se verifica necessariamente em todos os exercícios, tendo em vista a existência de valores inscritos como restos a pagar não processados que, permanecendo liquidados e não pagos ao final de um exercício, passaram a ser considerados restos a pagar processados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI nos anos posteriores.

Unidades Jurisdicionadas – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - JF 1º GRAU

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	279.573	-	223.972	44.120
2009	961.472	426.654	492.911	434.112
2008	14.841.175	14.268.735	1.621.604	75.907
2007	1.191.826	47.778	1.152.711	76.153
2006 (*)	747.304	28.898	1.646.696	6.873
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	34.954.753	1.728.632	27.021.007	6.205.112
2009	31.329.561	4.043.938	26.751.861	92.532
2008	28.148.498	8.081.683	18.831.856	96.207

2007	40.085.580	9.836.646	30.142.310	-
Observações: (*) Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986				

Fonte: SIAFI

Nota: Ano de Inscrição 2008 (restos a pagar processados): houve uma falha no SIAFI que inscreveu indevidamente o montante de R\$ 12.329.676,27, o qual foi cancelado no mesmo exercício, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Mensagem SIAFI nº 2009/0071347, de 31.1.2009).

Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Unidades Gestoras: UG 090028 e UG 090048

QUADRO A.4.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - JF 2º GRAU

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	360.932	-	363.035	-
2009	38.447	-	117.655	-
2008	13.750.327	13.525.303	383.523	48.713
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	41.115.900	8.778.701	31.455.577	881.620
2009	79.923.088	9.483.631	70.346.474	13.772
2008	60.639.239	2.864.125	57.519.830	48.071

Fonte: SIAFI

Nota 1) Ano de Inscrição 2010: por ocasião do pagamento do valor de R\$2.102,72, referente a restos a pagar não processados, houve registro em duplicidade, pelo SIAFI, nas contas de restos a pagar não processados pagos e restos a pagar processados pagos. O problema de dupla contabilização foi comunicado à STN em abril/2011, sem solução até o fechamento do exercício.

Nota 2) Ano de Inscrição 2008 (restos a pagar processados): houve uma falha no SIAFI que inscreveu indevidamente o montante de R\$ 12.868.105,92, o qual foi cancelado no mesmo exercício, conforme orientação da STN (Mensagem SIAFI nº 2009/0071347, de 31.1.2009).

Ressalta-se que as despesas das Seções Judiciárias do Espírito Santo e Rio de Janeiro cujas contratações foram realizadas pelo TRF-2ª REGIÃO (UG 090028) à conta dos recursos daquelas Unidades (UO 12.101) encontram-se incluídas nos valores da tabela anterior, conforme a seguir demonstrado:

TABELA 6 - RESTOS A PAGAR DO TRF COM RECURSOS DA UO 12.101

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	12.206	-	12.206	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.701.851	402.743	2.275.107	24.000

4.2. ANÁLISE CRÍTICA

Unidades Jurisdicionadas – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

Em 31/12/2011, constavam saldos de restos a pagar não processados que se referiam a contratações com as seguintes pendências: análise de repactuação e reajustes, irregularidade fiscal e de documentação, divergência entre o material solicitado e o ofertado pela contratada, e falhas na emissão de documentos de cobrança.

Não obstante a existência de saldos não processados a pagar remanescentes dos exercícios de 2008 e 2009, é notória a significativa redução em relação aos saldos verificados ao final do exercício de 2010 – resultado da gestão intensificada durante o exercício de 2011 – havendo previsão para eliminação total dos saldos ainda no primeiro trimestre de 2012.

No tocante ao saldo de restos a pagar processados referente ao exercício de 2006, informamos que as Seções Judiciárias procederão ao cancelamento, haja vista prescricional estabelecido pelo art. 70 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

O volume de saldos mantidos em restos a pagar processados ainda é considerável, apesar das estratégias de redução em relação aos saldos verificados em 2010. Esse evento se configura em razão da inadimplência de muitas empresas.

Em continuidade à rotina sistemática e periódica de acompanhamento implementada, pretende-se logo no início de 2012, verificar a possibilidade da solução das pendências.

Registramos que, apesar dos esforços, verifica-se a existência de expressivo volume de processos em oposição ao reduzido número de servidores especializados na apreciação das matérias que envolvam execução contratual, a fim de subsidiar o Gestor na decisão de mérito.

Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Unidades Gestoras: UG 090028 e UG 090048

Os eventos determinantes para a manutenção dos saldos de restos a pagar não processados do exercício de 2010 apurados em 31/12/2011 relativos às despesas próprias do TRF-2ª REGIÃO, podem ser agrupados, em linhas gerais, da seguinte forma:

- processos que estavam sendo apreciados com expectativa de aplicação de penalidades ou rescisão contratual;
- pendências de faturamento;
- serviços em fase de conclusão;
- pendências de atesto de notas fiscais.

Seguindo orientação do CJF e com respaldo da SOF/MPOG, foi reinscrito em restos a pagar o saldo remanescente de RPVs do exercício de 2009 (R\$ 8.381.617,89), visando a cobrir eventual insuficiência para pagamento dos RPVs do exercício de 2011.

Considerando que tal montante não foi utilizado em 2011, procedeu-se ao cancelamento.

Já com relação aos recursos inscritos de 2010, destaca-se que, após os pagamentos realizados (R\$ 22.615.672,51), os saldos também foram cancelados.

No tocante às demais despesas do exercício de 2009, a permanência do saldo em restos a pagar decorre basicamente da falta de apresentação de certidão negativa de débito atualizada.

No que tange ao exercício de 2008, os saldos mantidos em restos a pagar processados e não processados são decorrentes da falta de faturamento e de apresentação de certidão negativa de débito válida.

Anota-se que, no tocante aos recursos inscritos em restos a pagar não processados referentes a despesas da UO 12.101 executadas pelo TRF-2ª REGIÃO, o saldo em 31/12/2011 deve-se ao fato de a empresa, apesar da realização do treinamento, não ter entregue os certificados aos participantes, o que impossibilitou o pagamento.

De fato, as ferramentas gerenciais aplicadas pelo TRF-2ª REGIÃO vêm impactando, de forma positiva, na diminuição dos montantes mantidos. Essa ação revela a participação fundamental dos servidores e dirigentes no êxito dos procedimentos.

Assim, os saldos consignados nos quadros espelham situações alheias ao desempenho dos gestores, já que todas as medidas administrativas voltadas à solução das pendências foram efetivamente adotadas.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1. - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4571	4648	221	118
1.1. Membros de poder e agentes políticos	295	242	6	8
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4276	4406	215	110
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4276	4225	215	110
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	11	*	*
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	170	*	*
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores (1+2)	4571	4648	221	118

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

Obs:* Somente informados os ingressos e egressos referentes aos cargos efetivos

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

**QUADRO A.5.2. - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ -
SITUAÇÃO EM 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	21
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	16
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	2
1.3.1. Cessão, nos termos do art. 93, II, da Lei nº 8.112/90 c/c Resolução 5/2008-CJF	1
1.3.2. Cessão, com base na Emenda Regimental nº 36/STF, de 02.12.2009	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	65
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	64
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	8
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	6
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	17
6.1 Licença para acompanhar cônjuge com exercício provisório, conforme art. 84, § 2º da Lei nº 8.112/1990	15

6.2. Afastamento do art. 93, VIII, CF/88 c/c art. 29, 1ª parte, L. C. 35/1979	2
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	112

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3. - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	313	313	104	98
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	313	313	104	98
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	268	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	8	0	0
1.2.4. Sem vínculo	Não há	33	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	4	0	0
2. Funções gratificadas	2697	2599	1195	1156
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	2453	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	146	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	3010	2912	1299	1254

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

QUADRO A.5.4. - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	117	565	684	322	85
1.1. Membros de poder e agentes políticos	7	111	86	24	14
1.2. Servidores de Carreira	110	454	598	298	71

1.3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Provimento de cargo em comissão	225	930	1214	446	97
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	74	164	46	18
2.3. Funções gratificadas	214	856	1050	400	79
3. Totais (1+2)	342	1495	1898	768	182

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4. - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	117	565	684	322	85
1.1. Membros de poder e agentes políticos	7	111	86	24	14
1.2. Servidores de Carreira	110	454	598	298	71
1.3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Provimento de cargo em comissão	225	930	1214	446	97
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	74	164	46	18
2.3. Funções gratificadas	214	856	1050	400	79
3. Totais (1+2)	342	1495	1898	768	182

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5. - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	1	15	293	677	751	29	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	220	8	11	3
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	15	293	457	743	18	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Provimento de cargo em comissão	0	4	2	25	401	1086	1346	41	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	168	137	5	0
2.3. Funções gratificadas	0	4	2	25	398	918	1209	36	6
3. Totais (1+2)	0	4	3	40	694	1763	2097	70	14
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	345	44
1.1 Voluntária	171	15
1.2 Compulsória	5	0
1.3 Invalidez Permanente	20	0
1.4 Outras	149	29
2. Proporcional	242	15
2.1 Voluntária	116	3
2.2 Compulsória	18	2
2.3 Invalidez Permanente	60	10
2.4 Outras	48	0
3. Totais (1+2)	587	59

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	124	11
1.1. Integral	107	9
1.2. Proporcional	17	2
2. Em Atividade	173	2
3. Total (1+2)	297	13

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.8. - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	718	752	808	796	6.140.570,44 *
1.1 Área Fim	651	681	738	732	
1.2 Área Meio	67	71	70	64	
2. Nível Médio	155	161	177	171	873.773,90
2.1 Área Fim	40	40	39	39	
2.2 Área Meio	115	121	138	132	
3. Total (1+2)	873	913	985	967	7.014.344,34

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região e Escola de Magistratura

Obs: * Incluído valor do seguro de vida dos estagiários de níveis superior e médio.

5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.9. - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	65.485.316,52	923.280,68	5.637.237,33	3.372.396,62	2.410.214,51	1.221.391,69	0,00	2.138.731,16	45.845,81	81.234.414,32
	2010	66.482.977,20	492.157,45	5.688.151,19	3.661.013,56	1.476.488,62	846.977,48	7.902.994,56	0,00	0,00	86.550.760,06
	2009	61.495.590,83	566.945,82	5.488.317,51	3.316.256,44	770.198,89	662.935,62	8.397.512,25	0,00	0,00	80.697.757,36
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	146.230.268,49	1.819.834,77	17.680.857,21	10.858.834,06	18.023.634,36	3.713.149,29	71,86	439.248,46	125.129,08	198.891.027,58
	2010	202.229.502,83	8.726.609,91	24.633.088,16	6.737.008,65	7.184.206,57	4.492.440,84	16.584.278,86	0,00	0,00	270.587.135,82
	2009	205.263.614,95	9.116.076,85	24.526.536,89	7.207.843,87	7.365.070,45	2.936.107,88	16.271.411,79	0,00	0,00	272.686.662,68
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											

Exercícios	2011	11.039.293,92	537.159,55	1.102.524,28	788.230,07	1.004.625,75	199.856,46	0,00	11.973,60	0,00	14.683.663,63
	2010	49.414.594,62	5.683.660,78	6.764.231,39	1.879.627,75	1.044.435,51	892.780,51	4.692.909,08	0,00	0,00	70.372.239,64
	2009	48.634.246,27	7.757.430,75	6.483.713,92	2.458.821,02	775.601,55	794.704,56	4.709.516,69	0,00	0,00	71.614.034,76
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	33.710.110,06	24.681.399,33	4.984.092,22	3.550.757,17	3.437.870,77	858.517,23	0,00	39.968,53	6.193,27	71.268.908,58
	2010	22.000.799,64	13.151.186,23	2.790.525,44	1.012.294,75	670.142,53	483.905,27	1.851.030,03	0,00	0,00	41.959.883,89
	2009	21.091.849,12	13.110.825,52	2.934.804,81	1.092.800,90	748.745,28	296.002,12	1.695.846,43	0,00	0,00	40.970.874,18
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	217.502.484,38	57.450.217,84	24.345.454,96	18.117.739,92	22.713.382,49	6.292.965,17	0,00	216.476,67	86.139,63	346.724.861,06
	2010	153.837.628,03	41.868.697,06	16.510.709,57	6.133.750,39	425.118,55	4.075.940,83	17.197.652,72	0,00	0,00	240.049.497,15
	2009	147.340.581,20	40.680.155,93	16.107.258,75	6.031.145,45	580.009,14	2.382.392,71	15.648.209,06	0,00	0,00	228.769.752,24

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

Obs.: As diferenças apresentadas com relação aos anos de 2009 e 2010 decorrem das novas orientações do TCU acerca da classificação das despesas.

5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
NÃO HÁ					
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
NÃO HÁ					

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

QUADRO A.5.10 - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
NÃO HÁ		

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.11 - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
NÃO HÁ			

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante	
Nome: Tribunal Regional Federal da 2ª Região	
UG/Gestão: 090028	CNPJ: 32.243.347/0001-51

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	070/2008	03.372.304/0001-78	06/10/2008	05/12/2011							E
2009	V	O	023/2009	40.170.029/0001-36	13/02/2009	12/02/2012							P
2009	L	O	045/2009	00.277.106/0001-37	18/08/2009	17/08/2012							P
2008	L	O	086/2008	06.263.083/0001-98	15/12/2008	14/12/2012							P
Nome: Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro													
UG/Gestão: 090016						CNPJ: 05.424.540/0001-16							
2010	V	O	10/2010	39.537.063/0001-17	01/02/2010	31/07/2012							A
2010	L	O	55/2010	00.482.840/0001-38	19/08/2010	18/08/2012							A
Nome: Justiça Federal de 1º Grau no Espírito Santo													
UG/Gestão: 090014/0001						CNPJ: 05.424.467/0001-82							
2006	V	O	314/2006	36.040.947/0001-73	20/10/2006	19/04/2012							P
2010	L	O	008/2010	00.482.840/0001-38	04/03/2011	05/03/2011							
2010	L	O	019/2010	00.482.840/0001-38	04/03/2010	05/03/2013			1	1			P
2010	L	O	020/2010	00.482.840/0001-38	04/03/2010	05/03/2013			1	1			P
2010	L	O	021/2010	00.482.840/0001-38	04/03/2010	05/03/2013			1	1			P
2010	L	O	022/2010	00.482.840/0001-38	04/03/2010	05/03/2013			1	1			P
2011	L	O	011/2011	00.482.840/0001-38	11/02/2011	05/03/2013			1	1			P
2011	L	O	012/2011	36.529.998/0001-63	15/03/2011	04/04/2012	2	2	2	2			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Sistema Informatizado de Controle de Processos – SCC (UG 090028); Respectivos autos de Execução Orçamentária e Financeira (UG 090014); Subsecretaria de Logística e Núcleo de Segurança Judiciária (NSEG) (UG 090016)													

5.5.4. Informações sobre locação de mão de obras para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Federal da 2ª Região													
UG/Gestão: 090028						CNPJ: 32.243.347/0001-51							
Informações sobre os contratos													
Ano do contr.	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	016/2010	02.566.106/0001-82	19/01/2010	18/01/2012					1	1	A
2010	1	O	056/2010	03.133.738/0001-15	26/07/2010	25/11/2011			24	24	7	7	E

2011	1	O	052/2011	00.799.840/0001-00	26/11/2011	25/11/2012			32	32	9	9	A
2010	1	O	054/2010	06.347.226/0001-40	16/08/2010	15/08/2012			08	08	01	01	A
2010	1	O	059/2010	33.485.335/0001-04	02/08/2010	01/08/2012							A
2010	1	O	046/2010	00.572.914/0001-27	24/05/2010	23/05/2012							A
2008	2	O	034/2008	39.128.525/0001-42	06/03/2008	05/03/2012	13	13	01	01	01	01	P
2010	4	O	055/2010	04.079.402/0001-84	26/07/2010	22/11/2011							E
2011	4	O	056/2011	04.079.402/0001-84	23/11/2011	22/11/2012							A
2010	1	O	039/2010	07.855.231/0001-26	04/05/2010	03/05/2012							A
2008	2	O	033/2008	04.664.974/0001-20	06/03/2008	05/03/2012			05	05	02	02	P
2010	4	O	026/2010	00.822.025/0001-70	24/05/2010	23/05/2012							P
2009	1	O	042/2009	00.277.106/0001-37	15/07/2009	14/07/2012					06	06	P
2009	1	O	029/2009	06.150.807/0001-97	19/03/2009	18/03/2013					02	02	P
2009	4	O	045/2009	00.277.106/0001-37	18/08/2009	17/08/2012							P
2010	1	O	061/2010	04.737.058/0001-73	16/08/2010	15/08/2012							P
2008	1	O	060/2008	78.583.721/0001-69	18/07/2008	17/07/2012					02	02	P
2008	1	O	050/2008	00.277.106/0001-37	16/05/2008	15/10/2011					02	02	E
2011	1	O	048/2011	00.277.106/0001-37	22/10/2011	21/10/2012					03	03	A
2010	2	O	021/2010	00.277.106/0001-37	27/01/2010	26/04/2011							P
2011	2	O	036/2011	00.277.106/0001-37	27/04/2011	26/04/2012							A
2008	5	O	040/2008	42.515.478/0001-02	11/03/2008	10/03/2012							P
2009	2	O	038/2009	39.128.525/0001-42	01/07/2009	30/06/2012							P
2011	1	O	005/2011	10.333.675/0001-60	13/01/2011	12/01/2012							A
2008	1	O	075/2008	07.213848/0001-48	07/10/2008	06/02/2012							P
2010	4	O	062/2010	00.822.025/000170	16/09/2010	15/09/2012							P
2008	1	O	067/2008	28.194.611/0001-37	28/08/2008	03/03/2012					02	02	E
2011	1	O	060/2011	08.683.335/0001-63	15/12/2011	14/12/2012					02	02	A

Nome: Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro

UG/Gestão: 090016

CNPJ: 05.424.540/0001-16

2006	8	O	29/2006	40.197.121/0001-90	01/09/2006	31/08/2011	11	05					E
2006	1 e 4	O	61/2006	30.161.814/0001-79	21/12/2006	21/12/2011			51	51			P
2010	8	O	56/2010	00.482.840/0001-38	02/09/2010	01/09/2012	1	1					A
2010	11	O	70/2010	39.128.525/0001-42	12/11/2010	12/10/2012	21	21	3	3			A
2010	10	O	72/2010	10.443.481/0001-82	13/12/2010	12/12/2012			8	8			A
2010	14	O	76/2010	10.565.981/0001-78	16/12/2010	15/12/2012			2	2			P
2010	12	O	44/2011	31.018.229/0001-87	01/06/2011	31/05/2012	42	15	-	27			A
2011	7	O	35/2011	10.685.700/0001-10	26/03/2011	25/03/2012			2	2			A
2011	14	O	47/2011	00.822.025/0001-70	10/06/2011	09/06/2013			2	2			A
2011	11	O	58/2011	03.764.899/0001-07	03/08/2011	02/08/2012			1	2			A
2011	11	O	59/2011	05.531.749/0001-89	03/08/2011	02/08/2012							
2011	8	O	82/2011	32.086.043/0001-28	24/10/2011	23/10/2012	1	1					A
2011	11	O	67/2011	29.739.737/0054-14	03/10/2011	02/10/2013			1	2			A
2011	11	O	86/2011	29.739.737/0054-14	07/12/2011	06/12/2013							
2011	11	O	08/2011	02.566.106/0001-82	14/01/2011	13/01/2013	47	47	5	5			A

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau no Espírito Santo

UG/Gestão: 090014/0001

CNPJ: 05.424.467/0001-82

2009	5	O	053/2009	32.501.678/0001-44	09/12/2009	15/12/2012			19	19			P
2011	10 e 11	O	027/2009	30.964.795/0001-19	31/03/2009	02/04/2013			15	15			P
2010	14	O	016/2010	00.482.840/0001-38	26/02/2010	05/03/2013	10	10	01	01			P
2011	14	O	010/2011	30.964.795/0001-19	31/01/2011	01/02/2013							P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Fonte: Sistema Informatizado de Controle de Processos – SCC (UG 090028); Respective autos de Execução Orçamentária e Financeira (UG 090014); Subsecretaria de Informação e Documentação (SID); Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP); Subsecretaria de Logística (SLO); Subsecretaria de Infraestrutura (SIE); Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (STI) e Núcleo de Segurança Judiciária (NSEG) (UG 090016);

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

No ano de 2011 foram acompanhados pelas áreas técnicas, por força de Lei ou por necessidade do Órgão para adequar a política de recursos humanos aos índices apurados, os indicadores a seguir relacionados:

INDICADOR: Absenteísmo de licenças médicas	
O quê mede	Mede o índice de absenteísmo de licenças médicas dos servidores
Objetivo	Acompanhar o índice de absenteísmo dos servidores nas licenças por motivo de doenças para propor políticas de saúde que visem à redução desses afastamentos.
Quem mede	Unidade de RH do TRF e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores em exercício apurado pela média anual x nº de dias úteis x 100 = 48921/ 4304 x 242 x 100 = 48921/1041568 x 100 = 4,70
Situação em 2011	4,70 %
Meta	6 %
Conclusões	O índice ficou abaixo da meta máxima fixada e do apurado em 2010 (4,98%). Verifica-se que os programas na área de saúde têm alcançado efetividade, sendo importante continuar com os programas e implantar outros para baixar mais esse índice.

Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados o total de dias de afastamento (2) foram somados todos os absenteísmos por motivo de doença (Licença para tratamento da própria saúde, licença por acidente em serviço e Licença em pessoa da família), exceto licença maternidade (3) nº dos servidores em exercício = média dos servidores em exercício, inclusive os requisitados.

INDICADOR: Absenteísmo de licença por acidente em serviço	
O quê mede	Mede o índice de servidores afastados por licença de acidente de serviço
Objetivo	Acompanhar o índice de servidores em licença de acidente de serviço para verificar a necessidade de implantar programas de saúde preventivos.
Quem mede	Unidade de RH do TRF e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores afastados por motivo de LAS/ nº de servidores em exercício apurado pela média anual x 100 = 27/4304 x 100 = 0,62 %
Situação em 2011	0,62%
Meta	3 %
Conclusões	Constata-se que a incidência de licença por acidente de serviço está abaixo da meta máxima fixada, sendo a maioria decorrente de acidentes nos deslocamentos residência/trabalho e vice-versa. Também ficou abaixo do índice apurado em 2010 (1,14%).

Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados os servidores afastados por motivo de acidente em serviço (2) foram considerados todos os servidores em exercício, inclusive os requisitados, apurados pela média anual.

INDICADOR: Rotatividade	
O quê mede	Mede o índice de saída de servidores do Quadro de Pessoal
Objetivo	Medir a rotatividade para adotar políticas preventivas com a finalidade de manter o quadro de pessoal estabilizado e propor concurso público quando está próximo de expirar a validade do certame anterior.
Quem mede	Unidade de RH do TRF e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores desligados/ n° de servidores do Quadro de Pessoal x 100 = $110/4276 \times 100 \% = 2,57\%$
Situação em 2011	2,57 %
Meta	3 %
Conclusões	O Quadro de Pessoal ainda se encontra estabilizado, apesar de ficar acima do apurado no ano de 2010 (1,82%), existindo alguns desligamentos, em regra, por motivos de aposentadoria ou de posse em outro cargo público inacumulável, sendo imediatamente provido o cargo mediante nomeação de candidato classificado em concurso público. O que se acentuou no ano foi um aumento na quantidade de aposentadorias e a dificuldade para preenchimento de cargos vagos, tendo em vista a desistência dos candidatos, que optaram por outros cargos públicos, acarretando sucessivas nomeações e atos tornados sem efeito até a ocupação da vaga. Provavelmente a dificuldade no preenchimento da vaga tem como motivo o último ano de validade do concurso público cujo prazo foi de 4 anos e a remuneração inicial da Carreira não estar atraente.

Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram somados todos as formas de desligamentos por aposentadoria, exoneração e vacância do cargo.

INDICADOR: Educação Continuada	
O quê mede	Mede o índice de servidores capacitados
Objetivo	Verificar a participação dos servidores em capacitação promovida pelo Órgão com a finalidade de apurar o interesse nos cursos e aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.
Quem mede	Unidade de RH do TRF e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores capacitados / n° de servidores em exercício apurado pela média anual x 100 $2517/4304 \times 100 = 58,48\%$
Situação em 2011	58,48%
Meta	50%
Conclusões	Constata-se que o índice foi superior a meta, apesar de estar inferior ao do ano de 2010(65,89%), o que continua demonstrando o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados.

Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram somados todos os servidores capacitados, do quadro ou requisitados. (2) n° dos servidores em exercício = média dos servidores em exercício, inclusive os requisitados.

INDICADOR: Capacitação nas competências estratégicas	
O quê mede	Mede o índice de servidores capacitados nas competências estratégicas
Objetivo	Verificar a participação dos gerentes em capacitação nas competências estratégicas, com a finalidade de cumprir o disposto na Lei nº 11.416/2006 e apurar o interesse nos cursos para aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.
Quem mede	Unidade de RH do TRF e Seccionais
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores capacitados nas competências estratégicas / n° de servidores que ocupam cargo ou função de gerência x 100 = $698/1158 \times 100 = 60,28\%$
Situação em 2011	60,28 %

Meta	50 %
Conclusões	Constata-se que o índice ficou acima da meta e superior ao do ano de 2010 (49,14%), o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados.

Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores capacitados nas competências estratégicas, do quadro ou requisitados.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011.

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas									
CNPJ: 02.645.310/0001-99					UG/GESTÃO: 110.246				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	08-2010	090016	190.000		0	171.500*	2010	2011	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

* Nota: Do montante repassado (R\$ 190.000,00) no exercício de 2010, foi empenhado o valor de R\$ 171.500,00, tendo em vista que o valor adjudicado na licitação foi menor do que o estimado. Desta forma, foi devolvido o saldo de R\$ 18.500,00.

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.

QUADRO A.6.2. - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas						
CNPJ: 02.645.310/0001-99				UG/GESTÃO: 110.246		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						

Termo de Cooperação		1		0	171.500	0
Termo de Compromisso						
Totais		1		0	171.500	0

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes.

QUADRO A.6.3. - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas					
CNPJ: 02.645.310/0001-99			UG/GESTÃO: 110.246		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	NÃO HÁ				
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

7.1. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1. - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, ANDRÉIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA, CPF nº 796.180.737-34, Diretora da Secretaria de Atividades Administrativas, exercido no Tribunal Regional Federal da 2ª Região declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2012.

Andréia Alvares de Azevedo Oliveira
796.180.737-34
Secretaria de Atividades Administrativas
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010

8.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.8.1. - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	5	4	242
	Entregaram a DBR	5	4	242
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	Não há	Não há	Não há
	Entregaram a DBR	Não há	Não há	Não há
	Não cumpriram a obrigação	Não há	Não há	Não há
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	352	274	2983
	Entregaram a DBR	341	271	2966
	Não cumpriram a obrigação	11	3	17

Fonte: Unidades de Recursos Humanos da 2ª Região

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

A área de pessoal é responsável pela cobrança da Declaração de Bens e Rendas/Autorização de Acesso e posterior envio à área de controle interno, para verificar o cumprimento da obrigação, não havendo mais análise acerca da compatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida.

Na vigência da IN-05/94-TCU, era realizada a análise da variação patrimonial pelo controle interno. A partir das IN-65 e 67/2011-TCU aquela setorial somente verifica se foram entregues as declarações/autorizações dos servidores.

Não há acesso eletrônico à base de dados da Receita Federal.

Foram solicitadas as declarações/autorizações de todos Magistrados e servidores que foram titulares de cargo em comissão ou função comissionada no ano de 2010 e também dos que ingressaram na magistratura e em cargo ou função comissionada no ano de 2011, o que foi plenamente atendido, à exceção de alguns servidores da SJ/RJ, conforme explanação abaixo.

Com relação aos procedimentos ressalte-se que:

TRF 2ª REGIÃO

- a Seção de Apoio Administrativo e a Divisão de Provimento e Lotação gerenciam a recepção das Declarações/Autorizações de Acesso, conforme o caso;

- a Declaração/Autorização é entregue em papel, lançado o seu recebimento e arquivada em pasta única, com acesso restrito à Unidade.

- em atendimento ao art. 4º, § 2º da IN nº 05/94-TCU, atualmente revogada, foi criado um sistema – Sistema de Imposto de Renda – para registro das declarações recebidas, por ano base.

SJ/RJ

- a Seção de Cadastro e a Seção de Lotação gerenciam a recepção das Declarações/Autorizações de Acesso, conforme o caso;

- a Declaração/Autorização é entregue por meio eletrônico, não há sistema informatizado para esse gerenciamento;

- 20 servidores não apresentaram a Declaração/Autorização, o que será apurado pela Administração em 2012.

SJ/ES

- a Seção de Procedimento de Pessoal gerencia a recepção das Declarações/Autorizações de acesso;

- a Declaração/Autorização é entregue em papel, arquivada em pasta única, com acesso restrito à Seção, não há sistema informatizado para esse gerenciamento.

Com relação aos Magistrados desta Região, as declarações, recebidas em papel, são enviadas ao TCU, juntamente com a relação dos que entregaram autorização de acesso, sendo a recepção das declarações/autorizações gerenciada pelo Núcleo de Magistratura, da Secretaria de Recursos Humanos. O gerenciamento é feito de forma manual, não há sistema informatizado para tal fim.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010

9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais:</p> <p>Como metodologia, a Secretaria Geral efetivou a avaliação dos quesitos, com a participação das Assessorias vinculadas à Unidade, contando com apoio das secretarias administrativas.</p>					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS****QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> ✓ Por força de norma jurídica que disciplina a comercialização de produtos com componentes que podem agredir o meio ambiente, os suprimentos dos equipamentos copiadores, utilizados na UJ, são recolhidos pelo fornecedor para reciclagem/reutilização dos recipientes, bem como para destinação final apropriada dos resíduos tóxicos. ✓ Foi exigida, no projeto básico para aquisição de mobiliário, a utilização de madeira certificada. 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <ul style="list-style-type: none"> ✓ A exigência, quando cabível para fins de garantia de qualidade e durabilidade do bem/produto, é que as licitantes apresentem certificação dos respectivos órgãos competentes (INMETRO e /ou ANVISA). ✓ Foi exigida, no projeto básico para aquisição de mobiliário, a utilização de madeira certificada. 			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Obs. No exercício de 2010, conforme devidamente registrado na avaliação anterior, foram adquiridos equipamentos e materiais eletroeletrônicos, além de torneiras automáticas, que se revelaram medidas importantes à redução do consumo.</p>			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
6. <i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? ✓ O papel utilizado A4 é reciclado e não clorado.					X
7. <i>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? ✓ Sim. O projeto básico que norteou a licitação exigiu a cotação de veículo bi-combustível.					X
8. <i>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? ✓ Normalmente, os produtos de higienização adquiridos são fornecidos em embalagens reutilizáveis. Há um programa de coleta seletiva que permite a destinação ambientalmente adequada, após o uso, de todos os materiais passíveis de reutilização ou reciclagem.					X
9. <i>Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</i> ✓ Sim. As especificações técnicas procuram listar todas as características possíveis que ensejem a durabilidade e a qualidade do bem/produto, sem restringir o caráter competitivo.					X
10. <i>Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>			X		
11. <i>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i>					X
12. <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? ✓ As campanhas educativas nesse sentido foram realizadas regularmente, através de uma unidade administrativa com atribuições específicas (gestão socioambiental). No entanto, em datas de grande relevância, como a Semana do Meio Ambiente, foram realizadas várias outras ações, como palestras, oficinas de artesanato com reaproveitamento de materiais, exibições de filmes temáticos etc.					X
13. <i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? ✓ As campanhas educativas nesse sentido foram realizadas regularmente, através de uma unidade administrativa com atribuições específicas (gestão socioambiental). No entanto, em datas de grande relevância, como a Semana do Meio Ambiente, foram realizadas várias outras ações, como palestras, oficinas de artesanato com reaproveitamento de materiais, exibições de filmes temáticos etc.					X
<i>Considerações Gerais:</i> <i>Sob a coordenação da Secretaria Geral e revendo a avaliação do exercício realizada em 2010, a Secretaria de Atividades Administrativas – SAT, a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, a Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – SED e a Secretaria de Serviços Gerais – SEG não vislumbraram ocorrências, à exceção do número 5, que impactassem mudança na aferição anterior.</i> <i>No tocante ao item excetuado, registramos que, embora não tenha havido aquisições no exercício de 2011, as medidas adotadas no exercício de 2010 continuaram contribuindo para a redução do consumo.</i>			X		
LEGENDA					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - RIO DE JANEIRO	11	11
	Rio de Janeiro	7	7
	Niterói	1	1
	Campos dos Goytacazes	1	1
	São Pedro da Aldeia	1	1
	Macaé	1	1
	UF - ESPÍRITO SANTO	06	05
	Cachoeiro de Itapemirim	01	01
	São Mateus	01	01
	Vitória	04	03*
Subtotal Brasil		17	16
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		17	16

Fonte:SPIUNET, SIAFI.

* A variação a menor se deve à devolução para a Secretaria de Patrimônio da União - SPU, em 1º/8/2011, de imóvel que abrigava a Seção Judiciária do Espírito Santo, em razão da conclusão das obras da nova sede.

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - RIO DE JANEIRO	15	18
	Angra dos Reis	01	01
	Barra do Piraí	01	01
	Duque de Caxias	01	01

	Itaboraí	01	02*
	Itaperuna	01	01
	Niterói	01	01
	Nova Friburgo	01	01
	Nova Iguaçu	01	02**
	Petrópolis	01	01
	Resende	01	01
	São João de Meriti	01	02***
	São Gonçalo	01	01
	Teresópolis	01	01
	Volta Redonda	02	02
	UF - ESPÍRITO SANTO	02	01
	Vitória	01	-
	Vila Velha	01	-
	Colatina	-	01
	Subtotal Brasil	17	19
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
	Total (Brasil + Exterior)	17	19

* Transitoriamente há dois imóveis locados, pois o segundo imóvel está em fase de reforma de adequação para a instalação da Subseção de Itaboraí.

** Transitoriamente, há dois imóveis locados, pois um novo imóvel foi alugado para atender às necessidades da Subseção de Nova Iguaçu. O imóvel anteriormente alugado está em fase de entrega das chaves ao proprietário.

***Transitoriamente, há dois imóveis locados, pois o segundo imóvel está em fase de reforma de adequação para a instalação da Subseção de São João de Meriti.

QUADRO A.11.2.A - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS CEDIDOS POR TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS CEDIDOS POR TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
UF – ESPÍRITO SANTO - SJES		-	02
Linhares – Imóvel cedido pela Prefeitura de Linhares na Av. Nogueira da Gama nº 988, Centro. (Convênio de Cooperação)		-	01
Serra – Imóvel cedido pela Prefeitura de Serra na Rua Major Pissara nº 12, Serra Sede. (Convênio de Cooperação)		-	01

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090028	600101702.500-2	13	2	33.087.181,46	07/12/11	37.749.047,20	-	6.798.874,06
090016	6001.00004.500-5*	13	2	41.181.527,74	28/12/11	42.662.017,35	80.550,99	834.401,34
090016	6001.00006.500-6	13	4	17.654.219,52	28/12/11	18.589.176,82	39.415,71	383.274,44
090016	6001.01418.500-9	13	4	7.347.393,85	28/12/11	7.827.787,28	283.210,70	248.463,00
090016	6001.01423.500-6	13	1	18.967.467,10	28/12/11	25.896.685,34	7.350.949,97	393.086,80
090016	5819.00106.500-8	13	3	1.905.110,26	28/12/11	2.009.648,74	753.980,14	46.384,84
090016	5865.00001.500-0	13	3	3.157.208,09	28/12/11	3.322.897,59	58.345,17	75.361,44
090016	6001.00005.500-0	11	3	9.255.453,13	28/12/11	9.689.607,83	215.752,71	760.022,72
090016	6001.01459.500-2	12	3	38.059.141,98	28/12/11	40.069.151,03	560.695,21	998.046,28
090016	5847.00062.500-5	12	1	3.233.292,38	28/12/11	3.393.828,88	-	21.679,76
090016	5903.00012.500-7**	12	1	3.327.137,74	28/12/11	3.463.741,87	11.557,77	67.124,00
090014	570500044500-5	12	1	3.305.365,00	26/09/11	25.725.245,93	427.836,06	100.333,44
090014	570500004500-7	12	2	1.501.638,27	11/01/11	1.628.724,94	59.837,21	14.552,93
090014	570500003500-1	12	2	3.648.645,58	11/01/11	3.292.541,37	92.798,41	23.354,31
090014	569700012500-6	13	2	134.064,00	11/01/11	978.835,83	20.898,75	13.162,31
090014	562300029500-5	12	2	210.000,00	11/01/11	1.379.468,04	28.355,15	51.247,63
TOTAL							9.984.183,95	10.829.369,30

Fonte: SPIUNET, SIAFI.

* Cumpre informar que, embora o imóvel do Centro Cultural Justiça Federal (RIP: 6001.00004-500) pertença à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, as despesas com manutenção do imóvel e das instalações correram por conta do TRF-2ª Região.

** Ao valor reavaliado foi adicionado o valor (R\$ 7.722,87) do terreno RIP 5903.00014.500-8, pois os terrenos foram lembrados. Após regularização pela Secretaria de Patrimônio da União- SPU, junto ao RGI, o RIP 5903.00014.500-8 será cancelado.

Análise crítica:

1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF – 2ª Região:

Como os dirigentes da JF - 2ª Região têm apreço pelo planejamento de suas ações e, ainda, a expectativa de ampliação do número de magistrados para toda a Justiça Federal, sempre tendo em mira a prestação jurisdicional de excelência, o TRF - 2ª Região procedeu a gestões junto à Secretaria do Patrimônio da União – SPU para ocupação de imóvel situado na Usina na cidade do Rio de Janeiro, visando ao deslocamento de algumas unidades da parte administrativa – marcenaria, almoxarifado e gráfica.

Cabe acrescentar que o TRF - 2ª Região já dispõe da posse do imóvel, sendo que o instrumento de cessão encontra-se em fase de formalização.

Com relação ao Contrato nº 069/2009, celebrado entre o TRF - 2ª Região e a CEF, a documentação pertinente à aquisição do imóvel situado na Rua Visconde de Inhaúma encontra-se sob apreciação pela Advocacia Geral da União – AGU. Está prevista a conclusão dessa ação no exercício de 2012, o que concorrerá para o aumento da área útil na atual sede, com o deslocamento de segmentos para o imóvel referenciado.

No que toca à atual sede do TRF – 2ª Região, resta regularizar as edificações construídas na Rua Acre números 74 e 76 (Anexo I) e 84, 86 e 88 (Anexo II), cujo processo de Desapropriação (nº 96.02.04055-6) encontra-se na 27ª Vara Federal, aguardando sentença visando ao registro no RGI.

De posse da documentação necessária, serão adotadas as medidas pertinentes na Gerência Regional do Patrimônio da União – RJ, para regularização das pendências e emissão do Termo de Entrega de Próprio Nacional, da Rua Acre nº 80, contemplando as edificações nas áreas desapropriadas, conforme Processo nº 1078.017495/96-11 (SPU).

2. Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro - SJRJ

Consigna-se que o terreno localizado na Avenida Ernani do Amaral Peixoto em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, encontra-se sob a posse da SJRJ. A finalização do processo de aquisição da propriedade será concluída no exercício de 2012. Esta importante ação proporcionará a construção da Subseção Judiciária de Niterói.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

12.1. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	69 servidores + 61 terceirizados.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X

Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					44,85% da equipe é terceirizada, incluindo os estagiários
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p>As respostas acima foram fornecidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação com o suporte da área de apoio ao planejamento e gerência de projetos de TI. Conforme instrução contida na norma, foi levada em consideração, para o preenchimento, somente a realidade do TRF da 2ª Região, não sendo contabilizadas, portanto, as informações das Seccionais do Rio de Janeiro e Espírito Santo.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

13. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

13.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	027.261/2010-7	Acórdão nº 517/2011-TCU-1ª Câmara	1.5	DE	Ofício SEFIP 27800/2011, de 17/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação:					

1) APOSENTADORIA

Interessado: Bárbara de Biasi Martins

1.5. Determinações

1.5.1. ao órgão de origem que:

1.5.1.1 providencie, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, o encaminhamento, por intermédio do Sistema Sisac, de novo ato de aposentadoria, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as inconsistências verificadas;

1.5.1.2. observe o correto preenchimento dos formulários de concessões no Sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

1) Foram preenchidos pela Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, no Sistema SISAC-TCU os novos formulários de concessão de aposentadoria, contendo os dados anteriormente cadastrados, sendo informado, no campo "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", que:

1-A servidora foi aposentada com base no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", § 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, ou seja, aposentadoria por idade, que tem como únicos requisitos a idade de 60 anos e o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo. Estes requisitos foram preenchidos pela servidora, vez que nasceu em 02/09/1942 e na data da aposentadoria contava com 11 anos, 11 meses e 10 dias de tempo no cargo e no serviço público.

2-No formulário "Discriminações dos Tempos de Serviço e Averbacões", campo "Tempo de Serviço no Órgão", foram computadas as licenças lançadas no formulário "Discriminação das Licenças", conforme orientação da Equipe do SISAC.

Providências comunicadas através do Ofício nº T2-OFI-2011/03577, de 02/03/2011.

Síntese dos resultados obtidos

Todas as deliberações foram atendidas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor, podemos apontar a viabilidade e a clareza das determinações.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
-----------------------	--------------

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	025.320/2006-9	1338/2011-TCU-Plenário	9.1, 9.1.1 a 9.1.2	DE	DOU, Seção I, de 01/06/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
---	--------------

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Descrição da Deliberação:

9.1. com fundamento no inciso I do art. 43 da nº Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, determinar:

9.1.1. aos órgãos e entidades adiante listados, em conjunto ou separadamente, que adotem providências, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da ciência desta deliberação, com vistas a verificar se as acumulações de cargos identificadas em relação aos juizes e servidores a seguir relacionados estão regulares, com compatibilidade e sem prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos licitamente acumulados, observando-se, em relação aos magistrados, as disposições da Lei Complementar n.º 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura - LOMAN), ou seja, sem limitação de carga horária e, no que toca aos servidores estatutários, a aplicação, se cabível, do previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990, informando, ainda, circunstanciadamente, em igual prazo, os resultados obtidos ao Conselho Nacional de Justiça, no que diz respeito aos magistrados, assim como a esta Corte, sobre todas as situações, no próximo relatório de gestão:

9.1.1.1. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (UFRJ)
Agustinho Fernandes Dias da Silva	Juiz Federal, Matrícula 5003	Professor de 3º Grau, Matrícula 0367114, CPF 003.244.857-00.
José Eduardo Carreira Alvim	Juiz Federal, Matrícula 5016	Professor de 3º Grau, Matrícula 1449997, CPF 056.342.456-72.
Anna Maria Biolchini da Silva Gonçalves	Analista Judiciário	Professora de 3º Grau aposentada, Matrícula 12182, CPF 020.930.907-59.

9.1.1.2. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade do Rio de Janeiro (Unirio):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (Unirio)
André Ricardo Cruz Fontes.	Juiz Federal, Matrícula 5036.	Professor de 3º Grau, Matrícula 0398889, CPF 754.575.807-25.
Simone Schreiber.	Juíza Federal, Matrícula 6041.	Professora de 3º Grau, matrícula 1182374, CPF 829.167.997-53.
Frana Elizabeth Mendes.	Juíza Federal, Matrícula 6084.	Professora de 3º Grau, matrícula 1545049, CPF 135.901.088-27.

9.1.1.3. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade Federal Fluminense (UFF):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (UFF)
Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.	Juiz Federal, Matrícula 6040.	Professor de 3º Grau, matrícula 6311400, CPF 899.136.637-68.

9.1.1.4. Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ):

Magistrado/Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (UERJ)
Guilherme Calmon Nogueira da Gama	Juiz Federal, Matrícula 6037.	Professor de 3º grau na UERJ, jornada semanal de 40 horas, CPF 972.952.137-91.
Aluísio Gonçalves de Castro Mendes.	Juiz Federal, Matrícula 6054.	Professor de 3º grau na UERJ, jornada semanal de 40 horas, CPF 809.055.287-00.

9.1.1.5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro:		
Servidor	Cargo 1 (TRF 2ª Região)	Cargo 2 (Secretaria de Educação/RJ)
Flamarion Pinto da Motta.	Analista Judiciário, Matrícula 15235, CPF 492.442.567-20.	Professor Docente I D, Matrícula 803.974-5, com jornada de 40 horas semanais, no Poder Executivo Estadual, Secretaria de Estado de Educação – Rio de Janeiro. Data de Admissão: 1º/2/1991. Lotação: C. E. Charles Dickens – Coordenadoria Metropolitana IV – RJ.
<p>9.1.2. ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que adote medidas no sentido de se instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando a que o servidor Gilmar Carbonelli, matrícula 10818, CPF 822.567.137-68, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, promova a opção por uma das hipóteses abaixo transcritas:</p> <p>9.1.2.1. permanecer no cargo exercido no TRF da 2ª Região, apresentando, em consequência, declaração da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro informando sobre a sua exoneração nos dois cargos abaixo listados, já que, consoante a jurisprudência desta Corte, incompatíveis as acumulações:</p> <p>Professor Docente I C, Matrícula 279.440-2, com jornada de 40 horas semanais, no Poder Executivo Estadual, Secretaria de Estado de Educação – Rio de Janeiro. Data de Admissão: 16.03.1988. Lotação: C. E. Paulo de Frontin, Coordenadoria Metropolitana X - RJ;</p> <p>Professor Docente I C, Matrícula 807.554-1-2, com jornada de 40 horas semanais, no Poder Executivo Estadual, Secretaria de Estado de Educação – Rio de Janeiro. Data de Admissão: 01.02.1991. Lotação: C. E. Tomás Antônio Gonzaga – Coordenadoria Metropolitana X – RJ; ou</p> <p>9.1.2.2. não permanecer no cargo ocupado no TRF da 2ª Região, solicitando a sua exoneração;</p>		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS		
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:		
<p>Os II. Magistrados citados no Acórdão foram contactados e enviaram os formulários de acumulação, preenchidos junto à D. Corregedoria, bem como dados e documentos relativos à docência exercida.</p> <p>Esta Secretaria prestou informação à Secretaria de Controle Interno, juntando a documentação necessária para esclarecer a situação acerca dos magistrados e servidores mencionados no referido Acórdão, fato que foi comunicado ao E.TCU pela SCI, através do Ofício nº T2-OFI-2011/16090, de 14.09.2011.</p>		
Síntese dos resultados obtidos		
Todas as deliberações foram atendidas.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Como fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor, podemos apontar a viabilidade e a clareza das determinações.		

13.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

13.3 DELIBERAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (vide informações lançadas no subitem 14.1)

13.4. DELIBERAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO (vide informações lançadas no subitem 14.2)

14. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Compete informar que as recomendações atendidas constam dos processos administrativos competentes.

O quantitativo das recomendações efetuadas pelo Órgão de Controle Interno do Tribunal e atendidas pelo Gestor, sendo seguidas das devidas providências requeridas em cada caso ou acompanhadas das justificativas necessárias a esclarecer a situação apontada ou, ainda, respondidas com a declaração e o comprometimento de observância em casos futuros, quando a consolidação do ato não permitia outra providência, encontram-se discriminadas no quadro abaixo:

RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2011				
ÁREA	TRF 2ª REGIÃO	SJRJ	SJES	TOTAL
Licitações e Contratos	04	--	02	06
Procedimentos Contábeis	07	10	09	26
Material e Patrimônio	--	08	06	14
Recursos Humanos	11	03	06	20
TOTAL	22	21	23	66

14.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

14.2.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 2ª Região			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	T2-ADM-2011/00175 Área: Contabilidade	2.1	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Serviços Gerais – SEG			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo nº 1045/10/2007-EOF (T2-EOF-2011/00265), exigir que a contratada cumpra a cláusula 6.2.2 do contrato, apresentando a folha de pagamento e a GFIP referentes aos funcionários que estejam efetivamente prestando serviço no Tribunal, no correspondente mês de competência.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração Predial - DIAMP /SEG			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			

Existência de dificuldades no gerenciamento de contratos com locação de mão de obra. Os setores competentes adotarão as medidas administrativas aplicáveis à matéria no exercício de 2012. Além disso, a Administração determinou a realização de treinamento específico ao corpo de Gestores.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada a observar, tendo em vista que a providência ainda não foi adotada.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	T2-ADM-2011/00175 Área: Contabilidade	2.2	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Atividades Administrativas – SAT e Núcleo de Contadoria – NUCON/PRES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Nos processos 1045/10/2007-EOF, 1047/10/2007-EOF, 989/07/2008-EOF, 987/09/2009-EOF, 213/03/2010-EOF e 575/06/2010-EOF, providenciar os ajustes que se fizerem necessários, haja vista a diferença entre a alíquota do RAT, previsto em contrato e o informado em GFIP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Atividades Administrativas – SAT e Núcleo de Contadoria – NUCON/PRES			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Conforme deliberação contida no Despacho nº T2-DES-2012/00381, de 11/1/2012, caberá à SAT promover o exame das matérias nos autos originários. As regularizações deverão ser efetivadas no exercício de 2012. Consigna-se que a Administração fomentará mecanismos preventivos de controle, a partir de eventos de capacitação			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a providência será adotada no exercício de 2012.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	T2-ADM-2011/00175 Área: Contabilidade	2.3	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Atividades Administrativas – SAT e Núcleo de Contadoria – NUCON/PRES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo nº 989/07/2008-EOF (T2-EOF-2011/00189), efetuar o registro dos reajustes do contrato 075/2008, nos sistemas SIAFI e SIASG.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Contratos – DCONT/SAT e Núcleo de Contadoria – NUCON/PRES			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A SAT não efetivou os registros, em virtude de o NUCON expressar entendimento de que a memória de cálculo das horas extras era imprescindível para a realização de tais registros. Porém, seguindo orientações da Secretaria de Controle Interno no sentido de que os registros devidos independiam da apresentação da memória supracitada, a SAT submeteu os autos originários ao NUCON, para levar a efeito os cálculos. A pendência será sanada no exercício de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Nada a observar, tendo em vista que a providência será adotada no exercício de 2012.

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	T2-ADM-2011/00175 Área: Contabilidade	2.4	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Atividades Administrativas – SAT e Secretaria de Tecnologia da Informação – STI			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo 987/09/2009-EOF (T2-EOF-2011/00119), providenciar a documentação necessária para cumprimento do contrato 026/2010, tais como: <ul style="list-style-type: none"> - as folhas de pagamentos relativas às notas fiscais de fls. 313 e 315; - a GFIP/comprovante de recolhimento do FGTS relativo ao mês de julho/2010, que deveriam ter sido entregues juntamente com a nota fiscal de fls. 440. Os documentos juntados às fls 452 a 487 referem-se ao mês de agosto/2010 e não ao mês anterior conforme exigido em contrato. 			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Compras – DICOM/SAT e Secretaria de Tecnologia da Informação – STI			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Aplica-se ao presente a observação aposta no item 2.1 (área Contabilidade).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a providência ainda não foi adotada.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	T2-ADM-2011/00175 Área: Contabilidade	2.5	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação – STI			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo 987/09/2009-EOF, juntar aos autos os relatórios GFIP cujo tomador seja o Tribunal, onde devem constar todos os funcionários da empresa contratada que efetivamente prestaram serviços naquele mês. O funcionário substituto também pode constar da GFIP para o tomador “TRF”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Suporte Técnico – DISUT/STI			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Aplica-se ao presente a observação aposta no item 2.1 (área Contabilidade).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a providência ainda não foi adotada.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	T2-ADM-2011/00175	2.6	MEMORANDO Nº

	Área: Contabilidade		T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Atividades Administrativas –SAT			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo 1260/11/2009-ADM, efetuar as regularizações necessárias nos registros contábeis quando da confirmação, pela PGFN, dos débitos inscritos em dívida ativa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Contratos – DCONT / SAT			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Torna-se complexo equacionar a pendência relatada em período determinado, haja vista o envolvimento de outros órgãos públicos, no caso a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional- 2ª Região. Entretanto, a Presidência enviou o Ofício nº T2-OFI-2011/22904 àquele Órgão, que respondeu por intermédio do Expediente Externo Nº T2-EXT-2011/07704 (DIDAU/PRFN2/RJ Nº 1759/2011), de 28/12/2011. Consigna-se que este Regional vem adotando medidas para disciplinar a manutenção ou baixa de valores, objeto de solicitação de inscrição na Dívida Ativa, visando a minimizar a ocorrência desses eventos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	T2-ADM-2011/00175 Área: Contabilidade	2.7	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Atividades Administrativas – SAT, Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, Secretaria de Serviços Gerais – SEG, Secretaria de Recursos Humanos – SRH, Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ, Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – SED e Centro Cultural Justiça Federal – CCJF			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Observar, quando da apropriação das notas fiscais, se os documentos apresentados pela Contratada estão corretos e em conformidade com o contrato, bem como, se todos os requisitos exigidos contratualmente, para fins de pagamento, foram cumpridos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SAT e as unidades mencionadas acima			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Existência de dificuldades no gerenciamento contratual. Foi prevista a realização de treinamento aos gestores de contratos , objetivando aprimoramento e atualização em face tanto da legislação, quanto de boas práticas aplicáveis à matéria. Vale sublinhar a expedição do Memorando Circular nº T2-MCG-2012/00005, 30/1/2012, endereçado aos dirigentes da área administrativa para cumprimento do Despacho nº T2-DES-2012/00484 (Processo nº T2/ADM-2011/00154).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	T2-ADM-2011/00175	2.8	MEMORANDO Nº

	Área: Contabilidade		T2-MEM-2011/3928, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Vide as unidades consignadas no item anterior.			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Cabe recomendar que os gestores de contratos de mão de obra e servidores envolvidos na apropriação e pagamento de notas fiscais façam curso sobre GFIP, nos moldes do que houve este ano no TRF.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Vide as unidades consignadas no item anterior.			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Existência de dificuldades no gerenciamento de contratos, em especial, os que envolvem locação de mão de obra. A Direção Geral deliberou, no expediente T2-DES-2011/10588, ratificando o despacho lançado no Expediente nº T2-DES-2011/09972, fixando prazo para treinamento aos Gestores acerca de temas específicos atinentes ao gerenciamento contratual no exercício de 2012, a ser promovido pelos setores técnicos do Tribunal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	T2-ADM-2011/00167 Área: Material e Patrimônio	2.1	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3929, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG, Secretaria de Serviços Gerais – SEG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Acompanhar regularmente o andamento do processo judicial de Desapropriação 91.0127757-0, para fins de registro dos Imóveis Anexos I e II do TRF 2ª Região, em cartório e no Sistema SPIU-NET.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG, Divisão de Administração Predial – DIAMP/SEG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A Administração, por meio dos setores competentes, vem acompanhando todos os processos relativos à matéria no âmbito judicial e administrativo. No entanto, a adoção das medidas administrativas referentes ao registro dos bens imóveis somente poderá ser efetivada, quando da conclusão dos processos judiciais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda será implementada.			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	T2-ADM-2011/00167 Área: Material e Patrimônio	2.2	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3929, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Serviços Gerais – SEG			Não se aplica
Descrição da Recomendação			

Dar efetivo cumprimento às normas da IN-04-01/2010-CJF, no que tange ao uso de formulários específicos para controle dos veículos oficiais, realizando-se a necessária revisão da IN-24-01/TRF.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Segurança e Transporte - DISEG/SEG	Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento	
Foram encaminhadas, para análise superior, sugestões de alterações na IN-24-01/TRF, adequando a referida IN aos normativos em vigor.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda será implementada.	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	T2-ADM-2011/00167 Área: Material e Patrimônio	2.3	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3929, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Serviços Gerais – SEG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Realizar o desfazimento dos materiais de consumo inservíveis, principalmente os que estão sob a responsabilidade dos subalmoxarifados da DIAMP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração Predial – DIAMP/SEG e Divisão de Patrimônio e Almoxarifado – DIMAT/SAT			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Providência em fase de implementação. Cabe esclarecer que a DIMAT realiza regularmente os procedimentos de desfazimento de material, tanto permanente quanto de consumo, conforme determina a IN-24-14 deste Tribunal. Salienta-se que, relativamente a material de consumo, objeto do apontamento, encontra-se em fase de levantamento e estudo novo lote de material.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a providência está em fase de implementação.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	T2-ADM-2011/00167 Área: Material e Patrimônio	2.4	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3929, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Serviços Gerais – SEG , Secretaria de Atividades Administrativas – SAT e Centro Cultural Justiça Federal – CCJF			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Revisar o catálogo de materiais dos subalmoxarifados, a fim de evitar a duplicidade de códigos para o mesmo material de consumo e descrições incompletas ou indevidas de materiais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração Predial – DIAMP/SEG e Divisão de Patrimônio e Almoxarifado – DIMAT/SAT e Centro Cultural Justiça Federal – CCJF			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			

Foi determinada aos setores envolvidos, por meio dos Memorandos nº T2-MEM-2012/00016 e nº T2-MEM-2012/00017, a apresentação de cronograma de trabalho de revisão do catálogo de materiais de consumo.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada a observar, tendo em vista que as providências serão adotadas no exercício de 2012, consignando-se os eventos no Processo de Auditoria Interna correspondente.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	T2-ADM-2011/00167 Área: Material e Patrimônio	2.5	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3929, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG, Secretaria de Serviços Gerais – SEG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Acompanhar as providências adotadas pelos setores no sentido de reduzir os níveis de estoque, a fim de propiciar melhorias nos atuais depósitos, bem como evitar prejuízos ao erário, enquanto não for disponibilizado o novo espaço para a guarda de materiais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG, Secretaria de Serviços Gerais – SEG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A Administração se mostra sensível à questão, envidando todos os esforços no seu gerenciamento, seja por meio de uma política de expansão do espaço físico, seja pela otimização do espaço disponível, bem como pelo incentivo à adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à racionalização do nível de estoque. Salienta-se que, nos últimos anos, vem ocorrendo a demanda de setores por novas áreas de trabalho, provocando um estrangulamento dos exíguos espaços existentes.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que as providências serão implementadas no exercício de 2012.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	T2-ADM-2011/00167 Área: Material e Patrimônio	2.6	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3929, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Providenciar cobertura securitária contra riscos de incêndio, catástrofes e inundações para o Prédio Sede e Anexos do TRF 2ª Região, bem como para o prédio do CCJF e respectivos equipamentos e mobiliários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG e Secretaria de Atividades Administrativas – SAT			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A Administração, em gestões anteriores, entendeu como não oportuna a implementação do seguro no âmbito deste Tribunal, em razão da inexistência de obrigatoriedade para cobertura securitária expressa na Lei nº 10.190/2001, bem como da ocorrência de pendências de regularização das construções dos prédios anexos. Acrescenta-se que foi fixado, por meio da Resolução nº T2-RSP-2012/00006, de 13/1/2012, o prazo de até 30/6/2012, para apresentação de análise conclusiva acerca da contratação de seguro para toda a Justiça Federal da 2ª Região.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que se aguarda a análise conclusiva referente à contratação do seguro.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	T2-ADM-2011/00177 Área: Recursos Humanos	2.1	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3931, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SRH			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Rever os controles internos atualmente adotados pelos Setores responsáveis pelo recebimento do requerimento e instrução dos autos, objetivando verificar, por ocasião do requerimento de licença capacitação, se o servidor está cumprindo todas as exigências contidas no artigo 23 da Resolução 05/2008-CJF e no §1º do art. 2º da Resolução 22/2008-TRF2.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Cadastro e Pagamento – DICAP/Seção de Cadastro – SECADS/SRH			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
As medidas visando ao aprimoramento dos controles internos já estão sendo implementadas e serão objeto de análise quanto a sua efetividade e eficiência pela Secretaria de Controle Interno ao longo do exercício de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	T2-ADM-2011/00177 Área: Recursos Humanos	2.2	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3931, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SRH			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Implementar um mecanismo de controle que possibilite acompanhar, de forma eficaz, a observância dos prazos fixados nos “Comunicados” enviados pela DICAP, uma vez que não existe um controle dos prazos fixados para apresentação da documentação necessária a regularização dos autos. Desta forma, na hipótese de o servidor não cumprir o prazo fixado no “Comunicado”, o processo fica pendente de regularização em decorrência de ausência de controle interno adequado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Cadastro e Pagamento – DICAP/SRH			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
As medidas visando ao aprimoramento dos controles internos já estão sendo implementadas e serão objeto de análise quanto a sua efetividade e eficiência pela Secretaria de Controle Interno ao longo do exercício de 2012. Cabe observar que serão estabelecidos prazos para apresentação da documentação pendente nos novos comunicados emitidos pela DICAP, a fim de que possam ser mais bem controlados. Na hipótese de não cumprimento dos prazos estabelecidos, será proposta a instauração de sindicância.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	T2-ADM-2011/00177 Área: Recursos Humanos	2.3	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3931, de 10/10/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SRH		Não se aplica
Descrição da Recomendação		
<p>Rever a rotina atualmente adotada quando da dedução dos valores percebidos a título de auxílio-transporte em decorrência da percepção de diárias, uma vez que o cálculo vem sendo efetivado com base no valor creditado no mês em que houve o pagamento da diária.</p> <p>Ocorre que, por vezes, em decorrência da dedução de descontos originários de meses anteriores, tais como férias, licença tratamento de saúde, etc., a apuração do valor, a ser deduzido da diária, é efetivada a menor.</p> <p>Assim sendo, recomenda-se que a nova rotina a ser implementada leve em consideração os valores devidos a título de transporte no mês em que houve a concessão de diária, sem deduzir valores descontados em decorrência de afastamentos de meses anteriores.</p>		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Divisão de Assistência Médica, Odontológica e Social – DIMED/Seção de Benefícios – SEBENE/SRH		Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento		
<p>As medidas visando ao aprimoramento dos controles internos já estão sendo implementadas e serão objeto de análise quanto a sua efetividade e eficiência pela Secretaria de Controle Interno ao longo do exercício de 2012.</p> <p>Nesse sentido, foi solicitado à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI o acerto do programa de sistema de diárias.</p>		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.		

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	T2-ADM-2011/00177 Área: Recursos Humanos	2.4	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3931, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SRH			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Verificar, junto à Comissão de Avaliação para Concessão de Adicional de Qualificação, a possibilidade de ter ocorrido tratamento diferenciado entre os servidores em decorrência da edição da Resolução 126/2010-CJF.</p> <p>Observou-se na presente Auditoria que os processos, cujo deferimento ocorreu antes da edição da Resolução acima citada, tiveram computados, para fins de concessão de adicional de qualificação, as ações de treinamento realizadas há mais de 4 anos. Já os processos cujo deferimento ocorreu após a edição da Resolução tiveram a sua concessão revista, objetivando adequá-la ao disposto no art. 23 da referida Resolução.</p> <p>Assim, s.m.j, servidores que tenham realizado um mesmo curso, dependendo da data de instrução dos autos, poderão ter tratamento diferenciado em decorrência da expedição da regulamentação acima citada.</p> <p>Submeter o questionamento acima à apreciação da Comissão de Avaliação para Concessão de Adicional de Qualificação, objetivando verificar a possibilidade de que seja adotado como critério o cômputo das ações de treinamento já cadastradas pelo Setor responsável pela instrução dos autos, cuja implementação das 120 horas tenha ocorrido antes da edição da referida Resolução.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Cadastro e Pagamento – DICAP/Seção de Cadastro – SECADS/SRH			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>A Resolução nº 126/2010-CJF disciplinou a concessão de Adicional de Qualificação, dispondo sobre o prazo de validade dos treinamentos.</p> <p>No referido Instrumento, foram asseguradas as concessões já autorizadas pela Administração antes da vigência do mencionado normativo. No entanto, a norma expedida limitou a aceitação do treinamento realizado ao prazo de até 4 anos, critério diferente do adotado anteriormente. Não se trata, pois, de descumprimento de dispositivos, já que o critério encontra-se elencado na norma.</p> <p>Compete anotar que será efetivado levantamento das situações alcançadas pela alteração do critério, para apreciação</p>			

da Presidência.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	T2-ADM-2011/00177 Área: Recursos Humanos	2.5	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3931, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SRH			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Rever o modelo do Formulário de Recadastramento de forma a sanar as seguintes impropriedades/inconsistências: 1 - O campo em que o inativo/pensionista declara estar ciente das penalidades em função de omitir dados, prestar declarações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, entre outras condutas, foi incluído abaixo da assinatura, quando deveria estar acima desta; 2 - Não há campo em que se declare que a conta corrente em que é creditado o benefício é individual e nem tampouco o número da mesma, sendo este apostado muitas vezes à mão, no alto do formulário, ou, anexada a cópia da folha de cheque ou ainda, não consta qualquer anotação; 3 - A existência de um só formulário para inativo e pensionista pode acarretar imprecisão no preenchimento, razão pela qual sugere-se o desmembramento do mesmo; 4 - A pré-existência da informação no sentido de que o servidor compareceu ao TRF da 2ª Região para recadastramento torna-se inverídica quando ele comparece em outro órgão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessoria Técnica – ATER/Seção de Concessão e Cálculos de Aposentadorias e Pensões – SECOAP / Seção de Revisão de Aposentadorias e Pensões – SERAPE/SRH			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
As medidas visando ao aprimoramento dos controles internos já estão sendo implementadas e serão objeto de análise quanto a sua efetividade e eficiência pela Secretaria de Controle Interno ao longo do exercício de 2012. Destaca-se que já foram elaborados dois formulários para recadastramento, sendo o primeiro para servidor inativo e o segundo para pensionista, contendo os itens solicitados e outros reputados necessários.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	T2-ADM-2011/00177 Área: Recursos Humanos	2.6	MEMORANDO Nº T2-MEM-2011/3931, de 10/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Recursos Humanos – SRH			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Implementar um mecanismo de controle interno no Setor, objetivando uniformizar a instrução dos autos, bem como regularizar o preenchimento do campo de “ciência do servidor” no formulário denominado “Parecer da Comissão de Avaliação de Acidente em Serviço e Doença Ocupacional”, de forma a evitar a ocorrência procedimentos diferentes para a mesma rotina, tais como: a) o preenchimento do formulário denominado “Parecer da Comissão de Avaliação de Acidente em Serviço e Doença Ocupacional” foi, em parte, preenchido pelo próprio servidor; b) a ausência do preenchimento do campo “ciência do servidor” no formulário acima citado, em 82% dos casos analisados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Divisão de Assistência Médica, Odontológica e Social – DIMED/SRH	Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento	
As medidas visando ao aprimoramento dos controles internos já estão sendo implementadas e serão objeto de análise quanto a sua efetividade e eficiência pela Secretaria de Controle Interno ao longo do exercício de 2012. Acrescenta-se que todos os servidores já estão sendo convocados para ciência e o preenchimento da ficha será efetuado pelo médico responsável pelo atendimento, mesmo quando se tratar de acidente de percurso.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda não foi adotada.	

14.2.2. Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 2ª Região			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RAE-2011-SJRJ Área: Procedimentos Contábeis	5.3	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/23026, de 19/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Quanto ao processo <u>RJ-EOF-2010/01937.01</u> (Contrato 08/2011):			
5.3.3) regularizar a classificação contábil relativa ao pagamento de serviços eventuais, conforme disposto na cláusula décima primeira do contrato;			
5.3.5) providenciar os ajustes que se fizerem necessários, decorrentes da diferença em relação ao percentual do RAT previsto no contrato e aquele constante da GFIP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG / Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SOF			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Grande demanda de procedimentos na área administrativa ao final do exercício financeiro e a necessidade de análise acurada para revisão dos valores ajustados e expedição do respectivo instrumento contratual, bem como da reclassificação contábil.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ausência de prazo hábil entre o recebimento do Relatório de Auditoria e o final do exercício financeiro para implementação da presente recomendação.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RAE-2011-SJRJ Área: Material e Patrimônio	8.8	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/23026, de 19/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Estabelecer um prazo para a manifestação de interesse dos donatários, a fim de obter celeridade no processo de doação. Também deverá ser informada a classificação do material inservível, contendo descrição detalhada do estado do bem, se for conveniente, a fim de evitar posterior desistência por desconhecimento desse real estado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Direção do Foro – DIRFO / Secretaria Geral – SG / Subsecretaria de Contratações e Material – SCM	Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento	
Inexistência de ocorrências dessa natureza entre o recebimento do Relatório de Auditoria e o final do exercício de 2011. No exercício de 2012, a Direção do Foro expedirá Ordem de Serviço estabelecendo prazo para a manifestação de interesse dos donatários, nos termos da recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação não foi adotada.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RAE-2011-SJRJ Área: Recursos Humanos	5.2	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/23026, de 19/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Estabelecer qual será a documentação mínima a ser entregue pelo servidor quando da inclusão de dependentes para fins de abatimento de imposto de renda, a fim de uniformizar os procedimentos no âmbito da 2ª Região, o que deve ser definido pelas áreas técnicas de recursos humanos do Tribunal e das Seções Judiciárias Jurisdicionadas, uma vez que a documentação deve ser guardada pela fonte pagadora, conforme § 1º, do artigo 642, do Decreto nº 3000/1999.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Legislação de Pessoal – SELEG/Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SGP			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A uniformização dos entendimentos e decisões em temas da área de Recursos Humanos foi regulamentada pela Resolução nº T2-RSP-2012-00006, da Presidência do TRF do 2ª Região, de 13/01/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ausência de norma regulamentadora no exercício de 2011.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RAE-2011-SJRJ Área: Recursos Humanos	5.4	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/23026, de 19/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Analisar, por amostragem, no curso da Auditoria Interna realizada anualmente pela Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro os processos cuja incidência de impropriedades seja reduzida, evitando a participação do Controle Interno nos atos de gestão sobre os quais deve, posteriormente , manifestar-se pela adequação dos procedimentos adotados pela Administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Direção do Foro – DIRFO / Secretaria Geral – SG / Subsecretaria de Controle Interno – SCO			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Necessidade de levantamento de dados que subsidiem a identificação dos processos da área de Recursos Humanos com menor incidência de impropriedade e após definição da amostragem.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista a providência será implementada em 2012.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

05	RAE-2011-SJRJ Área: Recursos Humanos	5.5	OFÍCIO Nº T2-OFI- 2011/23026, de 19/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Adotar um procedimento único no cálculo das horas extras, sobretudo no que se refere à inclusão do valor referente à substituição na base de cálculo, devendo este ser submetido à apreciação superior, até que seja concluída a consulta realizada ao E. CJF, reiterando-se, portanto, a recomendação contida no item 5.4. do Relatório de Auditoria de 2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Folha de Pagamento - SEPAG / Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SGP			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Pendência de resposta à consulta formulada ao Conselho da Justiça Federal sobre a matéria. A Seção Judiciária do Rio de Janeiro, <i>ad cautelam</i> , não considera a incidência do valor de eventual substituição de FC no cálculo de serviço extraordinário.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ausência de critérios objetivos para realização dos cálculos.			

14.2.3. Seção Judiciária do Espírito Santo

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 2ª Região			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RAE-2011-SJES Área: Procedimentos Contábeis	5.1	OFÍCIO Nº T2-OFI- 2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Reiterar a recomendação da auditoria de 2010, no sentido de proceder à certificação, nos processos de concessão de diárias, da efetiva publicação no Boletim Interno, em atendimento ao previsto no art. 110 da Resolução 04/2008-CJF.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Gestão Organizacional – SEGOR/SG			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
O atendimento a esta recomendação requer a alteração dos formulários de concessão de diárias, bem como da Norma Interna que regulamenta o assunto. Há uma grande diversidade de setores envolvidos na tramitação destes formulários, bem como é necessária aprovação da alteração da Norma Interna, pela Direção do Foro, o que ainda encontra-se em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A alteração em questão encontra-se em fase final de conclusão, o que possibilitará o uso dos formulários, de acordo com esta recomendação do OCI, a partir do exercício de 2012.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RAE-2011-SJES Área: Procedimentos Contábeis	5.3.2	OFÍCIO Nº T2-OFI- 2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES	Não se aplica
Descrição da Recomendação	
Abster-se de efetuar pagamentos de cobranças, cujo documento fiscal esteja com valor incorreto, exigindo da contratada a substituição do mesmo.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria Geral - SG / Seção de Suporte aos Gestores – SESUG/NCO	Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento	
A Seção de Apoio da SG ficou sobrecarregada no final do exercício, visto que a mesma ficou responsável pelo recebimento, organização e encaminhamento das recomendações do OCI aos setores competentes e pela compilação das respostas recebidas no processo administrativo correspondente. Some-se a isso as numerosas aquisições de final de ano, os relatórios anuais e o fato de que o referido setor conta com somente uma servidora, atualmente, o que levou ao não cumprimento da recomendação, até o momento. Não obstante, será expedida, em breve, uma nota de orientação aos gestores de contrato com a recomendação em tela.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
No final do exercício são exigidos diversos dados para composição de relatórios, além de haver um grande número de licitações realizadas neste período, o que sobrecarrega toda a área administrativa da Seccional. O número reduzido de servidores da área meio comparado ao acréscimo de atribuições da mesma tem contribuído para o não atendimento de todas as recomendações em tempo hábil.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RAE-2011-SJES Área: Procedimentos Contábeis	5.4	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo nº 5968-A/01/2010-EOF, providenciar os ajustes que se fizerem necessários, decorrentes da diferença em relação ao percentual do RAT previsto no Contrato nº 53/2009 e aquele constante da GFIP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Projetos, Aquisições e Acompanhamento de Contratos – SEPRAC/NTI, Seção de Suporte Técnico de Informática – SESUT/NTI, Seção de Análise Contábil – SEACON/NCI, Seção de Suporte aos Gestores – SESUG/NCO.			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Não foi possível concluir o ajuste contratual que acarretará a exclusão da cobrança de indevida de 2% apresentada na planilha de composição de preços da contratada tendo em vista que o processo de alteração contratual em si acarreta certo tempo devido aos trâmites processuais que devem ser obedecidos.</p> <p>Visando sanar a ocorrência verificada pela auditoria, a empresa já foi intimada para apresentação das justificativas de inclusão desta alíquota da planilha de preços e informou que a cobrança “se deve a garantia de acidente de trabalho, caso seja necessário o afastamento do funcionário onde o mesmo será substituído”, as alegações da contratada já foram submetidas à Seção de Análise Contábil do Núcleo de Controle Interno que considerou que “a justificativa da contratada não se enquadra como fundamento para utilização da do RAT em 2%”.</p> <p><i>Por não subsistirem os motivos apresentados pela empresa, a SEACON recomendou notificar a empresa quanto à necessidade do ajuste na planilha de custos. Após ciência da contratada, os autos foram encaminhados a Seção de Contratos para elaboração da minuta referente ao ajuste contratual. Contudo, diante de dúvidas desta Seção sobre a partir de que data surtiria os efeitos desta alteração e como estes novos valores incidiram sobre a repactuação solicitada pela contratada de 2010/2011, os autos estão sendo encaminhados para análise da Coordenadoria Jurídica.</i></p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Como já relatado, por ser a alteração contratual um processo em si demorado, uma vez que diversas seções desta			

Seccional devem se manifestar sobre o ajuste a ser realizado, ainda não foi possível concluir o atendimento da recomendação, mas já estamos providenciando os meios para sanar a incorreção verificada.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RAE-2011-SJES Área: Procedimentos Contábeis	5.6.1	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Providenciar os ajustes que se fizerem necessários, decorrentes da diferença em relação ao percentual do RAT previsto no contrato e aquele constante da GFIP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Manutenção – SEMAN/NOM / Seção de Suporte aos Gestores – SESUG/NCO			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Uma vez que os ajustes resultam em alteração no valor pactuado no processo 7030-A/03/2011-EOF, a contratada fora, em 23/12/2011 (fl. 621), oficialmente comunicada para que apresentasse suas considerações acerca da divergência entre os valores praticados e aqueles previstos em sua proposta de preços. Em resposta, recebida em 02/12/2011 (fl. 622), a empresa alega que a diferença da alíquota RAT se deve à influência que a alteração do Fator Acidentário de Prevenção – FAP exerce naquele percentual. De acordo com a contratada, a modificação do FAP ocorrerá posteriormente à apresentação da proposta de preços, sendo este o motivo da diferença observada. Submetida à análise da Coordenadoria Jurídica em 28/12/2011 (fl. 629-verso), aquela área recomendou que fosse determinada a contratada que o faturamento se dê nos exatos termos do que havia sido repactuado, razão pela qual o contrato encontra-se, atualmente, em processo de alteração a fim de que os valores mensais contemplem efetivamente os custos praticados pela empresa, em especial, a alíquota RAT de 3,12% identificada no relatório de auditoria (fl. 531).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A questão levantada na auditoria relaciona-se com alteração na legislação previdenciária, cujos efeitos financeiros são ainda recentes. Esse fato, aliado ao pouco conhecimento acerca do assunto e a ausência de treinamento sobre as questões previdenciárias, demandou maior lapso temporal até que medidas concretas com vistas à solução da divergência viessem a ser adotadas.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RAE-2011-SJES Área: Procedimentos Contábeis	5.8	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo nº 7281/04/2011-EOF, juntar aos autos o extrato bancário do período de concessão do suprimento de fundos, que demonstre a movimentação do numerário concedido.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Geral – SG			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A servidora responsável pelo suprimento de fundos em tela, encontra-se afastada por motivo de licença médica. Assim que a mesma retomar suas atividades nesta Seccional, será solicitada para que realize a juntada do extrato bancário requerido.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação será atendida assim que a servidora retornar do seu afastamento por licença médica.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RAE-2011-SJES Área: Procedimentos Contábeis	5.10	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Certificar a autenticidade de todos os documentos de cobrança de origem eletrônica, em cumprimento ao Ajuste Sinief 07/05, inclusive nos processos de suprimento de fundos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Geral - SG / Seção de Suporte aos Gestores – SESUG/NCO			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A Seção de Apoio da SG ficou sobrecarregada no final do exercício, visto que a mesma ficou responsável pelo recebimento, organização e encaminhamento das recomendações do OCI aos setores competentes e pela compilação das respostas recebidas no processo administrativo correspondente. Some-se a isso as numerosas aquisições de final de ano, os relatórios anuais e o fato de que o referido setor conta com somente uma servidora, atualmente, o que levou ao não cumprimento da recomendação, até o momento. Visando sanar a impropriedade identificada pela auditoria, será expedida uma nota de orientação aos gestores de contrato e aos supridos com esta recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No final do exercício são exigidos diversos dados para composição de relatórios, além do grande número de licitações realizadas neste período, que sobrecarregam toda a área Administrativa da Seccional. O número reduzido de servidores da área meio comparado ao acréscimo de atribuições da mesma tem contribuído para o não atendimento de todas as recomendações em tempo hábil.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RAE-2011-SJES Área: Recursos Humanos	5.2	OFÍCIO Nº T2-OFI- 2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Rever os procedimentos atualmente adotados objetivando atender ao disposto no artigo 7º, da Resolução nº 39/2007/CNJ (abatimento de valores referentes a dependentes na base de cálculo do IR).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Cadastro – SECAD/NGP			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
Após recebermos resposta, por e-mail, do TRF2 acerca da unificação dos procedimentos, demos início à uniformização dos procedimentos a serem adotados a fim de regularizar a padronização recomendada, o que ainda está em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que as providências para padronização dos procedimentos ainda estão sendo adotadas.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	RAE-2011-SJES Área: Recursos Humanos	5.4	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica

Descrição da Recomendação	
Proceder ao recadastramento de inativos e pensionistas dentro do prazo estipulado pela Resolução nº 2/2011/CJF c/c a Portaria-NGP nº ES-PGP-2011/00119, de 14/03/2011, pois foram verificados diversos formulários cujos recadastramentos foram efetuados fora do prazo.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção de Cadastro – SECAD/NGP	Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento	
A providência somente poderá ser implementada em 2012, no próximo recadastramento, considerando que o recadastramento 2011 já foi finalizado.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda será atendida.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	RAE-2011-SJES Área: Recursos Humanos	5.4.1	OFÍCIO Nº T2-OFI-2011/19445, de 27/10/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Não aceitar cópia do cartão magnético ou do contracheque como prova de que a conta corrente é individual (recadastramento de inativos e pensionistas).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Seção de Cadastro – SECAD/NGP			Não se aplica
Justificativa para o seu não cumprimento			
A providência somente poderá ser implementada em 2012, no próximo recadastramento, considerando que o recadastramento 2011 já foi finalizado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a observar, tendo em vista que a recomendação ainda será atendida.			

15. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

15.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com objetivo de aperfeiçoar a prestação do serviço, com foco nas atividades finalísticas da Justiça Federal da 2ª Região, destaca-se a realização dos seguintes eventos:

- Manutenção, pela Escola da Magistratura Regional Federal - EMARF de 11 convênios de cooperação técnica, com diversas instituições nacionais e internacionais. Em 2011, enfocam-se os Acordos de Cooperação mútua para realização de atividades acadêmicas firmados com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE/ Escola Judiciária Eleitoral – EJE e o Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB.
- Realização, pela EMARF, do 2º Fórum Regional Criminal da 2ª Região – FORECRIM – com o objetivo direcionado à reflexão sobre as implicações contratuais e práticas na atuação das varas e juizados especiais federais com a vigência da Lei nº 12.403/2011, que altera as regras das medidas cautelares penais. Foram aprovados 26 enunciados, que assumem um papel importante na orientação dos julgados.

- Implantação, no segundo semestre de 2011, do Novo Portal da Revista da EMARF utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER, *software* recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES para a construção e gestão de publicação periódica eletrônica. O sistema pretende proporcionar melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações. (Disponível ao público pela *Internet* no endereço <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf>).
- Constituição de grupo, sob a coordenação da Presidência, de levantamento de requisitos de acessibilidade para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico -PJe, com a finalidade de discutir e elaborar um projeto de usabilidade/acessibilidade, além de buscar ferramentas de acessibilidade para que as pessoas com deficiência (visual, auditiva, motora etc..) - sejam elas servidores, magistrados, advogados ou jurisdicionados - possam utilizar o Sistema com autonomia e independência, com vistas à inclusão social.
- Criação da Coordenadoria de Apoio à Ouvidoria-Geral da JF - 2ª Região – COAUGE, por intermédio da Resolução nº T2-RSP-2011/00007, de 11/10/2011, garantindo-se a estrutura organizacional necessária ao pleno funcionamento da referida Ouvidoria-Geral.
- Otimização dos processos de trabalho:
 - consolidação do Inteiro Teor como instrumento de publicação eletrônica;
 - obrigatoriedade da utilização do SIGA - importante mecanismo de gestão documental institucional - o qual comporta todos os expedientes e processos administrativos, sejam físicos ou eletrônicos;
 - finalização do processo de implantação e utilização de assinatura digital baseada em certificado emitido por autoridade certificadora oficial;
 - larga utilização do Portal de Estatísticas deste Tribunal (<http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>) como instrumento de transparência dos dados relativos à atividade judiciária da JF-2ª Região.
- Celebração de instrumentos pelo TRF-2ª Região como fruto de parcerias, com destaque para:
 - Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro - TJRJ, em 09/5/2011, objetivando a realização do primeiro atendimento dos Juizados Especiais Cíveis nos Aeroportos do Rio de Janeiro (Galeão e Santos Dumont), nos conflitos de competência da Justiça Federal.
 - Convênio com o TJRJ e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT – 1ª Região, em 26/7/2011, visando ao pagamento dos precatórios inscritos no Regime Especial de Liquidação dos Entes Públicos no Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo os padrões para o cálculo do rateio proporcional das verbas depositadas nas contas especiais e a formação de listas autônomas por tribunal.
 - Convênio com o TRF - 3ª Região e a SJRJ, em 8/12/2011, tendo por objeto o Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, desenvolvido pela JF - 2ª Região. O Convênio está aberto à adesão dos demais órgãos integrantes da Justiça Federal. O instrumento objetiva a conjugação de esforços para utilização, manutenção e desenvolvimento evolutivo do SIGA a ser utilizado para a criação, movimentação e gerenciamento dos documentos, processos administrativos e outras funcionalidades nos órgãos integrantes do ajuste.

- Parceria com o CJF e a Diretoria do Foro da SJRJ, em 30/12/2011, em razão da relevância do SIGA, para, num primeiro momento, aperfeiçoá-lo e, após, a futura distribuição às demais Regiões.
 - Convênio com TRF - 3ª Região, em 06/12/2011, objetivando o estabelecimento de padrões e divisão de trabalho que possibilitem a troca de dados e informações e a utilização dos recursos materiais e humanos destinados à implantação do PJe.
 - Assinatura, em 29/9/2011, de Termo de Compromisso para gestão de bens sequestrados de fraudadores da Previdência entre o TRF - 2ª Região e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Segundo os termos do instrumento, a Previdência assume o dever de cumprir, bem e fielmente, os deveres inerentes à administração de bens imóveis alcançados pelo termo. O documento estabeleceu que os rendimentos provenientes da administração dos bens devem ser depositados em conta judicial.
- Prosseguimento das ações referentes ao contrato nº 069/2009 firmado entre o TRF - 2ª Região e a CEF, sem ônus para o TRF - 2ª Região para a viabilização das condições econômico-financeiras e logísticas, por meio do custeio de aquisições de bens, serviços e realização de obras, com vistas à melhoria da prestação jurisdicional.
Contou-se, no exercício de 2011, com a aplicação de R\$ 2.269.111,49, abrangendo contratações de serviços, aquisição de bens permanentes para a SJRJ (R\$ 2.210.529,38) e a elaboração de Projeto Executivo de ampliação do prédio da Subseção Judiciária de Cachoeira do Itapemirim/SJES (R\$ 58.582,11).
 - Recebimento pela JF - 2ª Região do “Certificado Especial para os Tribunais que se destacaram no cumprimento da Metas de 2010”, estabelecidas pelo CNJ. O Certificado foi concedido em reconhecimento às Cortes que conseguiram alcançar, pelo menos, 6 das 10 metas prioritárias fixadas para o Judiciário em 2010.
 - Recolhimento de multas ao Erário no valor global de R\$ 33.655,93, bem como o encaminhamento de expediente à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição de débitos na Dívida Ativa da União no valor de R\$ 57.876,25, resultante do descumprimento contratual de empresas.
 - Incremento do acervo digital com a renovação da assinatura da Biblioteca Digital Forense, no valor de R\$ 49.572,00, com 100 acessos simultâneos para toda a JF - 2ª Região, incluindo os magistrados e servidores, disponibilizando, digitalmente, 571 títulos de livros da Editora Forense, bem como a coleção completa da Revista Forense.
 - Recebimento pelo TRF- 2ª Região de itens bibliográficos - fruto de parcerias nacionais e internacionais - que corresponderam a uma economia ao Erário de R\$ 269.350,00, ampliando, significativamente, o acervo bibliográfico.
 - Integração, como etapa do projeto estratégico “Biblioteca Digital”, do sistema utilizado na Divisão de Biblioteca do TRF - 2ª Região – DIBLI - o SOPHIA, com o *Sistema Dspace* do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Esse evento decorreu do Acordo de Cooperação mantido com aquela Corte, objetivando a implementação e a manutenção do Consórcio BDJur – *Rede de Informações Digitais do Poder Judiciário*. Com essa integração, as informações digitais incluídas no acervo da DIBLI também estarão disponibilizadas no Sistema de Bibliotecas Digitais do STJ. Este procedimento tecnológico entre um *software* livre (*Dspace*) e um *proprietário* (SOPHIA) é pioneiro no

Brasil, tornando-se uma ferramenta que facilitará a divulgação da produção intelectual e institucional do TRF - 2ª Região, primeiro Regional a participar desse Consórcio.

- Implementação de ações visando à celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Casa de Oswaldo Cruz (Fundação Oswaldo Cruz), para a instalação do aplicativo “Ica-Atom” no TRF - 2ª Região, na SJRJ e na SJES, ferramenta destinada à descrição arquivística, organização e difusão de documentos na *web*.
- Realização da *III Semana do Meio Ambiente no TRF – 2ª Região*, que contou com palestras sobre temática relativa à proteção do meio ambiente, oficinas de artesanatos com reaproveitamento de materiais, exposições de obras produzidas com material reciclado e exibição de vídeos. O evento foi realizado no período de 03 a 09/06/2011, registrando-se a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre servidores, funcionários terceirizados e público externo.

B.PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

16.1 DECLARAÇÃO DOS CONTADORES RESPONSÁVEIS ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DOS CONTADORES

Denominação completa (UJ)	Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	090028/090034/090048
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	090016
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	090014

Declaramos que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012

CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA MARQUES
CRC 071150-O-RJ
Contadora Responsável UG's 090028/090034/090048

MARIA ELIZABETHE DOS SANTOS TAVARES FONTES
CRC 078849-O-9-RJ
Contadora Responsável UG 090016

MÁRCIO JERRY MARCHESI REIS
CRC 014586-O-ES
Contador Responsável UG 090014



Assinado digitalmente por MARIA ELIZABETHE DOS SANTOS TAVARES FONTES, MARCIO JERRY MARCHESI REIS e CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA MARQUES.
Documento Nº: 628030.4460012-9342 - consulta à autenticidade em www.jfrj.jus.br/ex/docs.



T2OFI201202235A

CONCLUSÃO

Os processos judiciais tomados em seu aspecto de suporte (autos físicos ou virtuais) contemplam esperança, crença na própria democracia e no papel da Justiça. Nas páginas dos autos, descortinam-se extratos de vida historicamente definidos, que contam os anseios dos cidadãos, as expectativas na Justiça como a única instância capaz de equilibrar as forças, independentemente do universo financeiro e poder econômico de que venha a desfrutar os indivíduos na contenda. Nos inumeráveis casos concretos, os autos vão alinhavando as tramas que contam a história da nação, suas lutas e seus percalços, inclusive vai balizando as mudanças no ordenamento jurídico que traduzem as transformações operadas no plano socioeconômico e cultural.

Os índices apresentados no cumprimento das diversas metas, tanto as constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA, quanto as do CNJ, para os exercícios de 2011, além do plano de ação da JF - 2ª Região, demonstram sobremodo o engajamento dos magistrados e servidores na busca pela prestação jurisdicional com excelência, congregando na proporção ideal qualidade dos julgados e celeridade.

As metas voltadas tanto às atividades judicantes, quanto às administrativas conquistaram, de forma geral, índices bastante satisfatórios.

Neste panorama, urge alinhavar que mais importante do que tão-somente chegar a uma meta determinada é a dedicação do corpo de pessoal e a confiança no pleno desenvolvimento dos mecanismos gerenciais. De fato, os processos de trabalho encontram-se sempre em desenvolvimento, o que pressupõe acompanhamento crítico do desempenho. Assim, a medição de indicadores e metas leva a força de trabalho à avaliação e à implementação de medidas que garantam mais produtividade e superação das dificuldades.

Desta forma, sejam os índices finais das atividades judicantes, seja a aplicação austera dos recursos públicos, de acordo com uma programação de contratações consistente para a manutenção das condições adequadas ao funcionamento das atividades da JF - 2ª Região, configura-se o alcance de patamar mais elevado. Mas na ânsia de se fazer sempre melhor, os dirigentes mantêm-se alerta para que, seguramente, seja conquistada a posição de paradigma no contexto do Poder Judiciário.

Sob a perspectiva dos recursos arrecadados pela JF - 2ª Região, importa mencionar que a receita global ultrapassou o patamar de R\$ 3 bilhões. As despesas de operação e manutenção da JF - 2ª Região corresponderam a cerca de 32% dos recursos arrecadados. Destarte, constata-se que os valores recolhidos ao Tesouro, a cargo dos órgãos da 2ª Região, montam a mais de 3 vezes o valor das despesas para a manutenção do TRF- 2ª Região, da SJRJ e da SJES.

A nova marca de identidade da Justiça Federal no âmbito nacional expressa esse movimento ininterrupto do fazer, o que aponta para as curvas da modernidade. Símbolo que se deixa perpassar pelos traços da história, embora guarde, em profundidade, os ideais indelévels da Justiça, que são expressões imemoriais do humano.

Nessa disposição, mantém-se o firme propósito de prosseguir com as metas e indicadores. Incentivar os mutirões de conciliação, como alternativa à litigância, como resoluções na fase pré-processual, ajustar os processos de trabalho, investir na virtualização dos procedimentos, dar seguimento à interiorização da JF - 2ª Região, proporcionar o acesso irrestrito à informação, garantindo aos cidadãos condições de exercitar, com plena força, a cidadania fazem parte da miríade desse dito ideal, compartilhado por todos, magistrados, servidores, estagiários e jurisdicionados.

É com essa disposição de promover a paz social, o aperfeiçoamento da Instituição e o atendimento aos anseios legítimos dos jurisdicionados que a Justiça Federal da 2ª Região firma esse compromisso com 19.504.881¹ habitantes nos 170 municípios dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2012.



MARIA HELENA CISNE
Desembargadora Federal
Presidente

¹ Fonte: Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE

ANEXO - ORGANOGRAMAS

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

UNIDADES JUDICIÁRIAS

NOME DA UNIDADE: PRESIDÊNCIA (PRES)

FINALIDADE: prevista no Regimento Interno, artigo 22, incisos I a XXXII.

Unidades Subordinadas:

Gabinete (GABPRES)

Secretaria da Presidência (SECPRES)

Núcleo de Apoio Administrativo (NUADM)

Assessoria Judiciária (AJUD/PRES)

Núcleo de Apoio Judiciário (NUJUD)

Núcleo de Contadoria (NUCON)

Seção de Cálculo Judiciário (SECJUD)

Seção de Cálculo Administrativo (SECADM)

Seção de Contabilidade e Conformidade de Gestão (SECCON)

Seção de Controle de Arrecadação (SECORE)

Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial (AREP)

Seção de Relações Públicas (SERELP)

Seção de Cerimonial (SECIAL)

Assessoria de Segurança Institucional (ASEI)

Assessoria Administrativa (AAPR)

Assessoria de Concursos (APCO)

Seção de Apoio aos Concursos (SEAPCO)

Assessoria de Comunicação Social (ACOS)

Seção de Produção Para TV (SEPRTV)

Seção de Produção de Informativos e Atendimento à Imprensa (SEPIAI)

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Assessoria Técnica (ATEC)

Seção de Apoio Administrativo (SEASCI)
Seção de Tomada de Contas (SETCON)
Seção de Análise de Licitações e Contratos (SEALIC)
Divisão de Auditoria (DIAUD)
Seção de Auditoria Administrativa e de Pessoal (SEADPE)
Seção de Auditoria das Despesas de Pessoal (SEADEP)
Seção de Auditoria de Folha de Pagamento (SEAFOP)
Divisão de Controle e Verificação (DIVER)
Seção de Análise Contábil (SEACON)
Seção de Análise de Patrimônio e Almoxarifado (SEAPAT)
Seção de Análise de Pagamento de Precatórios (SEPREC)

NOME DA UNIDADE: VICE-PRESIDÊNCIA

FINALIDADE: prevista no Regimento Interno, artigo 23, incisos I a V.

Unidades Subordinadas:

Assessoria Jurídica (AJUR/VPC)
Assessoria Judiciária (AJUD/VPC)
Gabinete (GAB/VPC)
Assessoria de Recursos (AREC)
Seção de Apoio Administrativo (SEAREC)
Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CODREC)
Coordenadoria de Agravo de Instrumento (CODAGI)
Coordenadoria de Procedimentos Diversos (COPROD)

NOME DA UNIDADE: CORREGEDORIA

FINALIDADE: prevista no Regimento Interno, artigo 24, incisos I a XIV.

Unidades Subordinadas:

Assessoria Jurídica (AJUR/CORR)
Gabinete (GAB/CORR)
Assessoria Judiciária (AJUD/CORR)

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

FINALIDADE: promover a pacificação social entre litigantes, através de métodos não adversariais.

Unidades Subordinadas:

Assessoria

Seção de Apoio: Não é utilizada SIGLA

Seção de Mutirão: Não é utilizada SIGLA

Seção de Triagem: Não é utilizada SIGLA

NOME DA UNIDADE: TRIBUNAL PLENO/CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FINALIDADE: prevista no Regimento Interno, artigos 11 e 12 e seus incisos.

Unidades Subordinadas:

Subsecretaria do Tribunal Pleno

Seção de Procedimentos Diversos (SEPROD)

Divisão de Processamento (DIPRO/TP)

Divisão do Conselho de Administração (DICAD)

Divisão de Coordenação Geral (DICOR/TP)

NOME DA UNIDADE: PRESIDÊNCIA DAS SEÇÕES

FINALIDADE: prevista no Regimento Interno, artigos 13 e 14 e seus incisos.

Unidades Subordinadas à Presidência de Seção (3 SEÇÕES)

Subsecretaria das Seções (SUB/SE)

Seção de Procedimentos Diversos da 1ª e 2ª Seções (SEPROD)

Seção de Procedimentos Diversos da 3ª Seção (SEPROD)

Divisão de Processamento da 1ª e 2ª Seções (DIPROC/1ª e 2ª SEÇÃO)

Divisão de Processamento da 3ª Seção (DIPROC/3ª SEÇÃO)

NOME DA UNIDADE: PRESIDÊNCIA DAS TURMAS

FINALIDADE: prevista no Regimento Interno, artigo 16.

Unidades Subordinadas à Presidência de Turma (1ª 3ª E 4ª TURMAS)

Subsecretaria de Turma (SUB/1TESP; SUB/3TESP; SUB/4TESP)

Seção de Apoio: Não é utilizada SIGLA

Divisão de Processamento (DIPROC/1T; DIPROC/3T; DIPROC/4T)

Divisão de Procedimentos Diversos (DIPROD/1T; DIPROD/3T; DIPROD/4T)

Divisão de Coordenação e Julgamento (DICORJ/1T; DICORJ/3T; DICORJ/4T)

Unidades Subordinadas à Presidência de Turma (2ª TURMA)

Subsecretaria de Turma (SUB/2TESP)

Seção de Apoio: Não é utilizada SIGLA

Coordenadoria de Procedimentos Diversos (DIPROD/2T)

Divisão de Processamento (DIPROC/2T)

Divisão de Coordenação e Julgamento (DICORJ/2T)

Unidades Subordinadas à Presidência de Turma (5ª E 6ª TURMAS)

Subsecretaria de Turma (SUB/5TESP; SUB/6TESP)

Seção de Apoio: Não é utilizada SIGLA

Divisão de Processamento (DIPROC/5T; DIPROC/6T)

Coordenadoria de Procedimentos Diversos (DIPROD/5T; DIPROD/6T)

Divisão de Coordenação e Julgamento (DICORJ/5T; DICORJ/6T)

Unidades Subordinadas à Presidência de Turma (7ª E 8ª TURMAS)

Subsecretaria de Turma (SUB/7TESP; SUB/8TESP)

Seção de Apoio: Não é utilizada SIGLA

Coordenadoria de Processamento (DIPROC/7T; DIPROC/8T)

Coordenadoria de Procedimentos Diversos (DIPROD/7T; DIPROD/8T)

Coordenadoria de Coordenação e Julgamento (DICORJ/7T; DICORJ/8T)

NOME DA UNIDADE: GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL (GAB)

FINALIDADE: prestação jurisdicional.

Unidades Subordinadas:

Gabinete (GAB)

Assessoria Jurídica (AJUR)

Assessoria Judiciária (AJUD)

NOME DA UNIDADE: ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL (EMARF)

FINALIDADE: promover cursos de aperfeiçoamento de Magistrados.

Unidades Subordinadas:

Diretoria Geral (DG/EMARF)

Assessoria Executiva (ASEC)

Seção de Estágio Jurídico (SESTAJ)

Seção de Publicações e Comunicação Visual (SECOMV)

Núcleo de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais (NAEM)

Seção de Educação a Distância (SEDIST)

Seção de Educação Presencial: Não é utilizada SIGLA

Diretoria de Estágio (DIEST)

Diretoria de Relações Públicas: Não é utilizada SIGLA

Diretoria de Pesquisa: Não é utilizada SIGLA

Diretoria de Revista: Não é utilizada SIGLA

NOME DA UNIDADE: CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL (CCJF)

FINALIDADE: promover a aproximação e a integração da Justiça Federal à sociedade por meio do desenvolvimento de atividades artísticas e culturais voltadas ao público em geral.

Unidades Subordinadas:

Diretoria Geral: Não é utilizada SIGLA

Diretoria Executiva: Não é utilizada SIGLA

Seção de Administração: Não é utilizada SIGLA

Seção de Assuntos Culturais: Não é utilizada SIGLA

NOME DA UNIDADE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

FINALIDADE: coordenar as atividades dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal na 2ª Região.

Unidades Subordinadas:

Gabinete do Coordenador: Não é utilizada SIGLA

Seção de Apoio: Não é utilizada SIGLA

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA GERAL (SG)

FINALIDADE: dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da secretaria do Tribunal, de acordo com a orientação estabelecida pelo Presidente e com as deliberações do Plenário.

Unidades Subordinadas:

Gabinete (GB/SG)

Seção de Controle de Emissão de Passagens e Diárias (SEPADI)

Seção de Apoio Administrativo (SEPASG)

Seção de Relatórios Administrativos (SERADM)

Seção de Licitação (SELICI)

Assessoria de Gestão Administrativa (AGAD)

Assessoria Técnica (ATEG)

Assessoria de Gestão Organizacional (AGOR)

Coordenadoria de Gestão Estratégica (CEGEST)

Seção de Planejamento Estratégico (SEPLES)

Seção de Gestão de Projetos (SEPROJ)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS (SRH)

FINALIDADE: planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos, no âmbito do Tribunal, bem como orientar as Unidades de Pessoal das Seções Judiciárias vinculadas.

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio Administrativo (SEASRH)

Seção de Legislação e Jurisprudência (SELEJU)

Seção de Concessão e Cálculos de Aposentadorias e Pensões (SECOAP)

Seção de Revisão de Aposentadorias e Pensões (SERAPE)

Seção de Relatórios e Informações (SERELI)

Assessoria Técnica (ATER)

Núcleo de Magistratura (NUMAG)

Divisão de Provimento e Lotação (DIPLO)

Seção de Lotação (SECLOT)

Seção de Avaliação de Desempenho Funcional (SEADEF)

Seção de Provimento de Cargos (SEPROC)

Divisão de Cadastro e Pagamento (DICAP)

Seção de Cadastro (SECADS)

Seção de Folha de Pagamento (SEFOLP)

Seção de Unificação de Folhas de Pagamento (SEUNIP)

Divisão de Capacitação de Recursos Humanos (DICRE)

Seção de Treinamento (SETREI)

Seção de Estagiários (SESTAG)

Seção de Desenvolvimento Funcional (SEDESF)

Divisão de Assistência Médica, Odontológica e Social (DIMED)

Seção de Assistência Médica e Odontológica (SEMEDI)

Seção de Benefícios (SEBENE)

Seção de Assistência de Enfermagem (SECENF)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (SPO)

FINALIDADE: desenvolver, como integrante dos sistemas de Orçamento e Administração Financeira, as tarefas de planejar, elaborar, dirigir, coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho do Tribunal e suas Seções Judiciárias, traçando diretrizes, prestando apoio às demais Unidades e adequando seus recursos materiais e financeiros, segundo orientação superior.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio Administrativo (SEASPO)
- Seção de Programação Financeira e de Registro de Dados (SEPROR)
- Seção de Execução de Débitos Judiciais (SEDEJU)
- Seção de Relatórios e Informações Orçamentárias (SERIOR)
- Assessoria Técnica (ATEP)
- Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário (DIPRA)
 - Seção de Planos e Orçamentos (SEPLOR)
 - Seção de Acompanhamento da Programação do Tribunal (SEATRI)
 - Seção de Acompanhamento da Programação da Seção Judiciária do RJ (SEARIO)
 - Seção de Acompanhamento da Programação da Seção Judiciária do ES (SEAPES)
- Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIOFE)
 - Seção de Empenhamento de Despesas Gerais (SEMDEG)
 - Seção de Pagamento de Despesas Gerais (SEPADE)
 - Seção de Execução de Despesas com Pessoal (SECDESP)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

FINALIDADE: planejar, definir e coordenar a implantação, no âmbito do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas de projetos que envolvam tecnologia da informação e comunicação de dados.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio Administrativo (SEASTI)
- Seção Acompanhamento de Aquisições (SEAQUI)
- Seção de Planejamento de Tecnologia da Informação (SEAPIN)
- Seção de Segurança da Informação (SEGINF)
- Assessoria Técnica (ATEI)
- Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais das Seccionais (NPROC)
- Núcleo de Estatística (NUEST)
 - Seção de Análise (SEAEST)
 - Seção de Processamento (SECPRO)
- Núcleo de Sistemas Administrativos (NUSAD)
 - Seção de Análise de Sistemas Administrativos (SEASAD)
 - Seção de Programação de Sistemas Administrativos (SEPSAD)
- Divisão de Sistemas Judiciários (DIJUD)
 - Seção de Análise de Sistemas Judiciários (SEAJUD)
 - Seção de Programação de Sistemas Judiciários (SEPJUD)
- Divisão de Suporte Técnico (DISUT)

Seção de Atendimento ao Usuário (SEATUS)
Seção de Suporte à TI (SESUTI)
Divisão de Suporte Operacional (DISOP)
Seção de Administração de Banco de Dados (SEABAD)
Seção de Operação (SECOPE)
Seção de Rede (SEREDE)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS (SAJ)

FINALIDADE: planejar, supervisionar as atividades relativas à Distribuição, Registro e Autuação dos feitos recebidos no Tribunal, os procedimentos dos processos de Precatórios, bem como as demais tarefas pertinentes às Divisões e Coordenadorias subordinadas.

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio Administrativo (SEASAJ)
Seção de Controle de Mandados e Diligências (SECOMD)
Assessoria Técnica (ATEJ)
Coordenadoria de Recursos Taquigráficos (CORTAQ)
Coordenadoria de Recursos Fonográficos (COOREF)
Núcleo de Digitalização (NUDIG)
Divisão de Distribuição, Registro e Autuação (DIDRA)
Seção de Protocolo (SEPROT)
Seção de Controle e Expedição (SECEXP)
Seção de Apoio à Distribuição (SEADIS)
Seção de Registro e Autuação (SECREA)
Seção de Análise Processual (SEAPRO)
Divisão de Precatórios (DIPRE)
Seção de Precatórios de Entidades (SEPREN)
Seção de Processamento e Liquidação (SEPROL)
Seção de Preparo e Informação de Precatórios (SINPRE)
Seção de Controle de Precatórios (SECPRE)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO (SED)

FINALIDADE: planejar, coordenar e promover as atividades relativas à Documentação, Editoração e Divulgação no âmbito do Tribunal.

Unidades Subordinadas:

Seção de Mídia Eletrônica (SEMIDI)
Seção de Apoio Administrativo (SEASED)

Seção de Imagem Institucional (SEIMAI)
Assessoria Técnica (ATED)
Coordenadoria de Arquitetura e Preservação da Informação (COAPI)
Coordenadoria de Disseminação e Governança de Informações na Web (CODGIN)
Divisão de Biblioteca (DIBLI)
 Seção de Tratamento Técnico da Informação (SETRAT)
 Seção de Atendimento e Pesquisa (SEIDEL)
 Seção de Gestão e Divulgação de Acervo (SEGEDI)
 Seção de Biblioteca Digital (SEBDIG)
Divisão de Produção Gráfica e Editorial (DIGRA)
 Seção de Planejamento e Controle da Produção (SEPLAN)
 Seção de Produção Editorial (SEPROE)
 Seção de Produção Gráfica (SEPROD)
Divisão de Gestão Documental (DIGED)
 Seção de Jurisprudência (SEJURI)
 Seção de Atendimento ao Cidadão (SECACI)
 Seção de Arquivo Judicial (SECARJ)
 Seção de Arquivo Administrativo (SECARD)
 Seção de Avaliação Documental (SEAVAL)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS (SAT)

FINALIDADE: planejar e coordenar as atividades relacionadas à aquisição e contratação, previsão e distribuição de material, bem como controle e manutenção de bens patrimoniais do Tribunal.

Unidades Subordinadas:

 Seção de Apoio Administrativo (SEASAT)
 Seção de Apoio Técnico (SEATAD)
Divisão de Compras (DICOM)
 Seção de Cadastro e Compras Diretas (SECDIR)
 Seção de Liquidação (SECLIQ)
Divisão de Patrimônio e Almoxarifado (DIMAT)
 Seção de Registro Patrimonial (SEREGI)
 Seção de Almoxarifado (SALMOX)
 Seção de Controle de Material e Patrimônio (SECMAT)
 Seção de Apoio Operacional às Comissões (SEPCOM)
Divisão de Contratos (DCONT)
 Seção de Execução e Fiscalização de Contratos (SEFCON)

Seção de Controle e Execução de Empenhos (SECEMP)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS (SEG)

FINALIDADE: planejar e coordenar as atividades relacionadas à Administração das instalações, à Segurança, ao Transporte, à Telefonia, ao Protocolo Administrativo e à Reprografia, bem como às demais atividades auxiliares pertinentes.

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio Técnico (SEATEG)

Seção de Apoio Administrativo (SEASEG)

Seção de Gestão Ambiental (SEGEST)

Núcleo de Apoio às Atividades Externas (NUCAE)

Divisão de Administração Predial (DIAMP)

Seção de Manutenção de Instalações (SEMANT)

Seção de Eletricidade e Automação (SELETA)

Seção de Administração de Obras (SEOBRA)

Seção de Atendimento ao Usuário (SEATEN)

Divisão de Atividades Auxiliares (DIATA)

Seção de Protocolo Administrativo (SEPRAD)

Seção de Serviços Operacionais (SEOPER)

Seção de Telefonia (SECTEL)

Divisão de Segurança e Transporte (DISEG)

Seção de Vigilância e Transporte (SEVIGS)

Seção de Manutenção de Veículos (SEMAVE)

Seção de Controle de Acesso (SECACE)

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

1- ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO – CAPITAL

NOME DA UNIDADE: DIRETORIA DO FORO (DIRFO)

FINALIDADE: Dirigir as atividades de suporte administrativo e judiciário, bem como as de divulgação e representação da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Unidades Subordinadas:

Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro (NSDF)

Seção de Apoio ao Gabinete (SAGAB)

Seção de Sindicância (SESIN)
Núcleo de Segurança Judiciária (NSEG)
Seção de Portaria e Segurança (SEPSE)
Núcleo de Controle de Mandados (NCOM)
Seção de Controle de Mandados Cíveis (SEMCI)
Seção de Controle de Mandados Criminais (SEMCR)
Núcleo de Comunicação Social (NCOS)
Seção de Assessoria de Imprensa (SEASI)
Seção de Relações Públicas (SEREP)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (SCO)

FINALIDADE: Dirigir as atividades de controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Unidades Subordinadas:

Seção de Análise de Licitações e Contratos (SEALC)
Seção de Análise Contábil (SEACO)
Seção de Análise de Despesas Diversas (SEDDI)
Seção de Análise de Despesas de Pessoal (SEADP)

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA GERAL (SG)

FINALIDADE: Planejar, em nível estratégico, dirigir e controlar as atividades da Área de Administração, em matéria pertinente a assuntos administrativos e judiciários, de acordo com orientações estabelecidas pela Direção do Foro e normas emanadas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e pelo Conselho da Justiça Federal.

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio da SG (SEASG)
Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Projetos (CPLA)
Coordenadoria de Assuntos Administrativos (CADM)
Coordenadoria de Assuntos Judiciários (CJUD)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SAD)

FINALIDADE: Desenvolver e coordenar os processos de planejamento, organização e controle de procedimentos, recursos e resultados institucionais.

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio da SAD (SASAD)
Coordenadoria de Controle Administrativo (COAD)
Seção de Conformidade Normativa (SECNO)

Seção de Análise de Processos Administrativos (SEAPA)
Coordenadoria de Gestão Organizacional (CGOR)
Seção de Organização (SEORG)
Seção de Análise e Melhoria de Processos (SEMEP)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)

FINALIDADE: Planejar, dirigir e controlar as atividades relativas à administração e ao desenvolvimento de pessoas.

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio da SGP (SASGP)
Coordenadoria de Apoio Técnico de Recursos Humanos (CARH)
Seção de Inativos e Pensionistas (SINAP)
Seção de Legislação de Pessoal (SELEG)
Coordenadoria de Cadastro e Pagamento (CCPA)
Seção de Cadastro (SECAD)
Seção de Folha de Pagamento (SEPAG)
Coordenadoria de Lotação e Progressão/Promoção Funcional (CLPF)
Seção de Lotação (SELOT)
Seção de Progressão e Promoção Funcional (SEPRF)
Coordenadoria de Assistência Médica e Social (CAMS)
Seção de Serviços de Saúde (SESAU)
Seção de Perícias e Assuntos Técnicos (SEPER)
Seção de Benefícios (SEBEN)
Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento (CCDE)
Seção de Capacitação (SECAP)
Seção de Comportamento Organizacional (SECOG)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS (SOF)

FINALIDADE: Planejar, dirigir e controlar as atividades de elaboração e execução orçamentária e financeira da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Unidades Subordinadas:

Seção de Execução Orçamentária (SEEOR)
Seção de Execução Financeira (SEFIN)
Seção de Execução das Despesas com Pessoal (SEPES)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SIE)

FINALIDADE: Promover as obras de reforma e construção de imóveis que abrigam as Unidades da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, bem como a manutenção predial e dos sistemas de refrigeração.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da (SASIE)
- Coordenadoria de Projetos e Obras (CPEO)
 - Seção de Projetos e Planejamento (SEPRO)
 - Seção de Fiscalização (SEFIS)
- Coordenadoria de Manutenção (CMNT)
 - Seção de Manutenção de Edificações (SEMAE)
 - Seção de Manutenção de Instalações e Equipamentos (SEMIN)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA (SLO)

FINALIDADE: Planejar, dirigir e controlar os processos logísticos de conservação e operação de instalações, de manutenção de bens móveis e veículos, de abastecimento de material e transporte de pessoal.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da SLO (SASLO)
- Coordenadoria de Serviços Operacionais (CSEO)
 - Seção de Contratação de Serviços (SECSE)
 - Seção de Serviços de Conservação (SESEC)
 - Seção de Serviços Operacionais (SESOP)
 - Seção de Gerenciamento de Imóveis (SEGIM)
- Coordenadoria de Manutenção Geral (CMAG)
 - Seção de Manutenção de Eletroeletrônicos (SEMEL)
 - Seção de Manutenção de Mobiliário (SEMOB)
 - Seção de Manutenção de Veículos (SEMAV)
- Coordenadoria de Abastecimento e Transporte (CTRA)
 - Seção de Distribuição de Material (SEDIM)
 - Seção de Transporte (SETRA)
 - Setor de Reciclagem de Material (SERMA)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E MATERIAL (SCM)

FINALIDADE: Planejar, dirigir e controlar as atividades relacionadas à previsão e contratação de fornecimento de materiais e serviços, à gestão de estoques, ao fornecimento de material e ao controle de bens patrimoniais da SJRJ.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da SCM (SASCM)
- Coordenadoria de Compras (CCOP)
 - Seção de Aquisição (SEAQI)
 - Seção de Cotação (SECOT)
 - Seção de Apoio a Licitações (SALIC)
- Coordenadoria de Contratações (CONT)
 - Seção de Contratos (SCONT)
 - Seção de Controle de Empenhos (SECEM)
 - Seção de Atas de Registro de Preços (SEARP)
- Coordenadoria de Material (CMAT)
 - Seção de Almoxarifado (SEALM)
 - Seção de Patrimônio (SEPAT)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (SID)

FINALIDADE: Planejar, dirigir e controlar as atividades relativas à gestão documental, produção editorial e gestão da informação na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da SID (SASID)
- Coordenadoria de Gestão Documental (CDOC)
 - Seção de Arquivo Geral (SEARQ)
 - Setor de Análise Documental (SEAND)
 - Setor de Documentação Digital (SEDIG)
- Coordenadoria de Processamento de Documentos (CPRO)
 - Seção de Tramitação de Documentos RB (SETRB)
 - Seção de Tramitação de Documentos VZ (SETVZ)
- Coordenadoria de Informação e Produção Editorial (CIPE)
 - Setor de Projetos de Produção Gráfica (SEGRA)
 - Seção de Biblioteca (SEBIB)
 - Seção de Informação e Tecnologia Digital (SEITD)
 - Seção de Produção Editorial (SEPED)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE CÁLCULO JUDICIAL (SCA)

FINALIDADE: Planejar, controlar e executar as atividades referentes aos cálculos judiciais.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da SCA (SASCA)
- Coordenadoria de Cálculos Especializados (CCAIE)
 - Seção de Cálculos de Execução e Liquidação (SECEL)
 - Seção de Cálculos Previdenciários (SECPV)
 - Seção de Cálculos de Precatórios (SECPC)
 - Setor de Estudos e Métodos de Cálculos Especializados (SEMCE)
- Coordenadoria de Cálculos dos Juizados (CCJE)
 - Seção de Cálculos de Execução e Liquidação dos Juizados (SECLJ)
 - Seção de Cálculos Previdenciários dos Juizados (SECPJ)
 - Setor de Estudos e Métodos de Cálculos dos Juizados (SEM CJ)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE DISTRIBUIÇÃO E ATIVIDADES JUDICIÁRIAS (SAJ)

FINALIDADE: Administrar atividades interligadas ao processo judicial, dirigindo os referentes serviços, tais como: autuação e distribuição de processos; expedição de certidões; informações processuais.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da SAJ (SASAJ)
- Coordenadoria de Distribuição (CDIS)
 - Seção de Distribuição Cível (SEDIC)
 - Seção de Distribuição Criminal e Previdenciária (SEDCP)
 - Seção de Distribuição dos Juizados e Execução Fiscal (SEDJE)
- Coordenadoria de Atendimento e Informações Processuais (CAIP)
 - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL)
 - Seção de Atendimento ao Usuário (SEATE)
 - Seção de Informações Processuais (SEIPR)
 - Seção de Atendimento Processual dos Juizados (SAPJE)

NOME DA UNIDADE: SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES (STI)

FINALIDADE: Planejar, dirigir e controlar os processos e recursos de sistemas de informação, de infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação e de Comunicações (TIC).

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio da STI (SASTI)
- Coordenadoria de Sistemas de Informação (CSIS)
 - Seção de Sistemas Especializados (SESIE)
 - Seção de Sistemas (SESTM)

Seção de Administração de Dados (SEADA)
Coordenadoria de Suporte de TI (CSTI)
Seção de Tecnologia de Computação (SETCP)
Seção de Suporte Técnico (SESUT)
Seção de Controle e Distribuição de Equipamentos (SECDE)
Coordenadoria de Infraestrutura Computacional (CICP)
Seção de Bancos de Dados e Aplicações (SEBAP)
Seção de Operação (SEOPE)
Coordenadoria de Redes e Telecomunicações (CRET)
Seção de Infraestrutura de Rede (SEIRE)
Seção de Administração da Rede (SEARE)
Seção de Telecomunicações (SETEL)

2- ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO – SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NITERÓI (SJU-NI)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NITERÓI (DIR-NI)

Unidades Subordinadas:

Coordenadoria de Apoio de Niterói (COAP-NI)

Seção de Distribuição de Niterói (SEDIS-NI)

Seção de Contadoria de Niterói (SECON-NI)

Sector de Atendimento Processual dos Juizados de Niterói (SAPJE-NI)

Seção de Controle de Mandados de Niterói (SEMNI)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOÃO DE MERITI (SJU-SJ)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO JOÃO DE MERITI (DIR-SJ)

Unidades Subordinadas:

Coordenadoria de Apoio de São João de Meriti (COAP-SJ)

Seção de Distribuição de São João de Meriti (SEDIS-SJ)

Seção de Contadoria de São João de Meriti (SECON-SJ)

Sector de Atendimento Processual dos Juizados de São João de Meriti (SAPJE-SJ)

Seção de Controle de Mandados de São João de Meriti (SEMSJ)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VOLTA REDONDA (SJU-VR)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VOLTA REDONDA (DIR-VR)

Unidades Subordinadas:

- Coordenadoria de Apoio de Volta Redonda (COAP-SJ)
- Seção de Distribuição de Volta Redonda (SEDIS-VR)
- Seção de Contadoria de Volta Redonda (SECON-VR)
- Setor de Atendimento Processual dos Juizados de Volta Redonda (SAPJE-VR)
- Seção de Controle de Mandados de Volta Redonda (SEMVR)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO GONÇALO (SJU-SG)
DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO GONÇALO (DIR-SG)

Unidades Subordinadas:

- Coordenadoria de Apoio de São Gonçalo (COAP-SG)
- Seção de Distribuição de São Gonçalo (SEDIS-SG)
- Seção de Contadoria de São Gonçalo (SECON-SG)
- Setor de Atendimento Processual dos Juizados de São Gonçalo (SAPJE-SG)
- Seção de Controle de Mandados de São Gonçalo (SEMSG)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DUQUE DE CAXIAS (SJU-DC)
DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE DUQUE DE CAXIAS (DIR-DC)

Unidades Subordinadas:

- Coordenadoria de Apoio de Duque de Caxias (COAP-DC)
- Seção de Distribuição de Duque de Caxias (SEDIS-DC)
- Seção de Contadoria de Duque de Caxias (SECON-DC)
- Setor de Atendimento Processual dos Juizados de Duque de Caxias (SAPJE-DC)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVA IGUAÇU (SJU-IG)
DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVA IGUAÇU (DIR-IG)

Unidades Subordinadas:

- Coordenadoria de Apoio de Nova Iguaçu (COAP-IG)
- Seção de Distribuição de Nova Iguaçu (SEDIS-IG)
- Seção de Contadoria de Nova Iguaçu (SECON-IG)
- Setor de Atendimento Processual dos Juizados de Nova Iguaçu (SAPJE-IG)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPOS (SJU-CA)
DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPOS (DIR-CA)

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio de Campos (SEAPO-CA)

Seção de Controle de Mandados de Campos (SEMCA)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVA FRIBURGO (SJU-NF)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVA FRIBURGO (DIR-NF)

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio de Nova Friburgo (SEAPO-NF)

Seção de Controle de Mandados de Nova Friburgo (SEMNF)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETRÓPOLIS (SJU-PE)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETRÓPOLIS (DIR-PE)

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio de Petrópolis (SEAPO-PE)

Seção de Controle de Mandados de Petrópolis (SEMPE)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RESENDE (SJU-RE)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RESENDE (DIR-RE)

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio de Resende (SEAPO-RE)

Seção de Controle de Mandados de Resende (SEMPRE)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABORAÍ (SJU-IT)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABORAÍ (DIR-IT)

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio de Itaboraí (SEAPO-IT)

Seção de Controle de Mandados de Itaboraí (SEMIT)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ANGRA DOS REIS (SJU-AN)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ANGRA DOS REIS (DIR-AN)

Unidades Subordinadas:

Sector de Apoio Administrativo de Angra dos Reis (SEAPO-AN)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARRA DO PIRAÍ (SJU-BP)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARRA DO PIRAÍ (DIR-BP)

Unidades Subordinadas:

Seção de Apoio de Barra do Piraí (SEAPO-BP)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAPERUNA (SJU-IP)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITAPERUNA (DIR-IP)

Unidades Subordinadas:

Setor de Apoio Administrativo de Itaperuna (SEAPO-IP)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MACAÉ (SJU-MC)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MACAÉ (DIR-MC)

Unidades Subordinadas:

Setor de Apoio Administrativo de Macaé (SEAPO-MC)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MAGÉ (SJU-MA)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MAGÉ (DIR-MA)

Setor de Apoio Administrativo de Magé (SEAPO-MA)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA (SJU-SP)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PEDRO DA ALDEIA (DIR-SP)

Unidades Subordinadas:

Setor de Apoio Administrativo de São Pedro da Aldeia (SEAPO-SP)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TERESÓPOLIS (SJU-TE)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TERESÓPOLIS (DIR-TE)

Unidades Subordinadas:

Setor de Apoio Administrativo de Teresópolis (SEAPO-TE)

NOME DA UNIDADE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TRÊS RIOS (SJU-TR)

DIRETORIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TRÊS RIOS (DIR-TR)

Unidades Subordinadas:

Setor de Apoio Administrativo de Três Rios (SEAPO-TR)

3- ÁREA JUDICIÁRIA – VARAS FEDERAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA CAPITAL E DAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

VARA FEDERAL (CÍVEL, PREVIDENCIÁRIA E EXECUÇÃO FISCAL) / JUIZADO ESPECIAL FEDERAL AUTÔNOMO (CAPITAL E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete

Secretaria

Seção de Processamentos Diversos

Seção de Execução

VARA FEDERAL CRIMINAL (01VFCR A 08VFCR)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete

Secretaria

Seção de Processamentos Criminais

Seção de Registros e Assistência a Apenados

9ª VARA FEDERAL CRIMINAL (09VFCR)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete

Secretaria

Seção de Processamentos Criminais

Seção de Registros e Assistência a Apenados

Seção de Penas e Medidas Alternativas

TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (01TR; 02TR)

PRESIDÊNCIA DA TURMA RECURSAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete do 1º Juiz Relator

Gabinete do 2º Juiz Relator

Gabinete do 3º Juiz Relator

Gabinete do 4º Juiz Relator

Seção de Distribuição

Seção de Estatística e Jurisprudência

Seção de Recursos Extraordinários

Secretaria das Turmas Recursais

Seção de Protocolo, Atendimento e Apoio Administrativo

Seção de Decisões Monocráticas
Seção de Julgamentos
Seção de Recursos e Procedimentos Diversos

VARA FEDERAL MISTA

(01VF-AN; 01VF-BP; 02VF-CA; 02VF-IT; 01VF-IP; 01VF-MC; 01VF-MA; 02VF-NI; 03VF-NI; 04VF-NI; 01VF-NF; 02VF-PE; 01VF-RE; 02VF-SG; 03VF-SG; 04VF-SJ; 05VF-SJ; 01VF-SP; 01VF-TE; 01VF-TR; 02VF-VR; 03VF-VR)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete
Secretaria
Seção de Processamentos Diversos
Seção de Execução
Seção de Processamentos Criminais

VARA FEDERAL MISTA

(01VF-CA; 01VF-IT; 01VF-NI; 01VF-PE; 01VF-SG; 03VF-SJ; 01VF-VR)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete
Secretaria
Seção de Processamentos Diversos
Seção de Execução
Seção de Processamentos Criminais
Seção de Execuções Penais

VARA FEDERAL MISTA

(01VF-DC; 02VF-DC; 05VF-NI; 01VF-IG; 02VF-IG)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete
Secretaria
Seção de Processamentos Diversos
Seção de Execução

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

1- ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO – CAPITAL

NOME DA UNIDADE: DIREÇÃO DO FORO (DIRFO)

FINALIDADE: Exercer a administração da Seção Judiciária, mormente em relação à área de Gestão de Pessoas, obras, compras de bens e serviços, orçamento e finanças, controle de mandados, interagindo-se com o Tribunal.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio ao Gabinete (SAGAB-DIRFO);
- Coordenadoria Jurídica (CJU);
- Núcleo de Segurança e Transportes (NST);
- Núcleo de Controle Interno (NCI);
- Núcleo de Distribuição (NDI);
- Núcleo de Controle de Mandados (NCM);
- Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS);
- Secretaria Geral (SG).

NOME DA UNIDADE: COORDENADORIA JURÍDICA (CJU)

FINALIDADE: Fornecer à administração da Seção Judiciária os subsídios jurídicos necessários à motivação de suas decisões e execução de seus atos para garantir fiel observância aos princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE (NST)

FINALIDADE: Planejar, supervisionar, controlar, fiscalizar e realizar os serviços essenciais de segurança e transporte da Seção Judiciária.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Vigilância e Transportes (SETRAV).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO (NCI)

FINALIDADE: Coordenar os atos de procedimentos do controle de gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial e de pessoal da Seção Judiciária.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Análise Contábil (SEACON);
- Seção de Análise e Verificação (SEAVE).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE DISTRIBUIÇÃO (NDI)

FINALIDADE: Atender ao público em geral acerca de esclarecimentos face aos procedimentos da Seção Judiciária coordenar e executar as tarefas pertinentes ao recebimento, conferência, numeração e registro de data e hora de entrada das petições do protocolo integrado para o E. Tribunal.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Distribuição Cível e Criminal (SEDIC);
- Seção de Distribuição dos JEFs e Execução Fiscal (SEDIJEF);
- Seção de Protocolo Integrado e Certidões (SEPRIC);
- Seção de Digitalização (SEDIGI).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE CONTROLE DE MANDADOS (NCM)

FINALIDADE: Coordenar os trabalhos desenvolvidos pelas Seções a ele vinculadas as atividades relativas ao recebimento, à organização, ao acompanhamento e ao cumprimento de todos os mandados judiciais oriundos das Varas Federais da Seção Judiciária.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Controle de Mandados da Sede (SECMA);
- Seção de Controle de Mandados de Cachoeiro do Itapemirim (SECMA-CI).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (NCS)

FINALIDADE: Desenvolver atribuições específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, além de atividades correlatas.

NOME DA UNIDADE: SECRETARIA GERAL (SG)

FINALIDADE: Dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da Secretaria Geral da Seção Judiciária, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção do Foro.

Unidades Subordinadas:

- Seção de Apoio ao Gabinete (SEASG);
- Seção de Gestão Organizacional (SEGOR);
- Seção de Gestão Administrativa (SEGAD);
- Seções de Apoio Administrativo das Subseções de Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus e Serra (SEADM – CI – CO – LI – SM - SE);
- Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças (NOF);
- Núcleo de Serviços (NSE);
- Núcleo de Obras e Manutenção (NOM);
- Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP);
- Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI);
- Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ);

Núcleo de Contratações (NCO).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (NOF)

FINALIDADE: Desenvolver, com integrante dos sistemas de orçamento e administração financeira, as tarefas de planejar, elaborar, dirigir, coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho da Seção Judiciária, de acordo com a estratégia traçada pela Direção do Foro, prestando apoio às demais unidades do Órgão na adequação dos recursos materiais e financeiros.

Unidades Subordinadas:

Seção de Execução de Despesas Diversas (SEDES);

Seção de Execução de Despesas com Pessoal e Assistência Judiciária (SEDEP);

Seção de Planejamento Orçamentário (SEPLAN).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE SERVIÇOS (NSE)

FINALIDADE: Planejar e coordenar as atividades relacionadas à segurança, ao transporte e serviços gerais, à administração de material de consumo e permanente, bem como coordenar o controle do patrimônio da Seção Judiciária.

Unidades Subordinadas:

Seção de Protocolo e Expedição (SEPEX);

Seção de Material (SEMAT);

Seção de Patrimônio (SEPAT).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE OBRAS E MANUTENÇÃO (NOM)

FINALIDADE: Coordenar ações e projetos vinculados à manutenção, melhoria e ampliação dos imóveis e instalações utilizados pela Seção Judiciária, visando fornecer e preservar condições adequadas de funcionalidade e conforto aos ambientes de trabalho.

Unidades Subordinadas:

Seção de Projetos e Obras (SEPRO);

Seção de Serviços Gerais (SESEG);

Seção de Serviços de Telefonia (SETEL);

Seção de Manutenção (SEMAN).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS (NGP)

FINALIDADE: Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos no âmbito da Seção Judiciária.

Unidades Subordinadas:

Seção de Procedimentos de Pessoal (SEPROP);

Seção de Cadastro (SECAD);

Seção de Provimento e Lotação (SEPLO);
Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Estágio (SEDRE);
Seção de Benefícios e Saúde (SEBES);
Seção de Folha de Pagamento (SEPAG).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NTI)

FINALIDADE: Planejar, definir e coordenar a implementação, no âmbito da Seção Judiciária, projetos que envolvam tecnologia da informação e comunicação de dados.

Unidades Subordinadas:

Seção de Desenvolvimento de Informática (SEDIN);
Seção de Suporte Técnico de Informática (SESUT);
Seção de Suporte e Atendimento ao Usuário (SESAU);
Seção de Redes de Computadores (SERED);
Seção de Operações (SEOPE);
Seção de Projetos, Aquisições e Acompanhamento de Contratos (SEPRAC).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO (NAJ)

FINALIDADE: Planejar e coordenar as atividades e ações que visem ao apoio às varas Federais e Juizados Especiais Federais, controle de mandados, documentação e divulgação, arquivo e depósito judicial, contadorias e de apoio às Varas Federais, trabalhos relativos aos leilões judiciais, mutirão de audiências.

Unidades Subordinadas:

Seção de Documentação e Divulgação (SEDOD);
Seção de Arquivo e Depósito Judicial (SEARD);
Seção de Atendimento dos JEFs (SEAJEF);
Seção de Contadoria da Sede (SECONT);
Seções de Contadoria, Distribuição e Expedição de Certidões das Subseções de Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus e Serra (SECOD – CI – CO – LI – SM - SE);
Centro de Soluções de Conflitos e Cidadania (CESCON).

NOME DA UNIDADE: NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES (NCO)

FINALIDADE: Executar as atividades de planejamento e direção nas atividades de contratações da Seção Judiciária.

Unidades Subordinadas:

Seção de Compras (SECOMP);
Seção de Contratos Administrativos (SECOA);
Seção de Licitação (SELIC);

Seção de Suporte aos Gestores de Contratos (SESUG).

2- ÁREA JUDICIÁRIA – VARAS FEDERAIS E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA CAPITAL E DAS SUBSECÇÕES JUDICIÁRIAS

1ª VARA FEDERAL CÍVEL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

04 Seções (Supervisões)

2ª VARA FEDERAL CÍVEL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

03 Seções (Supervisões)

3ª VARA FEDERAL CÍVEL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

03 Seções (Supervisões)

4ª VARA FEDERAL CÍVEL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

03 Seções (Supervisões)

5ª e 6ª VARAS FEDERAL CÍVEIS:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

02 Seções (Supervisões)

1ª VARA FEDERAL CRIMINAL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

03 Seções (Supervisões)

2ª VARA FEDERAL CRIMINAL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

02 Seções (Supervisões)

1ª, 2ª, 3ª e 4ª VARAS FEDERAIS DE EXECUÇÃO FISCAL:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

02 Seções (Supervisões)

1º, 2º e 3º JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS:

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

02 Seções (Supervisões)

VARA FEDERAL MISTA

(01VF-CI; 02VF-CI; 01VF-SM; 01VF-LI; 02VF-CO; 01VF-SE)

JUÍZO FEDERAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete;

Secretaria:

02 Seções (Supervisões)

TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

PRESIDÊNCIA DA TURMA RECURSAL

Unidades Subordinadas:

Gabinete do 1º Juiz Relator

Gabinete do 2º Juiz Relator

Gabinete do 3º Juiz Relator

Gabinete do 4º Juiz Relator

Seção de Procedimentos Diversos

Seção de Apoio